00100.025083/2019-30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 12, SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2019

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 7ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019

1.1 – ABERTURA 8

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 8

1.2.2 – Oradores

Senador Confúcio Moura – Denúncia de ocupação de exploradores da terra indígena da tribo *uru eu uau uau* em Rondônia. Breve histórico desta reserva; preocupação com uma possível tragédia que põe em risco os povos indígenas. Apelo ao Governo Federal por ações imediatas da Polícia Federal, para que seja feita a retirada dos invasores da região. 8

Senador Nelsinho Trad – Considerações acerca dos benefícios que o recurso da telemedicina pode trazer à sociedade. Sugestão de realizar audiência pública na CAS para o debate e o esclarecimento desta tecnologia. Comentários sobre a Caravana da Saúde Indígena e sobre a importância de uma política de atenção à saúde em locais distantes. 11

Senador Vanderlan Cardoso – Satisfação por ter sido escolhido presidente da CCT e agradecimentos ao partido de S. Exa, o PP, pela indicação. Destaque para a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o avanço econômico do País. Importância da reforma tributária. 15

Senador Jorge Kajuru – Agradecimentos aos Senadores Esperidião Amin, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Defesa da diminuição da máquina pública brasileira. Críticas aos privilégios existentes na estrutura do STF. Críticas à mudança na política de saúde mental para usuários de álcool e de outras drogas, veiculada por nota técnica do Ministério da Saúde. Alerta para a suspeita de desvios de recursos do fundo partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais do PSL, veiculadas pelo jornal **Folha de S. Paulo**. 28

Senador Paulo Rocha – Breve histórico dos 39 anos de fundação e atuação política do Partido dos Trabalhadores. 32

Senador Chico Rodrigues – Histórico do início de sua vida pública e trajetória política em Roraima. Agradecimento aos eleitores do Estado por sua eleição. Considerações acerca do novo ciclo político-institucional que se inaugura no país. 38

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Senador Izalci Lucas – Comentários a respeito dos Centros de Desenvolvimento Regionais, projeto lançado em parceria com os Ministérios da Educação; e da Ciência e Tecnologia, Câmara dos Deputados e outros órgãos. Considerações a respeito da eleição de S. Exa. para a presidência da CDR e sobre os trabalhos a serem realizados naquele Colegiado. 44

Senador Paulo Paim – Comentários a respeito da eleição de S. Exa. para a presidência da CDH e considerações sobre a história e a atuação do colegiado. Homenagem à Comissão, com a leitura do poema *O Estatuto do Homem*, do poeta Thiago de Mello. 49

Senador Major Olimpio, como Líder – Considerações acerca da movimentação de 22 presos líderes do PCC para presídios federais e destaque para as possíveis modificações legislativas para enrijecer o cumprimento de penas por integrantes de facções criminosas. 52

Senador Dário Berger – Boas-vindas aos novos Senadores eleitos. Destaque para a importância da renovação política na reestruturação da previdência e da economia do País. 54

Senador Alessandro Vieira – Agradecimento ao apoio recebido para a criação da CPI das Cortes Superiores do Poder Judiciário e esclarecimentos sobre o arquivamento do requerimento desta CPI. 57

Senadora Soraya Thronicke – Breve histórico sobre a vida pessoal, social e profissional de S. Exa. Satisfação com a renovação política e por assumir a presidência da CRA. Leitura do texto *Farms here, Forest there* e posicionamento sobre a relação do agronegócio com o meio ambiente. 63

Senador Eduardo Girão – Registro do transcurso de um ano desde um atentado com arma de fogo em uma escola nos Estados Unidos em que estudava a filha de S. Exa. Posicionamento contrário à flexibilização do uso de armas no Brasil. 66

1.3 – ENCERRAMENTO 69

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 7ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Do Senador Carlos Viana, de endereço do escritório de apoio de S. Exª **(Memorando nº 12/2019).** 71

Da Liderança do PSL, de indicação de membro para integrar diversas comissões **(Ofício nº 7/2019).** 72

Da Liderança do PSL, de indicação de membro para integrar diversas comissões **(Ofício nº 8/2019).** 73

Da Liderança do PSL, de indicação de membro para integrar diversas comissões **(Ofício nº 10/2019).** 74

Da Liderança do PSL, de indicação da Senadora Selma Arruda para a Vice-Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática **(Ofício nº 11/2019).** 75

Da Comissão de Assuntos Sociais, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente **(Ofício nº 1/2019).** 76

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de indicação de membro para integrar diversas comissões **(Ofício nº 10/2019).** 77

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, referente à eleição da Presidente e do Vice-Presidente **(Ofício nº 1/2019).** 78

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Da Liderança do PROS, de indicação da Senadora Zenaide Maia como Vice-Líder do partido **(Ofício nº 37/2019).** 79

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membros na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor **(Ofício nº 11/2019).** 80

Da Liderança do PP, de indicação de membro para compor a Comissão de Meio Ambiente **(Ofício nº 15/2019).** 81

Da Liderança do PP, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação, Cultura e Esporte **(Ofício nº 16/2019).** 82

Da Liderança do PODE, de indicação de membros para integrar a Comissão Senado do Futuro **(Ofício nº 19/2019).** 83

2.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 324/2015 à Comissão de Meio Ambiente. 85

2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 41/2019, na origem **(Mensagem nº 6/2019, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. 87

Nº 42/2019, na origem **(Mensagem nº 7/2019, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. 119

Nº 43/2019, na origem **(Mensagem nº 5/2019, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. 152

2.1.4 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 55/2019, na origem, que comunica a rejeição da Medida Provisória nº 850/2018. 171

2.1.5 – Projeto de Lei

Nº 811/2019, do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a fim de criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e estebelece a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu e dá outras providências.* 174

2.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 5/2019, primeiro signatário o Senador Oriovisto Guimarães, que *insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.* 185

2.1.7 – Requerimentos

Nº 26/2019, do Senador Paulo Paim e outros senadores, de realização de sessão especial, em 8 de março de 2019, destinada a celebrar o Dia Internacional da Mulher. 195

Nº 27/2019, do Senador Paulo Paim e outros senadores, de realização de sessão especial, em 22 de março de 2019, destinada a homenagear o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. 198

Nº 28/2019, do Senador Paulo Paim e outros senadores, de realização de sessão especial, em 3 de maio de 2019, destinada a celebrar o Dia do Trabalho. 201

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Nº 29/2019, da Senadora Kátia Abreu, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional. 204

Nº 30/2019, do Senador Rogério Carvalho, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. 208

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO

Nº 1/2019-CDR/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 324/2015 215

PARTE III

4 – PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nºs 3 a 6/2019. 221

5 – DECISÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 226

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 236

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 239

8 – LIDERANÇAS 240

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 242

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 243

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Ata da 7ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de fevereiro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Lasier Martins, Izalci Lucas e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 3 minutos e encerra-se às 15 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Senadoras, Senadores, assessores, imprensa, telespectadores, ouvintes.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Nós temos vários oradores inscritos. Por ordem de inscrição, eu convido S. Exa. o Senador Confúcio Moura, do MDB, de Roraima.

Depois, é o Nelsinho Trad, pela ordem, e, a partir dali, vamos ver quem está presente.

Jorge Kajuru já está presente e também está inscrito. Paulo Rocha também está presente. Paulo Paim está presente.

Senador Confúcio Moura, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes, povo brasileiro, aqueles que estão ligados na TV Senado, é uma satisfação muito grande me apresentar pela segunda vez aqui para fazer este discurso.

Só uma pequena correção: eu sou Confúcio Moura, Senador pelo Estado de Rondônia. A gente faz muita confusão entre os Estados de Roraima e Rondônia, porque tudo é mais ou menos parecido, não é? (*Risos.*)

Mas seria uma honra muito grande se fosse também do Estado de Roraima.

Sr. Presidente, o meu discurso hoje é sobre o índio. Como diz a música, "todo dia é dia de índio".

Cada Senador aqui tem as suas especialidades, as suas preferências para o discurso, os seus temas, os seus projetos, a defesa de suas propostas de lei; agora, eu, embora goste de muita coisa, gosto de índio também.

Eu trouxe um índio para fazer parte do meu Governo, quando fui Governador de Rondônia, para trabalhar na área de educação e na Secretaria do Meio Ambiente. Eu gosto do índio e o índio gosta de mim.

Para os senhores entenderem essa relação boa que eu tenho com as comunidades indígenas, nessa eleição passada, nas maiores áreas de reserva indígena do Estado eu tive mais de 90% dos votos dos indígenas. Isso, para mim, é uma honra muito grande.

Mas aqui, hoje, Sr. Presidente, eu não falarei de flores, eu não falarei de peixes nem de borboletas, nem de frutas, nem de caititu, nem de doenças, nem de crenças indígenas. O meu discurso tem um duplo sentido: o de denunciar a ocupação de terras indígenas já demarcadas há muitos anos e também fazer um alerta preventivo – e atentem bem para a palavra "preventivo" – de tragédias de gravidade iminente, com o risco de matanças dentro da reserva indígena dos índios uru eu uau uau lá em Rondônia.

Eu conheço essa reserva, eu conheço os índios, eu conheço a história da reserva, acompanho essa etnia desde o ano de 1981, quando eles ainda eram arredios e não contatados pelos ditos civilizados. Eles viviam em seus domínios imensos tranquilamente até que vieram os assentamentos rurais do Governo Federal em suas terras. E os urus começaram a reagir. Houve mortes, rapto de crianças e muitas outras coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O decreto original de criação dessa reserva, de 1990, foi editado pelo Presidente Sarney e alterado pelo Decreto nº 275, de 29 de outubro de 1991, de autoria do Presidente Collor. Com um perímetro – é uma reserva grande – de 865km e uma área geográfica de 1.867.117 hectares, a reserva faz confrontação com 10 Municípios do Estado.

É uma reserva grande, destinada aos índios urus, e a maioria foi morto, os mais velhos, por doenças, por crimes, sendo hoje a sua população tipicamente jovem, que fala português – há poucos remanescentes que falam o idioma original.

Agora, essa onda de conversas soltas ao vento, por autoridades de Brasília, incentivou posseiros, madeireiros, exploradores diversos a invadir as terras dos índios urus já demarcadas. Sei da enorme importância cultural, ambiental e econômica para o Estado de Rondônia e para o Brasil de se manter terra e povo com seus direitos garantidos, um trabalho fantástico, devoto do indigenista Apoena Meireles.

Eu posso aqui falar para V. Exas., sem falsa modéstia, que eu conheço bem essa história, inclusive, sou autor de um livro chamado *A Flecha* sobre essas comunidades.

A Terra Indígena Uru Eu Uau Uau possui nascentes de 17 rios no nosso Estado, entre eles o Rio Jamari, o Rio Cautário, o Rio Pacaás, que inclusive, são responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica da Hidroelétrica de Samuel, o que já demonstra o quão importante é para a economia e para o agronegócio essa reserva. Destruir as reservas é matar os rios, rios generosos que servem de abastecimento de água potável para muitas cidades e comunidades ribeirinhas, e atendem a numerosos pequenos e médios agricultores para irrigação e suas lavouras e para geração de energia.

Chego a pensar que o homem é mais "selvagem" que os bichos do mato e muito mais bruto, como se diz assim entre aspas o próprio índio. O homem é um animal terrivelmente destruidor. Somente a lei e a fiscalização permanente, a vigilância protetora poderão barrar o seu limite destruidor e criminoso.

A reserva é a preservação da cultura, da vida dos povos indígenas jupaú, amondawa, oro win e cabixi e de três povos isolados importantíssimos, já que eles são guardiões daquela terra que traz benefício a todos os povos do mundo, já que mantê-la preservada contribui para o equilíbrio climático mundial por ter grande estoque de fluxo de carbono, contribuindo assim para o sequestro de gases do efeito estufa.

O problema é que isso está ameaçado devido à grilagem e ao roubo de madeira da terra indígena dos índios urus. A ameaça de morte aos povos ficou mais intensa devido a alguns políticos eleitos fazerem discursos de que não haveria mais demarcação de terras e que as áreas já demarcadas seriam revistas. Foi um incentivo e uma voz de comando para as invasões.

Devemos segurar a língua antes de incentivar criminalidade e tragédias desnecessárias.

Deixem os índios em paz!

Já chega de tanta escravidão, expulsão e violência sexual contra os indígenas brasileiros ao longo da história do Brasil. Olhem a história, analisem as estatísticas populacionais dos povos indígenas brasileiros.

Salve, salve Rondon!

Salvem, salvem os irmãos Vilas Boas!

Salve Apoena Meireles, Darci Ribeiro e tanta gente maravilhosa que lutou e ainda luta pela vida dos índios e de suas terras demarcadas, como um direito originário intocável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Todo mundo sabe das fragilidades da Funai, mas os índios estavam acostumados com ela. Esta "mexilança" de início de Governo, quebrou o pino de centro do equilíbrio dos índios. E todos ficaram chateados. E isso tem incentivado as invasões e as ameaças. A Funai foi para o Ministério da Agricultura, que comprovadamente não tem experiência nessa área, nem interesse, nem gente, para demarcar terras indígenas. Tirar a Funai do Ministério da Justiça fragilizou o órgão já que, assim como o Ministério da Agricultura, o Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos também não tem experiência com as questões indígenas, e os invasores agem dizendo que estão fazendo com o apoio do Governo Federal, o que sei que não é verdadeiro.

Existe muita gente ruim à procura de pretextos para invadir terras de índios e explorar suas riquezas, mantidas e preservadas. Os grileiros estão nadando de braçada, cheios de razões, agressivos, com armas, ameaçando matar índios para tomar suas terras. Geralmente são até vizinhos de reserva, querendo expandir suas áreas de pastagens e vender madeira. E do outro lado, fazendeiros camuflados à distância financiando esta guerrilha anunciada na reserva dos índios uru eu uau uau.

Nas últimas semanas os grileiros adentraram em área, abrindo enorme picada para marcar lotes pela aldeia da Linha 623, onde existe uma placa da Funai cravejada de disparos por arma de fogo; e depois invadiram a região das aldeias da Linha 621, Alto Jaru e Aldeia Nova. O estado psicológico dos índios está abalado; eles não conseguem dormir, pois estão com muito pavor dessas novas invasões.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé denunciou essas invasões à Policia Federal, que chegou a prender apenas um invasor; porém, as invasões continuaram e os indígenas ouviram deles ameaças de matarem índios, inclusive crianças. O Presidente da Funai esteve por lá, sobrevoando a área no dia 30 passado. Prometeu a Força Nacional, mas até agora não agiu.

Para finalizar, Sr. Presidente, o que eu estou falando aqui não é brincadeira, não. A falta de respeito ao índio não foi apagada pela história. Até hoje o espírito dos bandeirantes está encarnado em nossa geração. Basta ver o que aconteceu aqui em Brasília com o índio pataxó Galdino, em 1997, quando eu era Deputado Federal. Ele foi queimado vivo, quando dormia aqui numa banca de ponto de ônibus na Avenida W3, por um grupo de *playboys*, vagabundos. À noite jogaram gasolina no índio e o queimaram. Foi um desrespeito cruel, que está encravado nas aldeias, da Bahia, dos índios pataxós.

A implementação da política indigenista deve ser prioridade no Brasil; portanto, faz-se necessário devolver a Funai ao Ministério da Justiça, bem como devolver as demarcações de suas terras ao órgão indigenista, que tem experiência para a atividade.

Proponho, Sr. Presidente, que esta Casa solicite ao Presidente da República Jair Bolsonaro e a seus ministros respectivos ações imediatas da Polícia Federal e de outras forças, para que haja a retirada imediata de todos os invasores da terra dos índios uru eu, antes que mais uma tragédia venha a acontecer, nesse rosário de tragédias brasileiras diárias que se sucedem e vêm encher os noticiários e desmoralizar ainda mais o nosso País como sendo um país desleixado, como se fosse o salve-se quem puder.

Deixem os índios em paz!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Cumprimento o Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Confúcio, só um minutinho.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só cumprimentá-lo, Senador, porque estou há muito tempo na Casa, e alguém já me disse aqui o seguinte – e quero lhe cumprimentar –: "Ah, essa estória de falar de índio quilombola, isso aí não dá voto". O que eles não sabem – e, eu quero elogiar V. Exa. – é que não é se dá ou não dá voto, a causa é justa.

Ora, nós temos obrigação no Parlamento, nós falamos tanto em política humanitária, e não lembrar dos índios, não lembrar dos quilombolas, não lembrar, enfim, dos sem-teto, dos sem-terra, dos que mais precisam? – claro que é dentro do limite da lei o que V. Exa. está pedindo.

Então, meus cumprimentos pela defesa brilhante que fez aqui da nação indígena. É uma satisfação estar aqui no Parlamento a seu lado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Endosso as palavras do Senador Paim em relação ao seu pronunciamento, Senador Confúcio.

Pela ordem de inscrição, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – Senador Confúcio – para aproveitar esse tema, V. Exa. que é médico como eu –, tenho um orgulho muito grande de estar nesta Casa na presença de ilustre amigo, companheiro e Parlamentar que honra o seu Estado.

No meu Estado também, nós temos uma comunidade indígena muito forte. E digo a V. Exa. que o que eles mais querem é essa pacificação, essa tranquilidade para eles poderem viver em paz. Eu quero aproveitar para parabenizá-lo por tocar nesse tema, por trazer esse tema em debate a esta Casa, e aproveito também para poder homenagear, com a licença de V. Exa., uma comunidade indígena do meu Estado que fica próxima a uma cidade de nome Japorã, comunidade essa de nome Porto Lindo onde o cacique Roberto Carlos, uma pessoa extremamente sensível, humana, muito afeita às situações que os índios estão vivendo não só naquela região, mas em todo o Brasil. Digo a V. Exa. que terá aqui um companheiro para poder resgatar, cada vez mais, as situações humanitárias que envolvem a comunidade indígena do Brasil.

Parabéns por tocar nesse tema!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – V. Exa., Senador Nelsinho Trad, segue com a palavra como orador inscrito, V. Exa. que representa aqui o PSD, do Mato Grosso do Sul.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, Senador Lasier; faz parte da Mesa o Senador Izalci; Sras. e Srs. Senadores; população que está nos assistindo, primeiramente, gostaria mais uma vez de me apresentar.

Eu sou Nelson Trad Filho. Sou médico, formado na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, onde vivi por 11 anos fazendo a minha especialidade médica; sou urologista e defendo muito a questão da saúde. Fui Prefeito de Campo Grande, onde tive o privilégio de ter tido como meu Secretário de Saúde o atual Ministro Luiz Henrique Mandetta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Quero aqui colocar a esta Casa – e já discuti esse assunto com alguns colegas, e aqui está o Senador Kajuru, que muito engrandece este Parlamento, uma das pessoas com quem discuti esse tema; e já falei com o Senador Romário, Presidente da CAS, Comissão em que a saúde está inserida –, Senador Lasier, que vou propor uma audiência pública para nós tratarmos de um tema muito importante não só para a medicina brasileira como também para a sociedade em geral, que é a telemedicina, Sras. e Srs. Senadores, Senador Confúcio, que vai enriquecer muito esse debate com o seu conhecimento, principalmente oriundo de um Estado onde a telemedicina poderá ajudar muita gente.

O Conselho Federal de Medicina publicou, no último dia 3, a Resolução 2.227, que define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. O que ocorreu? Houve a necessidade – e foi premente numa pré-discussão – de se debater melhor esse assunto. Muitos conselhos regionais de medicina nos procuraram, sindicatos oriundos da saúde, a própria sociedade organizada. E o próprio Conselho Federal de Medicina – informou-me hoje, seu Vice-Presidente, Dr. Mauro Ribeiro – abriu uma consulta pública através do *site* do Conselho Federal de Medicina, no qual as pessoas podem entrar, podem entender o projeto, podem opinar, o que com certeza será de grande valia para que esse assunto possa ser esgotado na forma de um debate equilibrado, tranquilo, para que a gente possa acompanhar a evolução da tecnologia, que hoje é algo imprescindível na vida de cada um. E que isso possa ajudar a questão da saúde, principalmente a saúde pública no nosso País.

Entendo que esse é um assunto polêmico. Eu venho de uma escola, Senador Confúcio, onde aprendi que a relação médico-paciente é soberana, a clínica médica está acima de qualquer exame, por mais tecnológico e, vamos dizer assim, certeiro que possa ser para o paciente. Mas entendo também que nós não podemos fechar os olhos para uma situação de modernidade, de evolução da tecnologia que nós temos hoje à disposição da nossa sociedade e do mundo.

Já pesquisei em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e outros países da Europa. Esse é um assunto extremamente avançado, com dados estatísticos que comprovam a questão da sua eficiência.

E quero aqui solicitar aos pares o apoio no sentido de nós promovermos essa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, na qual a saúde está inserida, no sentido de fazer aqui um grande debate, que esta Casa possa ser protagonista dessa situação.

Esse era o assunto que eu queria abordar hoje, Senador Lasier.

Aproveito, Senador Confúcio – e já passo o aparte a V. Exa. –, para abrir um parêntese na questão indígena, tão bem colocada por V. Exa., Senador Paim: no meu Estado, através do Governador Reinaldo Azambuja e da Secretaria Estadual de Saúde, nós temos um programa de caravana de saúde que é modelo para o restante do Brasil. E nós lá idealizamos a Caravana da Saúde Indígena. Eu mesmo, como urologista, atendi em quatro comunidades indígenas, em locais diferentes do meu Estado, e pude ver realmente a realidade da situação de cada comunidade dessa.

Quero aqui deixar esse registro, porque realmente é uma política de atenção à saúde no local mais distante. Jamais um indivíduo índio que mora lá poderia imaginar que toda uma estrutura de saúde chegasse até ele como chegou, com especialistas em diversas áreas fazendo o atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E quero aqui fazer também um registro: é impressionante, pelo menos lá no meu Estado, o grau de conhecimento, a inserção do índio nos tempos atuais da sociedade. Então eu penso que realmente isso é uma coisa que deveria ser colocada.

E deixo o aparte a V. Exa. neste instante.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Nelsinho Trad, é uma satisfação muito grande aparteá-lo no seu discurso histórico. Talvez seja o primeiro discurso que acontece com esse tema telemedicina aqui no Plenário do Senado.

V. Exa. é de uma família tradicional, de políticos honrados. Paim e eu aqui, aqui presentes, fomos colegas do seu pai, Nelson Trad, com muita honra. A sabedoria dele nos inspirou muito. E agora V. Exa. o sucede aqui.

E o tema é telemedicina. Nós estamos vivendo a quarta revolução industrial, que é o mundo digital. E o senhor vem oportunamente inserir, neste momento histórico, um tema relevante, que é a telemedicina alcançando comunidades e quaisquer centros universitários de treinamento Brasil afora.

Ela já existe. Ela já existe monitorando cirurgias a distância, cirurgias complexas, teleguiadas. Ela já existe nos exames laboratoriais com laudos a distância, com rapidez imensa. De qualquer cidade e até de países estrangeiros, o laudo vem instantaneamente.

E V. Exa. defende aqui, com imensa sabedoria e uma certa provocação, o tema como conflituoso e de difícil entendimento. Mas, querendo ou não, ele vai ser implantado agora. Se não for agora – for mais tarde –, a gente vai só perder tempo, porque é realmente um tema palpitante, interessante. Seria o mesmo que nós, a partir de agora, não usássemos mais o celular e falássemos: "Não, não quero mais este celular. Não vou mais usar o 'zap-zap'". Não há como.

Então, a tecnologia avança, os exames laboratoriais avançam, as cirurgias complexas avançam.

Eu parabenizo V. Exa., louvo a sua coragem de apresentar esse tema complexo no Plenário do Senado Federal. Parabenizo V. Exa. pelo discurso oportuno.

Muito obrigado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Agradeço, nobre Senador e colega Confúcio Moura.

Realmente, nas faculdades de Medicina, principalmente aquelas com maiores condições, nós já temos a cadeira da robótica, em que o aluno já aprende a lidar com essas cirurgias complexas que são feitas – é lógico, teleguiadas por um ser humano qualificado – através do robô.

Realmente, vai ser um tema que vai gerar um debate muito interessante nesta Casa. E eu acho que esse é o nosso papel. Vamos ouvir aquele que defende, aquele que faz a contradita, para que o Conselho Federal de Medicina possa extrair o pensamento, realmente, no tempo em que estamos vivendo, da nossa sociedade.

Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Nelsinho Trad, eu usei hoje, lá na Comissão de Direitos Humanos – permita-me repetir –, a frase. Eu disse ao Senador Irajá, que é filho da Senadora Kátia Abreu, brilhante Senadora – é inegável; quem está aqui nos debates vai ver, independentemente da posição dela, que ela é brilhante... Eu quero dizer a mesma coisa em relação ao seu pai e meu querido amigo Nelson Trad: "A maçã não cai longe do pé". Teu pai sempre foi um Parlamentar brilhante, e V. Exa., desde o primeiro momento em que aqui chegou e neste pronunciamento de hoje, corajoso, firme, aberto ao debate,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

sobre as novas tecnologias, robótica, cibernética, tudo está mudando... E caminhamos nesse sentido. V. Exa. traz o debate.

Percebo aqui que V. Exa., com muita alegria, está também na CDH. Se V. Exa. quiser promover – porque isto é direitos humanos: saúde, vida – um debate sobre esse tema lá na CDH, V. Exa. vai presidir a sessão. V. Exa. apresenta o requerimento, votarei no Plenário e V. Exa. preside. Porque é um assunto que interessa a todo o povo brasileiro. Quem sabe...

Permita-me, e aqui eu termino já: eu acho que os apartes, Senador, não podem ser muito longos. Há gente que pede um aparte e fala meia hora aqui. Não dá. Então, eu quero concluir.

Quem sabe esse novo sistema até de consulta, como eu vi hoje pela manhã, vai atender até os mais pobres, no interior do interior do interior, onde não há – queiramos ou não – médicos como nós gostaríamos.

Meus cumprimentos a V. Exa. Eu estou tendo uma surpresa, quero dizer isto agora neste momento, uma boa surpresa com os novos Senadores que aqui chegaram.

Muito obrigado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Paim, V. Exa., que tem da minha parte uma admiração que já confessei pessoalmente no instante em que estávamos conversando, pode ter a convicção: as nossas Comissões, nas quais eu estou presente – tanto a que V. Exa. preside quanto a que o Senador Romário também irá presidir –, são muito afeitas uma com a outra – as questões sociais, as questões de saúde são muito afeitas aos direitos humanos. Pode ter certeza: vamos fazer aí uma sessão das duas Comissões para que agregue valor, o seu conhecimento, o conhecimento dos Senadores presentes nessas Comissões.

Senador Kajuru.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Nelsinho Trad, de Mato Grosso do Sul, eu acompanho as palavras do nosso símbolo, Senador Paulo Paim, aqui desta Casa.

Quando cheguei aqui, muitos pensavam: "O Kajuru vai chegar aqui para brigar". Não, Lasier Martins, meu querido amigo gaúcho, eu não brigo; brigam as ideias e não os homens. Eu disse que, quando discordar aqui, para discordar, eu não preciso desqualificar ninguém. Aprendi isso.

Mas é muito bom... Tenho dito isto em todos os lugares – eu tenho 30 redes sociais com 9,123 milhões de seguidores, graças a Deus –, eu tenho dito nos meus telejornais, à 1h30 da tarde e às 10h da noite, que apresento, que é muito bom, é muito prazeroso ver novos Senadores tão preparados, tão qualificados, tão éticos, tão respeitosos, como V. Exa. – e não só por ser médico, porque sei que é qualificadíssimo também – aqui no Senado. Então, isso nos enriquece, enriquece esta Casa. Eu falei isso hoje na Rádio Jovem Pan, em rede nacional, para o jornalista Marco Antonio Villa, que é um historiador.

Então, Nelsinho Trad, Mato Grosso do Sul só pode ter orgulho de V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Encerro aqui, Sr. Presidente, relembrando que o Conselho Federal de Medicina abriu um *link* de consulta no seu portal, que vai ficar até o dia 7 de abril, em que os médicos regularmente inscritos no CRM e entidades de representação da categoria poderão emitir a sua opinião e sugestões para aperfeiçoar a norma que coloca a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologia.

Vamos aqui promover essa audiência pública, convidar os representantes das entidades e fazer com que o nosso papel possa realmente vir ao encontro do anseio da sociedade, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

debater o assunto, esgotar esse assunto e fazer com que esse tema possa a vir a contribuir com a saúde pública do nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Cumprimento o Senador Nelsinho Trad, que muito cedo traz ao debate também, ao Plenário do Senado, esse tema da telemedicina, que vem ocupando grandes espaços ultimamente, não apenas nas revisas especializadas, mas nos jornais, na imprensa. A telemedicina é um assunto que, já percebemos, se prenuncia como alvo de grandes debates aqui nesta Casa.

Anuncio agora como Senador inscrito o Senador Vanderlan Cardoso, do PP, de Goiás.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é um prazer enorme estar aqui ocupando pela primeira vez, Senador Izalci, a tribuna, representando o meu querido Estado de Goiás.

Eu hoje, ocupando pela primeira vez, Presidente, venho com uma boa notícia para o meu Estado: na data de ontem, fui escolhido como Presidente de uma comissão importante, que é a CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, do Senado Federal.

Para mim, é um motivo de muita satisfação, porque é uma área... Muitos até pensavam que nós iríamos optar, por exemplo, pela agricultura, por nosso Estado ser um Estado, Senador Paulo Paim, do agronegócio, que a gente optaria pela participação na Comissão de Agricultura.

Mas ciência e tecnologia sempre me fascinaram e sempre estivemos atuando nessa área, Senador Jorge Kajuru; então optamos – e por felicidade. Quero estender os meus agradecimentos ao nosso Presidente do PP, o meu partido, Senador Ciro Nogueira, também à nossa Líder da bancada, Senadora Daniella, e a todos que compõem o meu partido – essa indicação foi do Partido.

Mas uma coisa me chamava a atenção com relação à Comissão, e hoje, Senador Chico Rodrigues, do querido Estado de Roraima, onde morei e pelo qual eu tenho um carinho especial, uma paixão – e o Chico sabe disso –, fui perceber que essa Comissão ultimamente, Senador Jorge Kajuru, atendia muito mais as solicitações na área da comunicação – que é muito importante, não podemos deixar de ressaltar isto: as rádios comunitárias são importantes, as concessões são importantes. Deixou-se muito de lado, Presidente, a questão da ciência e da tecnologia, que é fundamental para o crescimento deste País.

Nós temos deixado de lado em nosso País a busca por mais alternativas, por exemplo, na área da energia. O mundo avançou tanto nessa área, e nós fomos ficando para trás. Hoje, existem fontes de energia bem mais em conta, Senador Paulo Paim, do que talvez o painel fotovoltaico, que se discute muito. Mas o painel fotovoltaico, no sistema que é feito hoje, já ficou um pouco para trás.

É um projeto, é uma área que eu estou discutindo já há alguns anos. E quem detém essa tecnologia, porque investiu bastante nessa área, são os chineses, que estão dominando a área de tecnologia, de informação, da ciência. Alguns até dizem que a China vai passar os Estados Unidos nessa área em 2035. Eu já discordo, acho que vai ser por volta de 2025 pelo tanto que estão investindo. E nós fomos ficando para trás.

Eu vejo o discurso do momento agora, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, falando em o País voltar a gerar emprego e renda. Eu acredito nisso, e a minha proposta na campanha foi de geração de emprego e renda, qualificação profissional, as reformas que este País precisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

principalmente a reforma da previdência, a reforma tributária, a política entre outras – mas essas são as principais.

Para que se gere emprego em nosso País, não adianta nós irmos lá fora buscar investidores, Senadores, dizendo que aqui é um oásis, que podem vir investir aqui, se nós não fizemos nem o dever de casa, nós não temos energia.

É por isso que essa Comissão, cuja Presidência eu assumi ontem, Senadores, eu vejo de fundamental importância. Nós vamos dar foco, sim, na comunicação, na informática, mas nós temos que virar também o nosso foco para a ciência e a tecnologia, se nós quisermos continuar a crescer neste País, aliás, voltar a crescer neste País. Não adianta: sem energia, nós não vamos a lugar nenhum; sem investimento em pesquisa, nós não vamos a lugar nenhum. Então, nós precisamos realmente encontrar o rumo e começar a voltar a investir em energia, não somente em energia cara.

Nós temos aí as nossas usinas hidrelétricas, que inundam uma quantidade enorme de terras. Ecologicamente podem ser corretas, mas, com essas inundações, há muitos questionamentos ambientais e o custo para cada mega usado na construção é altíssimo. Nós temos as PCHs, Senador Paulo Paim, que, dependendo da usina e do terreno e da localização onde vão ser instaladas, variam entre R$5 milhões a R$8 milhões, R$9 milhões para cada mega produzido de energia, que também é caro. E nós temos soluções que estão em outros países.

Eu não sei. Conversava hoje pela manhã com o Senador Amin, conversava com ele – acaba de chegar – sobre o porquê de o Brasil se fechar tanto a essas novas tecnologias e simplesmente abrir as portas para algumas empresas em painéis fotovoltaicos que aproveitam 16% – estão falando aí que aproveitam 22% – da energia solar, da luz do sol, se nós já temos tecnologias que podem chegar até a 60%. Por que esse fechamento? Nós temos também que começar até, através de uma investigação, por que se investiu tanto nessas usinas de geração de energia, ou seja, a óleo diesel... Ali, em Goiânia, é comum. Você chega lá, passa na BR e vê aquele mundo de geradores e, quando se liga – quando se liga, porque ali é uma fonte de riqueza, de dinheiro público que está sendo investida naquelas usinas a óleo diesel caríssimas... Muitas pessoas e muitos grupos econômicos que têm influência no Legislativo conseguem implantar isso nos Estados e começa-se a barrar a entrada dessas energias alternativas no nosso País. Está tendo interesse de alguém nisso. Vamos investigar.

O que eu defendo é que, para nós gerarmos emprego e renda neste País, Líder e Senadora Daniella, se nós não fizermos esse dever de casa que é ter energia e energia a preço compatível... Essas usinas termelétricas, o desperdício que são de energia. Esse custo altíssimo vai compor a tarifa da energia que vai ser repassada aos consumidores.

A agência reguladora – no caso da energia, a Aneel – autorizou, no último ano, aumentos, Senador Chico Rodrigues, abusivos. No meu querido Estado de Goiás, a Aneel, Senador Jorge Cajuru, que está acompanhando isso juntamente com o Senador Luiz Carlos do Carmo, aconteceu o abuso: a inflação, no último ano, foi algo em torno de 3,5%, mas o aumento da energia para o grande consumidor foi de 26% e para o consumidor de baixa renda, ou seja, o pequeno consumidor, foi de 16%. Quando você vai procurar justificativas, além de encontrar ali as portas fechadas, você tem que entrar na Justiça para saber o que compôs aquela cesta de aumentos para eles aumentarem daquele jeito. A justificativa que vem, infelizmente, é para apresentar para alguém que não entende de números. E quanto a números, graças a Deus, uma coisa que eu aprendi na vida, Senadores, foi números, fazer contas. Aliás, o empresário hoje, o cidadão, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

sobreviver neste País, para ter uma empresa, para gerar emprego, para pagar os impostos absurdos que há neste País, para sobreviver, tem que saber fazer muita conta por causa do sistema tributário e por causa desse desejo insaciável do Governo por aumento de impostos. Então, esses aumentos abusivos autorizados por uma agência reguladora, que é do Governo, sem justificativa, sem justificativa, é doído. Como colocar nos aumentos das empresas, no orçamento familiar um aumento abusivo como esse?

Então, quero terminar essa primeira fala minha dizendo que a Comissão de Ciência e Tecnologia vai ser uma das mais importantes aqui do Senado, porque nós não vamos ficar ali, dois anos, discutindo simplesmente para onde vai essa rádio, essa concessão, isso ou aquilo somente na área da comunicação. Nós vamos dar foco nisso também, porque eu acho muito importante os Municípios terem as rádios comunitárias, resolvermos a questão das concessões. Vamos ter diálogo sobre isso. Mas eu quero debater é ciência, é tecnologia, para nós resolvermos os problemas deste País, que está muito atrasado.

Eu, Senador Luiz Carlos do Carmo, que viajo o mundo inteiro, vou ver as alternativas que há pelo mundo afora em tecnologia, em informação. Recentemente, eu estive na Indochina e fui ver um país que virou cinza, que virou pó com a Guerra do Vietnã – guerra entre os Estados Unidos e o Vietnã –, que é o Vietnã. Isso me chamou a atenção, porque tantos amigos, colegas e pessoas chegavam para mim e falavam que alguma coisa espetacular estava acontecendo no Vietnã. E eu fui lá para conhecer isso, Senador Paulo Paim: metrô sendo construído, prédios enormes, Senador, sendo construídos, a área da confecção dando empregos para todo lado, roubando da China no que a China era forte. E também na área da tecnologia, de brinquedos. É um país em crescimento que, há pouco tempo, era pó.

Fui ao Camboja. Fiquei entusiasmado com o país, nós o víamos e achávamos que estávamos muito anos à frente. Lá, Presidente, vi um país que investiu maciçamente no turismo e na educação, qualificando a população para receber os turistas. Obras para todos os lados, complexos turísticos, hoteleiros. Fazendo uma reflexão, fui também a países desenvolvidos visitar e ver que eles fizeram o dever de casa.

Voltando ao Brasil, o que a gente vê aqui, depois de chegar dessas viagens? O que nós estamos fazendo em nosso País? Vejo, Sr. Presidente, muitos discursos tratando de custos elevados, são discussões ao léu que não têm sido práticas. Nós sabemos que, para gerar emprego e renda, para a economia crescer, para arrecadar mais impostos em nosso País, temos de fazer nosso dever de casa, mas nem o dever de casa a gente está fazendo. Lá fora, quando a gente chega, somos reconhecidos, na área da agricultura, do agronegócio, como um País de primeiríssimo mundo porque nós estamos dando lição naqueles países em produtividade, em tecnologia. Mas nós só vamos bem nessa área da parteira para dentro, pois, da porteira para fora, nós somos um desastre: nós não temos estradas, nós não temos ferrovias, nós não temos portos. Em tudo o que o Governo central se intrometeu a fazer, Senador Amin, foi sem competência nenhuma, como construir ferrovias, construir portos... Nós termos a Norte-Sul, que ia beneficiar vários Estados, e há mais de 25 anos está sendo construída. Hoje está daquela maneira. Então, temos de repensar.

Nesta Casa nós temos esse papel de dizer: olha, o que está dando certo? Não é vergonhoso para nós ir procurar em outros países o que deu certo para aplicarmos aqui. Aliás, as nossas empresas só cresceram, Sr. Presidente, depois que nós fomos buscar tecnologia em outras empresas no País e fora, para aplicarmos em nossas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor, Senador Paulo.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Vanderlan, primeiro quero parabenizá-lo pela Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Estive lá e vou participar. Acho que é uma Comissão muito importante exatamente para resolver esses problemas de desenvolvimento do nosso País.

Foi através da pesquisa, dos investimentos em pesquisa que, por exemplo, a gente fez com que a Petrobras descobrisse o pré-sal, com tecnologia nacional, com pesquisadores nacionais. Assim foi encontrada uma das maiores riquezas do nosso País, 7 mil metros abaixo do nível do mar.

Então, conte com a nossa bancada na discussão desses temas muito importantes para o desenvolvimento do nosso País.

E falava naquele momento que nós temos que fazer, inclusive, com que as pesquisas e a tecnologia sejam apreendidas pelos setores menores da sociedade, os empreendedores lá no interior do nosso País, da nossa Amazônia, como a exploração extrativista, através das pesquisas medicinais. Lá na Amazônia, que tem umas das maiores riquezas da biodiversidade do mundo, está a solução de graves doenças ou mazelas do mundo.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É verdade.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas falta chegar a tecnologia a esses empreendedores menores do interior da nossa região.

Mas eu queria falar, aproveitando este aparte, sobre a questão da energia. E eu sei dos problemas que Goiás vive após a privatização da Celg, que é uma experiência que nós vivemos lá no Pará – experiência negativa – com a privatização da Celpa. O que aconteceu? Os grandes grupos ganham a privatização, mas depois não reinvestem no próprio local, colocando em queda a qualidade do serviço. Pelo contrário, eles deveriam investir mais para interiorizar os nossos Estados, que precisam dessa interiorização. Inclusive, o Governo Federal criou o Luz para Todos, mas combinado com essas empresas estaduais...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para a interiorização poder chegar mais rápido.

Pois bem. Então, nós temos muito a discutir. Vocês lá do Goiás contem com a experiência lá do Pará nessa questão, porque nós somos o maior produtor de energia limpa hoje no Brasil, com as nossas hidrelétricas, mas nós, os paraenses, temos uma das energias mais caras do Brasil. Então, nós precisamos aprofundar essa discussão, inclusive com a Aneel, para que proteja o consumidor.

E, ao falar nisso, Senador, eu tenho uma PEC – eu o convido para a gente agregar essa discussão a ela –, porque você sabe que o ICMS, o imposto do consumidor, é pago lá no consumidor, na produção de energia. Então, o Pará, por exemplo, ou o Goiás ou os maiores produtores de energia ganham o *royalty*, que é o bombom da cadeia, mas o imposto é lá no consumidor. E geralmente são nos grandes centros, que já são grandes ganhadores nessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Então, eu tenho uma PEC aqui que inverte: que o ICMS também seja feito no produtor e não no consumidor.

Para se ter uma ideia, o Pará, se fizesse essa inversão, ganharia 500 milhões por ano, que é exatamente o que o senhor falou numa outra situação, porque são os nossos Estados que têm esta precariedade da infraestrutura: estrada, portos, ferrovias, etc. Onde a gente investiria esses 500 milhões? Exatamente na infraestrutura para ajudar a desenvolver nossas regiões.

Parabéns pela intervenção hoje no Senado Federal.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo Rocha, eu conheço bem o seu Estado, sei do que o senhor está falando; aliás, nós temos indústria ali na cidade de Benevides há mais de 20 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... e eu sou favorável ao que o senhor acabou de falar. O Estado do Pará é um dos maiores produtores de energia e, com isso, o problema ambiental fica no Estado, problemas outros inúmeros ficam no Estado, mas os *royalties* são muito pequenos. Essa é uma defesa na qual o senhor pode ter certeza de que eu estarei junto do senhor aqui no Senado Federal.

Os Estados produtores, que exportam energia, ficam com uma pequena parte desses impostos.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador...

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Espiridião, por favor.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fila é grande. Eu também estou na fila, Senador. (*Risos.*)

É o prestígio do seu pronunciamento.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu serei muito breve, porque não vou postergar a oportunidade de os demais Senadores o apartearem, especialmente o Senador Kajuru, que não me perdoaria.

Eu só quero registrar a minha satisfação de o meu companheiro e amigo, Senador Vanderlan, ter assumido a Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, porque é uma escolha que demonstra um foco, um objetivo – e V. Exa. explicitou isso – muito amplo, diversificado e fundamental para o futuro do nosso País.

Uma potência como é, por natureza, pelo povo, pela posição geográfica, o nosso País não pode ser dependente de tecnologia comprada cada vez; tem que desenvolver polos que lhe permitam – ao Brasil – acompanhar o desenvolvimento tecnológica, modernizar-se e poder ser competitivo. Sem essa modernização constante e, se possível, grandemente autóctone, ou seja, produzida por nós, nós não cumpriremos a nossa missão. E a Comissão que V. Exa. passou a presidir a partir de ontem tem um papel muito importante, e eu, como suplente naquela Comissão, desejo ser seu parceiro, parceiro do Senado e ajudar o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Amin, pelas suas palavras.

Senador Paulo...

Senador Jorge Kajuru, que é do meu Estado.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

Presidente Izalci, permitam-me V. Exa. e o Brasil inteiro: eu vou ser rápido, mas preciso de um tempinho a mais porque o que vou fazer aqui não é um aparte; eu vou proporcionar aqui um ato que raramente na história desta Casa foi visto. Isso porque eu não tenho compromisso com o erro. Quando eu erro, eu volto atrás.

Mas inicio dizendo que o Senador goiano, portanto do nosso Estado, Vanderlan Cardoso, poderia ser Presidente da Comissão de Agricultura, com a sua visão empresarial e com o talento de sobra que tem. Escolheu, contudo, a de ciência e tecnologia. Tenho certeza de que fará um trabalho marcante no seu mandato à frente da Presidência daquela Comissão. Não tenho nenhuma dúvida disso.

Quero dizer também que o senhor merece – e o Estado de Goiás tem que fazê-lo – um reconhecimento pela sua atitude na brilhante ação judicial contra a empresa italiana Enel, que veio para melhorar a energia de Goiás e, na verdade, só a piorou. Também o acompanho e o cumprimento pela sua ação em relação ao Sindifisco, em Goiás, em função dos incentivos fiscais...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concluo, Presidente, dizendo: Vanderlan Cardoso e eu, desde 2014, tínhamos uma relação fantástica, próxima, respeitosa. De repente, agora, mês atrás, eis que eu cometi talvez uma das maiores injustiças da minha vida com um homem. E, quando eu cometo, eu volto atrás.

Rezei, minha esposa foi fundamental nisso, cada noite. Nosso amigo em comum Jorcelino Braga foi, porque ele viu o meu sofrimento, porque eu fui pego de uma forma covarde até com documentos falsos, informações malditas contra V. Exa. E eu acabei ofendendo-o de uma forma que eu vou demorar para me perdoar. E Deus talvez também vai demorar para me perdoar.

Eu peço-lhe desculpas publicamente, nacionalmente por tudo o que lhe falei. E, naquele nosso jantar da última sexta-feira, eu fiz isso olhando nos seus olhos e falando em nome de minha mãe e dos 6% de visão que eu tenho.

Peço-lhe perdão absolutamente como um ato sincero, de coração, por Deus. E tenho certeza de que nunca mais cometerei erro com V. Exa.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Senador Vanderlan, eu queria um aparte também, se for possível.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Senador Paulo Paim solicitou. Em seguida...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu posso ceder para ele, sem problema, porque eu serei rápido.

Não posso deixar de fazer um aparte a V. Exa. e vou dizer por quê, querido Senador Vanderlan Cardoso, do PP, o mesmo do Luiz Carlos, grande Senador, o mesmo da Senadora Ana Amélia, grande Senadora também, que optou ser candidata a Vice-Presidente e tinha uma vaga eleita como Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Minha conselheira.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senador.

Deixe-me só dizer, pelo conjunto da obra, e aqui eu vou encerrar.

V. Exa. é um grande empresário, um especialista, conhece o que fala, deixou claro aí. Mas V. Exa. poderia falar dos Estados Unidos, da Europa, mas V. Exa. falou de Camboja, do Vietnã, da China. Isso mostra a grandeza de quem olha para o mundo de forma ampla, querendo extrair de cada país, independentemente da ideologia político-partidária, enfim, o melhor para nós.

Então, fico muito feliz com o seu pronunciamento.

Esse é um discurso de estadista, eu diria.

E é bom para mim, que já tenho aqui mais de 32 anos no Congresso, quase 40 anos, ver que esta safra – permita-me que eu diga, o senhor é da área – que está vindo de novos Senadores, independentemente da idade, a safra que chegou – como o Senador Esperidião Amin, um grande Senador –, sem sombra de dúvida, vai contribuir muito para o País.

Por isso falou aqui, inclusive, contestando alguma privatização, que V. Exa. entendeu que não deu certo. Eu entendo que V. Exa. é daqueles homens que dizem "vamos privatizar o que está errado". O que está dando certo, deixa tocar. E tomara que acertem.

Mas eu tenho mais ou menos essa visão.

Meus cumprimentos.

É uma alegria fazer um aparte ao senhor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador. Eu já vou entrar no assunto.

Eu quero dirigir-me a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, em primeiro lugar, para dizer que não guardo mágoa. Nós tivemos um projeto juntos. Mas eu vejo um gesto de grandeza da sua parte – nós conversamos na última sexta – ao fazer isso aqui, esse pedido aqui, no Plenário do Senado Federal. Eu fico até emocionado.

A gente, realmente, comete erros.

Mas eu quero dizer a V. Exa. que, como eu lhe disse na sexta-feira, vamos trabalhar em prol do nosso querido Estado de Goiás, que passa por muitas dificuldades. E V. Exa. já provou aqui, neste curto espaço de tempo, que o senhor não vai ser um Senador meramente para vir aqui marcar presença, que vai ser combativo, colocando as suas opiniões... E muitas vezes as nossas opiniões nem sempre são certas, mas eu vejo que V. Exa. está procurando mais acertar, como eu também.

Então, que Deus o abençoe. Parabéns! Da minha parte o senhor pode ter certeza de que vai ter um amigo, companheiro, como a gente sempre foi.

Quero aqui, Senador Paulo Paim... Essa observação, vindo de V. Exa., é muito importante para mim, porque é um Parlamentar, um Senador que eu admiro.

Com relação à questão das privatizações, Senador, eu disse que sou favorável, mas não da maneira que se está fazendo. Eu tiro lá pela questão da nossa Celg, que está aí, entrou 800 milhões no caixa do Estado, assumiu uma dívida de quase 4 bilhões e mais outros penduricalhos, que o Governador Ronaldo Caiado já disse que não vai pagar, porque não tem dinheiro em caixa para pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

E a forma com que vêm sendo feitas essas privatizações no nosso País, qualquer um de nós – qualquer um de nós – por mais simples que seja o cidadão, ele tem condições de fazer. Ou seja, ou numa concessão, ou numa privatização, a empresa não está entrando com nada e não faz os investimentos se não for com um financiamento a juros subsidiados pelo banco oficial.

Esse modelo eu não defendo. É o que nós temos que rever nesta Casa, Senador Jorge Kajuru, Senador Chico Rodrigues, Luiz Carlos... Esse sistema de privatização e concessão nós temos que rever, Sr. Presidente.

Olha o caso da Enel. A Celg, está aqui no pronunciamento que eu escrevi, Senador Kajuru, eu nunca imaginava na minha vida que eu ia ter saudade da antiga Celg, porque era a pior companhia distribuidora de energia do País, mas havia algumas regiões do nosso Estado que eram atendidas. Eram prejudicados talvez setores que não tinham tanta voz, como por exemplo os produtores de leite, Senador Paulo, aqueles que vivem no dia a dia tirando mil litros de leite, 500 litros de leite e que têm ali e precisam da energia para resfriar seu leite até o caminhão passar, dos laticínios, para levar o seu leite.

Esses estavam passando por sérias dificuldades, mas talvez não havia aquele olhar como está acontecendo agora depois que foi privatizada para a Enel, Senador Chico. Primeiro que vêm os aumentos abusivos que o cidadão... Nós que temos advogados, que temos aí pessoas, e eu entendo um pouco, que não precisam pegar, e eles passaram para nós porque a Justiça Federal mandou que eles dessem justificativa dos investimentos que eram para eles fazerem e dos aumentos de tarifas que eles deram, 32 páginas para encher linguiça e cheias de pegadinha. Isso não funciona comigo. Vão ter que responder por isso, certo?

Então, sou contrário a esse sistema. A Enel hoje colocou o Estado de Goiás, uniu todo mundo. Se não havia, se os grandes produtores não eram unidos com os pequenos produtores, com o arranjo produtivo local, com os criadores, com os frigoríficos, com os industriais, hoje está todo mundo unido.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Um aparte.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Um aparte ao Senador Chico.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero parabenizar o Senador, amigo, Vanderlan, pelo brilhante pronunciamento e oportuno pronunciamento para o momento em que vivem todos os Estados do País em relação a essa questão energética, e gostaria de dizer, nobre Senador Vanderlan Cardoso, que tivemos a honra e felicidade de tê-lo em nosso Estado por muito tempo, sua esposa inclusive é...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É macuxi.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Macuxi, originária do nosso Estado.

Nós, hoje, praticamente vivemos além dos apagões porque não temos uma energia segura, nós vivemos com a maior tarifa de energia do País, o que inviabiliza qualquer atividade econômica. Portanto, V. Exa., pontualizando o caso específico do seu Estado, Goiás, expande, na visão de todos os Senadores e de toda a população brasileira, por que não dizer que nos assiste neste momento, esse mesmo dilema. Portanto, são palavras certeiras que devem fazer parte da pauta do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Eu acho que essa questão das privatizações, que parecia aos olhos de alguns a solução para os problemas energéticos nacionais, pelo contrário, pelo menos até agora só tem causado transtornos para a sociedade brasileira, para os consumidores e principalmente para o consumidor final. Para as empresas nem se fala. V. Exa. com uma precisão cirúrgica está realmente detalhando essa questão.

Portanto, parabéns pelo brilhante pronunciamento.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Questão de ordem, Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz Carlos.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vanderlan, eu fui Deputado Estadual por dois mandatos e segui bem esse negócio da Celg. Realmente, a Celg tinha sido privatizada, inclusive deu um prejuízo para o Estado de Goiás de mais de R$10 milhões. Eu segui quando o Governador Alcides queria vender, entrou outro governador e não deixou vender.

Eu segui aquilo ali de perto, em que ia entrar muito dinheiro para o Estado de Goiás, ia vender, mas do jeito com que se faz hoje o Governo, que vende, entrega de graça e o empresário não entra com dinheiro nenhum. Nenhum, nenhum, nenhum! Certo? O Cara só tem que ter capacidade de pagamento, vai ao BNDES, oferece um dinheiro subsidiado e entra. Qualquer um dá conta de comprar uma empresa daquela. Qualquer um! Agora, a que se chegou: a Celg estava ruim, mas estava muito melhor do que está agora.

O Estado de Goiás para gerar empregos só precisa de energia, Vanderlan. O empresário quer investir, mas não tem como. Conheço vários empresários que querem investir, mas não há energia. Nós temos de fazer alguma coisa, o Senado... Eu sei que Goiás reflete o Brasil, mas a situação que há em Goiás é terrível. Eles compraram, tinham de investir um monte de dinheiro lá. Sabe o que eles fazem? Vai um empresário lá, abre um loteamento, gasta o dinheiro do bolso e eles põem que foi investimento deles. Aquilo foi um investimento de particular que fez aquilo para ter um loteamento. "Não; é investimento da Enel". Então, do jeito que está não pode ficar.

Está terrível o Estado de Goiás e, se for o caso, tem que pegar para trás, temos que dar um jeito porque não se arrumou esse dinheiro ainda. Vamos pegar. Concorda? Eu sou a favor de privatizar.

Houve um Presidente que entrou lá quando era Celg e eu pensei que ele ia consertar. O que ele fez? Comprou carro de luxo.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Foi.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Carro de luxo!

O Kajuru sabe de quem estou falando.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sei.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sabe de quem estou falando.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se quiser eu falo o nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Posso falar realmente. Comprou carro e alugou avião para a Celg.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – E não há empresa que dá conta de honrar daquele jeito. Fazer propaganda da Celg, que era a única distribuidora de energia lá em Goiás...

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não tem concorrência.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Não tem concorrência nenhuma.

Então, Vanderlan, você está de parabéns por isso aí.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – E nós três, Kajuru, eu e você, temos de fazer alguma coisa por Goiás...

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sem dúvida.

O Sr. Luiz do Carmo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... porque do jeito que está não pode ficar.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E Senador Luiz do Carmo, o senhor fui muito cirúrgico, parabéns a V. Exa., representante de Goiás.

Eu só concluo rapidinho, para não ser longo. A Celg na verdade não foi priorizada para ser privatizada. Ela não foi privatizada, a meu ver; ela foi "marconizada". Esse sujeito saiu bilionário, tanto que agora teve os seus bens bloqueados em 3,9 bilhões, vocês acreditam? O Senador Chico está assustado, está pasmo. O Senador Marconi Perillo que esteve nesta Casa. São quase 4 bilhões de bloqueio de bens...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aquilo que a Senadora Heloísa Helena falou uma vez aqui é verdade. Um homem que entra, que era pobre, que era auxiliar de garçom, que nunca trabalhou, nunca teve carteira de trabalho, nunca trabalhou em nada, só foi político, um homem que fica milionário a esse ponto é porque é ladrão, desculpe a expressão. A Senadora Heloísa Helena usou esta tribuna dizendo isso, porque não tem jeito de a gente, com o salário que a gente tem, ficar milionário, ter um patrimônio de quatro bilhões. Não é brincadeira, desculpe. Parabéns.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Já quero aqui pelo tempo, e há outros oradores, concluir, não é, Senador Chico?

Eu acompanhei de perto e tenho acompanhado, Senador Chico Rodrigues, esses aumentos abusivos e autorizados por uma agência reguladora. No caso do nosso Estado, porque Roraima é meu Estado também, Chico. Já disse para os três Senadores de Roraima que eu quero ser o quarto Senador para ajudar aquele Estado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... que eu amo de paixão. Foi de 40% o último aumento agora autorizado lá no Estado de Roraima. E eu conheço a realidade do Estado, todo o brasileiro conhece a realidade do Estado de Goiás, do Estado de Roraima.

E eu queria aqui, só falando sobre essa Comissão... O foco nosso que será ciência, tecnologia, informação, informática, questão da comunicação, mas o principal sendo ciência e tecnologia, porque nós sabemos que o nosso País tem que investir nessas áreas.

E quero aqui chamar a atenção já nessa última fala minha, que eu vejo com muita preocupação ser deixadas de lado nas discussões hoje nesta Casa, inclusive na Câmara dos Deputados, uma reforma que é tão importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... que é a reforma tributária. Ela foi deixada de lado. E eu a vejo tão importante, Senador Paulo Paim, como a da Previdência ou talvez até mais, porque os altos impostos é que estão acabando com o assalariado, com o trabalhador, com quem gera emprego e renda. E ela foi deixada de lado, e colocado agora como prioridade... Que ninguém fala de outra coisa mais, inclusive nesta Casa aqui, a não ser do projeto do Ministro Sérgio Moro, que é também importante. E a reforma tributária, Senador Paulo, está deixada de lado.

E aí nós vemos os abusos cometidos. E aí quero aqui falar aos Senadores e Senadoras e a quem está nos assistindo em casa, o litro de gasolina, dependendo do Estado... O meu Estado, o Estado de Goiás, tem o mais caro ICMS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... do País. Chega a ser 52%. Mas a carga tributária é 32%, 33% do nosso PIB. Como é que a Petrobras produz um litro de gasolina hoje, está 1,50 saindo da refinaria e chega a quase R$5 nos postos?

Se nós não formos tratar isso com mais prudência e também com foco na reforma tributária, mas acima de tudo, Srs. Senadores e Senadoras, Presidente, a quebra de monopólios existentes no nosso País, monopólios disfarçados!

Eu digo para vocês aqui – e eu sou do mercado, conheço muito do mercado –, não é preço alto, não é imposto alto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... que vai gerar mais receita e nem vai gerar mais emprego e renda.

A Petrobras, um ano atrás, um litro saindo da refinaria de gasolina era em torno de 1,51, e a Petrobras, Senador Chico, para justificar a quebradeira que foi, ela virou praticamente pó, as ações dela, mas ela tinha que justificar, Senador Kajuru, para os acionistas, o rendimento, e a Petrobras vem, aí no último ano, aumentando o preço da gasolina dia a dia. Chegou a dois e pouco, e ela bateu R$5. O que aconteceu? A população brasileira está desempregada, não tem dinheiro. Deixou de abastecer, começou com 50, abaixou para 20. Já estava quase para falar assim: "Olha, abastece aí um litro de gasolina para ir à próxima esquina, porque depois eu acabo de chegar a pé ou de bicicleta, ou de qualquer coisa. E aí o consumo despencou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

E o que foi que aconteceu? Aí que vem a minha tese de que não é preço alto, de que precisa haver concorrência...

(*Interrupção do som.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A Petrobras começou a abaixar os preços não foi porque ela é boazinha, não. Foi não. Porque não tinha mais onde pôr gasolina, gente. Não tinha mais onde pôr, o povo não tem mais... Aí começou a abaixar. Só que hoje voltou aí a 1,50, se eu não me engano, de 2,11 a 1,50, só que para o consumidor, Sr. Presidente, não vai na mesma velocidade, porque os Estados têm uma pauta elevadíssima, estão abaixando a conta-gotas. E o preço hoje era para estar 1,20 ou 1,30. E chegou aí 0,30 ou 0,40 só. Isso nós temos que ver. Isso nós temos que discutir aqui.

Eu defendo que a nossa Petrobras, que é orgulho nosso, como o Senador Paulo Paim falou aqui. Acho que no mundo em desenvolvimento, buscar óleo, petróleo a não sei quantos mil metros de fundura aí é tecnologia. Mas eu defendo que ela tem que ter concorrência. A partir do momento...

(*Interrupção do som.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – ... em que ela tiver concorrência, ela vai ser mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... eficiente. Ela sendo eficiente, vai dar mais lucro, vai tirar os excessos, vai distribuir até melhores dividendos para seus acionistas, e a população brasileira vai ser beneficiada com o que Deus colocou aqui para nós, que é nós sermos autossuficientes em petróleo. Temos orgulho de falar isso hoje. É o pré-sal que veio, nós somos autossuficientes em petróleo.

Mas o que a população brasileira está usufruindo disso? Com relação a preço, a abastecer, a caminhar, a andar, às indústrias. Olha, nós pagávamos, um ano atrás, um litro de diesel, dois e pouco, 2,20 se eu não me engano. Hoje está quase 4. Abaixou um pouco agora, Senador Chico, Senador Paulo Rocha. Como é que você consegue falar em crescimento de um país dessa maneira? Um quilo de gás é na faixa de R$2,20 para as indústrias, para o consumidor, a 40, 45. Hoje estava R$5 quase...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... um quilo de gás.

Já estou encerrando.

Então, quem está falando para vocês aqui começou lá debaixo sendo engraxate, feirante. Eu sei as dificuldades da vida, como o Senador Kajuru sabe, Senador Chico Rodrigues, nos conhecemos há mais de 30 anos, sabe da minha vida mais do que tudo, como a gente começou. Hoje estou aqui, Senador da República, vim aqui para, junto com vocês, fazer a diferença. Mas há coisas que nós temos que debater exaustivamente para resolver, Senador Paulo Paim, os gargalos que têm este País.

Nós somos autossuficientes em petróleo, mas temos o petróleo mais caro do mundo. Alguma coisa está estranha nisso aí. Temos que ir lá ver o que é. Para gerar energia nas indústrias, para alimentar caldeiras, máquinas, etc., precisa de gás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

(*Interrupção do som.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – ... o consumidor de baixa renda precisa de gás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Temos que rever esses altos custos e se está sobrando gás.

Então, são essas coisas – já encerrando aqui – que na nossa Comissão, com um pouco da experiência que eu tenho... Não estou mudando nada do que eu falei durante a campanha. Eu não conheço Município, Estado e país que cresçam, que desenvolvam a não ser através do emprego, através da oportunidade, porque através do emprego, da geração de renda, qualificação profissional, aí vem investimento em educação, vem investimento no esporte, na cultura, aí a roda gira, fortalecimento do comércio. Foi assim que a minha cidade, que era chamada de "Senador faz medo" – apelidada, que era a mais violenta que existia –, de cidade-dormitório, transformou-se numa cidade próspera que hoje busca mão de obra fora.

Então, eu entendo um pouco e sei do que eu estou falando. Não há outra receita! Se tiverem que me falem qual a outra receita que há.

(*Interrupção do som.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Se tivesse o litro da gasolina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... a R$2,80, R$3, o Governo estava arrecadando mais imposto, o povo estava abastecendo, estava gerando mais empregos na bomba, o cara da bomba já ia ao supermercado, já ia consumir mais isso, consumir mais aquilo, roupa e tudo, ia à manicure, daí por diante, ia cortar o cabelo, e a roda gira. Aí, sim.

É o que o Vietnã, como o Senador Paulo Paim... Fui lá ver, porque não adianta ir lá nos Estados Unidos. Para quê? Para a gente ser humilhado? Então, fomos lá no Vietnã, fomos no Camboja, fomos naqueles países ali, que eles estão investindo na geração de emprego e renda, estão investindo em tecnologia, estão investindo na educação, para tirar aqueles países ali daquela situação que se encontravam. E nós aqui, infelizmente, deitados em berço esplêndido.

Mas sou um otimista, eu acredito que nós aqui, como o Senador Paulo Paim falou, que está muito otimista... Estamos chegando agora, estamos aqui para aprender com vocês, temos alguma coisa também para trazer para esta Casa e dizer para vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... olha, contem conosco. Na ciência e tecnologia, preciso da ajuda de vocês, com projetos, o que vocês tiverem de projeto nessa área, área de informática, informação, leve para nós, ajude-nos, para que a gente possa realmente fazer um bom trabalho aí.

Que Deus abençoe a todos vocês.

Obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

(*Durante o discurso do Sr. Vanderlan Cardoso, o Sr. Lasier Martins, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. É um tema palpitante, poderia ficar a tarde toda debatendo, mas há vários oradores inscritos. Quero, Senador Vanderlan, dizer que sempre presidi a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, e espero que a gente possa continuar, aqui no Senado, trabalhando esse tema tão importante.

Passo imediatamente a palavra ao próximo orador, Senador Jorge Kajuru.

Só lembrando que nós temos ainda cinco Senadores inscritos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Senhoras e senhores brasileiros, nossos únicos patrões, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras presentes, preparem-se. Por fineza, deem um pouco de suas atenções, deixem um pouco os seus celulares, porque o que eu vou fazer aqui hoje eu sei que vai abalar algum alicerce, talvez até aqui no Palácio. E tudo documentalmente, cem por cento documentalmente.

Quero fazer, antes de tudo, neste dia, emocionado que estou pelo meu ato, três agradecimentos.

Primeiro, a um jesuíta, ser humano raro, homem público também raro, catarinense, o Senador Espiridião Amim, que foi até minha mesa e ofereceu uma aula, como intelectual que é, sobre a lição do perdão.

Quero agradecer também ao respeitoso e educadíssimo Senador Paulo Rocha, que veio trazer a informação que a Rede Jovem Pan, que me entrevistou hoje, tanto queria. Ou seja, graças a Deus, conseguimos na Câmara – parabéns à Câmara Federal –, 194 assinaturas, e aqui já temos 27. Portanto, vai sair a CPI mista de Brumadinho. São 29 agora; acrescentaram, então, porque o Paulo está correndo atrás de mais gente para conseguir mais assinatura.

Por último, o último agradecimento é ao Presidente Izalci, exemplo do Distrito Federal, que me concedeu, porque fui até a mesa dele e pedi: "É muito sério o que eu vou falar. Deixe-me um pouquinho mais". E ele: "Kajuru, tudo bem, até porque, infelizmente, a Casa não está cheia." E ela deveria estar, porque vou falar aqui algo que muitos evidentemente iriam querer debater comigo. Claro que respeitosamente, porque para discordar eu nunca preciso desqualificar um colega. Mas tenho aqui – e nós temos que ser sinceros; nós, mais jovens; nós, novatos – que reconhecer que um Senador Paulo Paim é um ídolo. Meu, ele é. Então, bom que ele está aqui, mas eu gostaria de ter outros ídolos, como eu os considero, aqui nesta Casa, para que eles prestassem atenção em algo grave.

Eu fui um entrevistado especial hoje, em rede nacional, pela Rede Jovem Pan de rádio, que é uma rádio histórica, aproveitando que ontem foi o Dia Mundial do Rádio, exemplar em jornalismo e esporte, da família Tuta, Tutinha. São homens que fazem história no rádio brasileiro, de que a Jovem Pan é o maior exemplo.

E lá me entrevistaram jornalistas históricos também e de talento abismal: o Marco Antonio Villa, que é um historiador; Augusto Nunes, que dispensa comentários; economista e jornalista Denise Campos de Toledo, e o Thiago. A entrevista está bombando na internet. Podem entrar aí. Está bombando.

Brasileiros e brasileiras que não tiveram a oportunidade de ver um vídeo de um comentário, para mim merecedor de um prêmio Esso de reportagem, de Marco Antonio Villa, este jornalista a que acabei de me referir na Rede Jovem Pan, para todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gente, a máquina pública brasileira, que custa 1,5 trilhão, tem que ser a nossa maior causa aqui nesta Casa e lá na Câmara, no Congresso Nacional. Nós temos que entrar nesse vespeiro, não há outro vespeiro maior. Discutir a máquina pública e o descomunal gasto dela, com privilégios criminosos. Vocês aqui vão ficar assustados, aturdidos com o que vou falar, e não é do Kajuru; é de Marco Antonio Villa, porque eu dou crédito.

Nascer, viver, e no STF, o Supremo Tribunal Federal, morrer é um privilégio que nem todos podem ter, e haja privilégios nessa Suprema Corte. Gente, senhoras e senhores, Excelências, brasileiros – são nossas principais Excelências e patrões – em um País que já teve no Rio de Janeiro juiz recebendo R$600 mil por mês, eu vejo aqui 222 funcionários por ministro tem o Supremo Tribunal Federal. Eu vou repetir: 222 funcionários para cada um.

Segue esse comentário, porque foi um levantamento feito documentalmente pelo notável Marco Antonio Villa. Gente, os dentes são de uma importância que têm de ser tratados, evidentemente. O Supremo Tribunal possui 12 auxiliares de desenvolvimento infantil. Os auxílios, que chegam a R$15,78 milhões... Auxílio-moradia, por exemplo, ioga, massagem, oficina de respiração... Há cinco publicitários lá. Para quê? São cinco!

E agora vamos ao mais grave, e duvido se alguém aqui não vai ficar assustado, Sr. Presidente Izalci Lucas. Entre as centenas – porque são mais de cem – de auxílios que possui o Supremo Tribunal Federal, quem aqui sabia que existe até o auxílio-funeral no Supremo Tribunal Federal? Eu fico até pensando: quando será que o Supremo Tribunal Federal vai usar esse auxílio-funeral?

Gente, pelo amor de Deus, isso é um desrespeito a uma Nação com quase 15 milhões de desempregados, com mais de 200 empresas falidas. Como eu dizia na televisão, e o meu irmão Datena usa e dá crédito, me ajuda aí! Me ajuda aí, Chico! Não tem cabimento, R$1,5 milhão com auxílio-moradia!

E para fechar – e vocês vão ficar assustados –, sabem o que existe no Supremo Tribunal Federal? Três caminhões. Para quê? São três caminhões entre as centenas de veículos que lá existem. Três caminhões!

Auxílio-natalidade, R$12 milhões; auxílio-alimentação, R$12 milhões são gastos. Eles comem o quê? Eu gostaria de saber. Qual é a comida lá? São R$12 milhões para 11 ministros?

E entro agora numa outra ferida, e eu duvida que os meus respeitáveis colegas não vão querer apartes. A minha vida, Presidente, foi marcada por uma duríssima luta – e Vanderlan sabe disso – em favor da transparência e da ética na administração do dinheiro público – ou melhor, não dinheiro público, dinheiro do público. Eu vim aqui para ver, ouvir, falar em nome dos brasileiros que ainda têm capacidade de indignar-se, porque o fim do mundo é quando você perde – a gente já não tem quase direito a nada – o direito à indignação, penso eu, a indignar-se com práticas de corrupção e desmandos que teimam em persistir no Brasil.

Por isso trago a esta Casa, a este Plenário documentalmente o que a imprensa apresentou nos últimos dias. Um pedido faço de séria reflexão sobre os casos noticiados nesses últimos dias. O primeiro deles nos dá conta de que foi aprovada uma nota técnica, com 32 páginas, propondo mudanças na política de saúde mental para usuários de álcool e de outras drogas, o que muito me aturdiu. Isso porque devo informá-los de que tenho um compromisso de vida com a defesa da saúde pública. E Goiás inteiro sabe que eu fui o criador do centro diabético de goiás, o primeiro completo do Brasil, até com cirurgias diabéticas e bariátricas gratuitas, via SUS. Então, junto com V. Exas., quero estender a todo o Brasil esse projeto do centro diabético, para que o meu irmão, Ronaldo Caiado, que conseguiu a aprovação dos senhores aqui no ano passado. Falta agora a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara aprovar. E eu vou estendê-lo para transplantes de rins, de fígado e de pâncreas. Isso eu consegui através de recursos internacionais da Embaixada do Reino Unido, onde estive na semana passada.

Então, como aceitar que o Ministério da Saúde aprove uma nota técnica recomendando que seja retirado o protagonismo de política de redução de dados, que são, na verdade, danos, adotada há pelo menos 30 anos no País? Gente, isso é um retrocesso, ou não? É um retrocesso! A estratégia dessa política de educação de danos prevê o cuidado geral do dependente químico e tem como principal objetivo a melhora do seu estado, em liberdade, no convívio social e próximo da família. Pasmem, senhores e senhoras! A nota técnica tem mais: ela defende a eletroconvulsoterapia e a volta das internações de pessoas que sejam submetidas a esse tratamento, inclusive a internação de crianças, de adolescentes em hospitais psiquiátricos. Quero adiantar aos senhores e às senhoras, que encaminharei à Mesa Diretora desta Casa um requerimento solicitando a presença do Sr. Ministro da Saúde Luiz Mandetta para prestar esclarecimentos aqui sobre essa nefasta nota.

Tenho um olho e 6% do outro, mas Deus, bondoso, deu a mim seis ouvidos para ouvir, uma boca cheia e uma língua enorme para falar. Eu quero trazer a V. Exas. outros dois casos destacados pela imprensa.

Trata-se da suspeita de desvios de recursos do fundo partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais. As matérias veiculadas pela *Folha de S.Paulo,* para mim, um dos maiores jornais do mundo, levantam fortes indícios de que o PSL, partido do Presidente, de quem tanto gosto e a quem respeito – e estou feliz, em nome de Deus e de minha mãe, com a volta dele ao trabalho –, através do atual Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, segundo o jornal, utilizou-se de candidaturas laranjas, em Minas Gerais, para direcionar verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete. Conforme noticiado, pelo mesmo jornal, a Direção Nacional do PSL destinou R$279 mil ao Diretório de Minas Gerais, que repassou esse valor a quatro candidatas que, apesar de figurarem entre os 20 candidatos do PSL no País que mais receberam dinheiro público, obtiveram juntas, as quatros, menos de 2 mil votos.

Outro caso semelhante, mas muito mais grave, denunciado também na *Folha*, envolve o ex-Presidente do PSL, Sr. Luciano Bivar, à época candidato a Deputado Federal, e também o atual Presidente da legenda no País, Gustavo Bebbiano – e esse é grave, hein? Segundo a matéria, teriam os dois sido responsáveis pela transferência de R$400 mil para a conta de uma candidata apontada como laranja que teria pago, de uma única vez, todo esse valor a uma gráfica fantasma de Belo Horizonte onde somente Luciano Bivar, que é o atual Presidente do PSL, gastou quase R$1 milhão para a campanha. A referida candidata, que prefiro não nomear por se tratar de uma senhora idosa, obteve uma ninharia de votos, insisto.

Sobre esses dois motivos, sobre esses dois últimos casos, não vou fazer aqui prejulgamentos. Não estou prejulgando ninguém, pelo amor de Deus! Estou pedindo esclarecimentos, porque apenas não me farei de cego e nem farei ouvidos de mercador. Aliás, parece-me que a situação do Ministro Gustavo Bebbiano não é das mais sólidas. O que se diz é que ele pode deixar o Governo, ainda hoje, a qualquer momento, mas, como sempre, há um porém – sempre há um porém, o Senador Paulo Paim sabe disso. Segundo o brilhante e impagável jornalista Josias de Souza, Parlamentares do PSL receiam que o Bebianno evolua do estágio de zumbi para o de assombração. Eu vou repetir: do estágio de zumbi para o de assombração. Aguardemos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Concluindo, quero solicitar a V. Exas. presentes, em nome das aspirações de mudança que o País, a Nação espera e da enorme renovação para esta Legislatura aqui no Senado, que também não se façam nem de cegos nem de surdos. Que, juntos, façamos a investigação desses casos com toda a serenidade, sem revanchismo, sem politicagem, sem a mesquinharia da política, mas com dignidade – é isso que a Nação espera da gente –, sem prejulgar nem crucificar ninguém, mas também sem virar as costas à Nação brasileira. É com esse propósito, ponderado, mas firme, que peço o apoio de V. Exas. para a convocação dos dois Ministros citados por mim, das denúncias da *Folha de S.Paulo*, para que venham a esta Casa prestar os devidos esclarecimentos.

E, principalmente, Presidente Jair Bolsonaro, eu tenho certeza de que Vossa Excelência vai agir, porque tomei conhecimento hoje, por um amigo próximo seu, de que ontem, por telefone, o senhor nem quis atender esse tal de Geraldo Bebianno, que, repito, de zumbi pode virar assombração.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, permite um aparte?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com prazer, um aparte – eu tinha certeza de que seria o primeiro a me chamar – ao nosso exemplar gaúcho Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que o seu tempo está se esgotando, mas permita que eu diga: o discurso de V. Exa. é corajoso, firme e não é desrespeitoso. V. Exa. tem as informações, que traz à tribuna desta Casa, e solicita que as partes envolvidas nessas questões se posicionem. V. Exa., com muita inteligência – permita que eu diga isso –, chega a dizer: "Não estou fazendo o prejulgamento, mas tem que ser explicado". V. Exa. foi ao Supremo, foi ao Executivo e entrou, inclusive, no processo eleitoral, que todos nós estamos vendo na grande imprensa.

Eu quero cumprimentar V. Exa., mas, se permitir, eu queria que se somasse a essa reflexão – permita que eu diga isso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que V. Exa. está fazendo – o decreto, que, quando eu vi, eu confesso... E é real mesmo! Eu disse: "Não deve ser real". Eu mandei investigar, e é verdadeiro; hoje eu posso dizer que é verdadeiro, porque já investigaram. Ele retira da seguridade social, em que está a previdência – ali fala Orçamento fiscal –, 650 bi.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bi.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que V. Exa. tinha essa informação também. Como você retira... Ajuste no Governo, eu até entendo, mas tirar exatamente daquilo que você disse que estava falido, que é a previdência?!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que é a previdência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu vou tirar... E leia-se também saúde, porque estão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... na assistência social a saúde, a assistência e a previdência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos nós sabemos que a saúde está um caos no País. E nem estou dizendo que é só neste Governo não. Ela está um caos há muito tempo, mas como você tira de lá 650 mil para deixar para outras áreas?!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bi, bilhões.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bi, bi, exatamente, 650 – a gente chega até a trocar aqui de tão alto que é o volume. Isso aí é praticamente tudo aquilo que a dita reforma, segundo eles, porque não sabemos qual é ainda, iria economizar.

Eu queria só que se somasse ao seu pronunciamento que também nós queríamos esse esclarecimento.

Obrigado.

Mais uma vez, parabéns a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senador Paim. A cada pronunciamento que faço, eu tenho que, depois, chegar ao meu gabinete, pegar o seu e juntar para apresentar nas 30 redes sociais a mais de 9 milhões de seguidores.

Enfim, é isto: vamos aguardar os esclarecimentos e tomara que esta Casa concorde com as convocações, Presidente Izalci Lucas.

Agradeço à rede Jovem Pan de rádio por esta oportunidade de ter falado e, aqui, ter dado crédito a esse histórico e historiador jornalista Marco Antonio Villa.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

Já chamo aqui o próximo orador inscrito: o nosso Senador Paulo Rocha, do PT, do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Senadores e Senadoras, nossos ouvintes e telespectadores, hoje o meu pronunciamento é para falar sobre o Partido dos Trabalhadores. Estamos vivendo a semana dos 39 anos da fundação do PT. Mais precisamente, em 10 de fevereiro de 1980, nós fundamos o Partido dos Trabalhadores.

A primeira insígnia do partido foi "É a nossa vez e a nossa voz", para que os trabalhadores, que não tinham vez nem voz neste País, tivessem um instrumento político para poder conquistar vez e voz neste País. Em plena ditadura, o PT nascia da resistência democrática, da mobilização dos trabalhadores e da luta popular. Naquele momento, a classe trabalhadora se levantava em grandes greves, que vinham desde 1978.

Bem ali sentado está um desses bravos lutadores daquela época chamado Paim, metalúrgico lá do Rio Grande, que se somava aos metalúrgicos do ABC, mais exatamente aos de São Bernardo do Campo. Emergiam daquelas lutas várias lideranças sindicais, várias lideranças operárias. Surgiu dali também, do chão de fábrica, uma grande liderança do nosso povo chamada Luiz Inácio Lula da Silva. Eu fiz parte dessa história, porque era também um simples operário gráfico lá na Amazônia, mais precisamente no Pará.

A classe trabalhadora, a partir de então, ganhou um partido. O PT nascia para ser o porta-voz dos anseios da classe trabalhadora do País, pedindo a emancipação da classe trabalhadora do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Foi um processo muito longo de luta, mas demos um grande avanço, porque, na época da ditadura, a classe trabalhadora era peada por todos os lados: não tinha liberdade de se organizar, não tinha liberdade de reivindicar, não tinha o direito de se reunir, não tinha sequer o direito de brigar pelos seus direitos. Foi a partir do chamado Novo Movimento Sindical que nós passamos a construir esse processo.

Um grande passo que nós demos, porque que as leis de então nos peavam, nos proibiam... No máximo, Paim, nós podíamos pensar como categoria – eu, como gráfico; você, como metalúrgico; os professores, os funcionários rurais –, mas a lei impedia de nos encontrarmos como trabalhadores; no máximo, autorizava V. Exa. a pensar como metalúrgico, e a mim, como gráfico. Foi quando nós optamos por construir a Central Única dos Trabalhadores. Em 28 de agosto de 1983, nós criamos a CUT. Ali, os trabalhadores deixaram de pensar como categoria, e passamos a pensar como classe trabalhadora. A Central Única dos Trabalhadores foi um grande instrumento que nós construímos também para lutar. Aí, avançamos nas grandes conquistas, no direito de nos organizarmos. Vieram, no bojo da Central Única dos Trabalhadores, a liberdade e a autonomia sindical, quando se processaram os grandes instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Lá, tínhamos, claro, as bandeiras. Primeiro, melhores salários, melhores condições dentro da fábrica, mas aí avançamos muito mais, porque, à medida que conquistávamos direitos na luta, melhores salários, melhores condições de trabalho, havia algo mais em cima que discutia o poder, por exemplo, de o Governo resolver o problema da inflação, já que aquilo que ganhávamos na luta era corroído pela inflação. Foi aí, então, o despertar da classe trabalhadora não só para lutar por salário, mas o despertar para participar também da política, para influenciar também na política, para disputar o poder do País. Foi aí que nós surgimos com o PT e avançamos; começamos a eleger um Vereador ali, um Prefeito acolá, um Governador, até chegarmos a esta Casa.

Grande momento foi a participação do Partido dos Trabalhadores na Constituinte de 1988 – e V. Exa. estava lá, no meio deles, chegou primeiro do que eu aqui –, em que incluímos um conjunto de conquistas na Constituição brasileira que sequer outros países haviam conquistado. Fomos nós, com a nossa mobilização, com a nossa força. Por exemplo, o direito de os trabalhadores rurais se aposentarem. Não havia na Constituição brasileira isso que outros povos já haviam conquistado havia séculos. A mulher trabalhadora rural não tinha sequer o direito do salário-maternidade, a nossa trabalhadora rural. Fomos nós, a nossa história, a nossa luta, que estabelecemos o processo e incluímos na Constituição brasileira. E houve tantos outros ganhos.

Foi quando chegamos ao Parlamento brasileiro que conseguimos aprovar um conjunto de leis que levou cidadania e dignidade ao povo e à nossa gente.

Foi lá, Paim, na Comissão do Trabalho, de que era Presidente e eu Vice, em que iniciamos um processo de discutir – e a sociedade brasileira não acreditava que ainda existia – o trabalho escravo no nosso País. Foi a partir de lá. Eu fui o autor da lei que conseguimos aprovar para que se pudesse combater o trabalho escravo no nosso País. E não era só lá no interior da Amazônia; era lá no Rio Grande, com os catadores, os desmatadores do mate. Lá tinha trabalho escravo, como aqui, ao redor da capital do País, onde nós fomos, inclusive, visitar. Eram usados nos chamados pedregulhos, era o pessoal que trabalhava na pedra aqui, na catação de pedras, na produção de pedras. Nós fomos lá visitar, porque também era usado como trabalho escravo. Foi essa...

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – V. Exa. me concede um aparte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Foi com essa lei aí que nós conseguimos criar condições para o Estado brasileiro, através do Ministério do Trabalho, criar aquelas comissões de fiscalização para poder emancipar esse trabalho degradante e escravo que existia no nosso País.

Vou lhe dar um aparte.

Antes, quero concluir esta primeira parte, dizendo o seguinte: foi quando a representação da classe trabalhadora chegou ao Parlamento brasileiro que nós conseguimos conquistar leis importantes para trazer dignidade e cidadania para o nosso povo e para a nossa gente. Agora mais recente, em pleno 2015, outra trabalhadora, a companheira negra, favelada, que virou, graças ao PT, Deputada, Governadora do seu Estado e agora Deputada de novo, a companheira Benedita da Silva, conseguiu aprovar a chamada Lei das Domésticas, que era outro setor da classe trabalhadora que não tinha sequer direitos. Foi através dessa lei de uma companheira do Partido dos Trabalhadores que conseguimos aprovar... Foi através da presença de V. Exa. que conseguimos aprovar um conjunto de estatutos, como o Estatuto Racial, na questão do combate à discriminação ao negro, o dos idosos... E ajudamos a construir outros estatutos, como o do Deficiente, o do Consumidor etc., etc., etc., etc., trazendo isso, portanto, para o arcabouço jurídico do País para fazer com que o Estado brasileiro trouxesse dignidade para o nosso povo e para a nossa gente, depois de 500 anos de dominação, em que uma visão se apoderava do poder do Estado para fazer deste Estado um País tão rico, mas em que poucos tinham benefício. Uma visão de governar o nosso País numa visão elitista, que colocava o País, as suas leis, o seu desenvolvimento, enfim, só para a mão de poucos.

O resultado disso é que ainda temos este País em que seis famílias detêm 50% das riquezas deste nosso País. São apenas seis famílias! Isso é resultado de uma desigualdade que é a existência do nosso País: desigualdades regionais, desigualdade entre o rico e o pobre, injustiças...

Por isso, eu queria, ao provocar este debate, nos 39 anos do PT, dizer que podem falar mal do PT, podem acusar o PT e as suas principais lideranças, mas ninguém pode esconder que foi a partir da presença do Partido dos Trabalhadores no Brasil que nós começamos a mudar muita coisa neste País e que foi a partir da presença do primeiro operário a governar o País chamado Lula que em oito anos nós colocamos este País a serviço de um processo para um País para todos e não apenas para um elite, como foi sempre nesses 500 anos. Por isso, eu queria fazer esta intervenção aqui registrando que, depois de tanto massacre contra os trabalhadores, depois de tanta agressividade contra o PT... Inclusive, o resultado disso é que tem um companheiro, que se tornou o maior Presidente da República deste País, que está preso, produto dessa capacidade de luta e de pensar um Brasil para todos.

Chico Rodrigues, desculpe, mas eu queria lhe dar um aparte.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa., Senador Paulo Rocha, brilhante Senador do Estado do Pará.

Nós, na década passada, estávamos juntos na Câmara dos Deputados. Ali, eu acompanhei essa sua grande luta e também, por que não dizer, a do seu partido. Todos os partidos, obviamente, têm as suas histórias, mas há um simbolismo importante em relação às conquistas dos avanços em nosso País, e V. Exa. foi protagonista. E aqui nós temos outro protagonista dessa história do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, o nobre Senador Paulo Paim – também, à época, companheiro na Câmara dos Deputados –, que é um ícone na defesa desses avanços sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Eu quero, portanto, parabenizar pelo aniversário dos 39 anos do partido do qual V. Exa. faz parte, o Partido dos Trabalhadores, e dizer que, obviamente, existem encontros e desencontros entre todos os partidos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É claro que também nós erramos em muitas coisas.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Exatamente, claro, mas eu diria que os ganhos aos olhos da sociedade e o reconhecimento em grandes avanços estão registrados e gravados nos livros da história. Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador. Eu agregarei aqui para ficar registrado nos *Anais* da Casa o seu importante aparte.

E, continuando, quero dizer o seguinte...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, eu quero só dizer que estou na fila e que, no momento mais adequado, farei um aparte a V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Darei no momento exato.

Eu queria deixar registrado aqui neste pronunciamento – inclusive para a grande imprensa e para todos aqueles que... – que foi depois do Governo Lula, depois do PT no governo, que políticas públicas, a que há 500 anos o povo não tinha acesso, aconteceram a partir do nosso governo.

Dou o exemplo da nossa Amazônia. Na época do Fernando Henrique Cardoso, havia algo chamado Luz do Campo, em que aqueles que tinham o dinheiro tinham que comprar o poste, o fio e o transformador para poder chegar energia lá. Adivinha para quem chegava energia? Só para quem tinha dinheiro, os grandes fazendeiros no interior.

Foi a partir do governo Lula que se criou Luz para Todos, em que o governo chega à porta e diz: uma política pública de energia para colocar na sua casa. Isso é uma conquista, esse exemplo, para o interior da Amazônia. Aquele cidadão que vivia há séculos com lamparina... Isso é chegar a dignidade à porta da sua casa.

E listar as políticas: Luz para Todos, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos. Para a nossa Amazônia mais universidades. Lá no meu Pará, há um século, só havia uma universidade chamada UFPA, hoje há mais quatro: três criadas em Santarém, outra em Marabá, outra na região, transformada em UFRA, Universidade Federal Rural da Amazônia, e um instituto federal que está espalhado pelas principais cidades do interior. Isso é dar oportunidade à juventude para ter acesso ao conhecimento. E ter acesso ao conhecimento é ajudar o desenvolvimento do nosso País e também ajudar o desenvolvimento humano da sua família. É um processo de dignidade do nosso povo, da nossa gente.

Por isso, companheiro Paim, queria transferir a palavra a V. Exa., mas queria deixar registrado que, em 39 anos do nosso partido, foi o partido que trouxe a capacidade de os trabalhadores se levantarem neste País, tomarem autoestima, brigarem por seus direitos. E podemos dizer agora em alto e bom som: nós mudamos este País e criamos condições para os trabalhadores terem acesso à dignidade e liberdade do nosso País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, primeiro meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

V. Exa. traz à tribuna a história, a caminhada do Partido dos Trabalhadores quando completa 39 anos. Senador Paulo Rocha, é inegável que na Constituinte aquele grupo que nós tínhamos lá...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dezesseis.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dezesseis Parlamentares, junto com outros Parlamentares, naturalmente, ajudaram a escrever a belíssima Constituição, eu estava lá, chamada por Ulysses Guimarães de Constituição cidadã. Estava lá Lula, estava lá Covas, estava Ulysses, estava Bernardo Cabral, homens que ajudaram com certeza absoluta aquele belo momento.

Mas eu queria dizer, dando um exemplo na linha de V. Exa., que foi ali, Senador, que a gente construiu o SUS. Eu me lembro do papel brilhante do Eduardo Jorge. Antes, para você ir a um hospital fazer uma consulta, só se você tivesse a carteirinha da Previdência, senão você não era atendido. A partir dali virou saúde universal, todos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E, na área rural, tinha que ter a carteirinha do Funrural para conquistar o benefício do funeral, porque não tinha como se aposentar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De fato o SUS é um projeto belíssimo, que o Barack Obama tentou aplicar nos Estados Unidos, avançou um pouco, e há ainda lá uma resistência.

Mas, rapidamente, o genérico também surgiu naquele debate, em que surgiu depois a Farmácia Popular e o remédio realmente mais barato. O seguro-desemprego, depois aqui eu quero dar o mérito a quem... Surgiu dali a discussão depois de uma fusão de um projeto meu, do José Serra e do Jorge Uequed, também do Rio Grande do Sul, surge o seguro-desemprego.

Rapidamente, o capítulo da Seguridade Social – saúde, assistência e previdência –, o tripé para permitir que as pessoas possam viver e envelhecer com dignidade...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou concluir, vou concluir este pedacinho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Paim, Paim, e na esteira do seguro-desemprego, nós incluímos... Foi a Bancada do PT, depois, na regulamentação, que incluímos o seguro-defeso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seguro-defeso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para os pescadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. lembra bem os estatutos que aprovamos posteriormente. Inclusive, eu fui signatário de três deles. E o da Juventude, que também aprovamos, foi sancionado, fui Relator. Do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Juventude. Na sequência, claro, uma obra de todo o Parlamento, e não só de um partido, construímos também, antes desses, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lembramos aqui rapidamente o Bolsa Família: 14 milhões de pessoas que passavam fome tiveram o benefício para combater a fome.

Termino dizendo só: o ProUni. O ProUni para mim é um projeto belíssimo.

Quantos e quantos, porque eu passei em todos os Estados, discuti nos 27 Estados por duas vezes, fui ao seu, com certeza, discutindo previdência, democracia e reforma trabalhista. Lembro-me de que lá muitos diziam para mim: "Paim, te lembras que tu eras o homem dos US$100?" Nós tiramos de US$100 para mais de US$300 o salário mínimo naquele período. E há uma política de salário mínimo até hoje, que eu espero que não mude, que construímos juntos, que é a inflação mais o PIB. Porque com certeza a gente quer que o País volte a crescer, e esse aumento real vai acontecer.

Termino falando só do ProUni, e a última frase. Como é bonito a gente chegar ao interior deste País todo e ver, por exemplo, uma empregada doméstica dizer: "Minha filha se formou em Medicina. Minha filha é médica. Minha filha é engenheira." Ou "meu filho". Graças ao ProUni. Por isso cumprimento V. Exa.

E quero cumprimentar V. Exa. com a última parte que V. Exa. falou: fizemos muito, mas há muito por fazer. Mas temos também que fazer autocrítica, porque cometemos erros. É inegável. V. Exa. também reconheceu. E essa autocrítica tem que ser feita – ninguém é perfeito – para que a gente possa avançar cada vez mais no País dos nossos sonhos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E, para concluir, agradecendo a benevolência do nosso Presidente, como temos experiência de um povo lutador, o melhor clima para se resolverem os problemas do nosso País, porque este País ainda tem muito problema para resolver, o melhor clima, a melhor forma de resolver é através da democracia, que é um ambiente em que todos, organizados, vêm aqui a este Parlamento, que é a Casa da democracia, para resolver os interesses da sociedade. Por isso que aqui, olha, nós estamos sendo presididos por um Senador do PSDB, partido importante no processo da democracia, fui aparteado por um Senador do DEM, também um partido importante na construção da democracia, e nós dois do PT que estamos aqui. Por que é que nós estamos aqui? Estamos defendendo os interesses daqueles que nos colocaram aqui. E isso é o bonito da democracia. Governos que queiram resolver as coisas por via autoritária, seja autoritarismo de esquerda, de direita, ou qualquer autoritarismo, não resolvem o problema do nosso País. Um País como este, com tanta diversidade, com tanta complicação, é preciso que sejam ouvidos todos os setores, para, no equilíbrio, a gente buscar solução para o desenvolvimento do nosso País. Por isso, queria clamar de alto e bom som que, nesses 39 anos do PT, a melhor forma de a gente resolver os problemas do nosso País é através da democracia. E nós aqui que somos representantes da sociedade, nós temos que ser guardiões dessa democracia.

E quero dizer para todo mundo que, atualmente, o Brasil só terá democracia se Lula livre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Todos temos que reconhecer, de fato, as coisas boas foram feitas para a população. Nós temos que, muitas vezes, deixar de lado a questão partidária. Os interesses principais são exatamente para a nossa sociedade, que precisa realmente de muitas mudanças neste País.

Com relação ao Prouni, eu tive a oportunidade, Senador Paulo Rocha, de lançar aqui no DF o projeto Cheque-Educação, em 1996. Levei, posteriormente, para o Ministro, na época, Tarso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Genro; e acabei falando com o Secretário-Executivo que, posteriormente, foi o Ministro da Educação, Haddad, e apresentei o projeto; e depois, em 2004, nasce o Prouni, que é um projeto maravilhoso de inclusão, principalmente daqueles que mais precisam das universidades.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Convido para usar a palavra próximo orador inscrito, Senador Chico Rodrigues, Democratas de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Meu caro Senador Izalci Lucas, que preside esta sessão, esta Casa já quase silenciosa e deserta a essa hora da tarde, mas ainda com a presença de alguns Senadores, V. Exa., Paulo Paim, Paulo Rocha, nossos pronunciamentos não são menos alcançados em função desse deserto que já domina esta Casa. Mas, aos milhares de brasileiros que neste momento nos assistem, tenho certeza de que as palavras que são pronunciadas desta tribuna reverberam em toda a sociedade, pela importância e, acima de tudo, pelo compromisso que cada um de nós temos com este País e com a nossa democracia.

Eu gostaria de dizer, senhores e senhoras, que continuo na minha peregrinação verbal de iniciante nesta Casa. Este é um momento singular de minha vida pública e já isso falei no primeiro pronunciamento. Este momento em que ocupo mais uma vez a tribuna desta Câmara Alta na continuidade de uma vida pública iniciada no final da década de 70, em Pernambuco, quando integrei o governo do digno homem público Marco Maciel, e continuada em Roraima nos anos 80, quando tive...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Chico. Permita-me, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só isso, por incrível que pareça: Marco Maciel. Eu quero me somar à homenagem que você faz a ele. Você sabe que foi o único Vice-Presidente, que também foi Presidente em certos momentos, mas foi quem me ligava em todos os meus aniversários. Dou esse depoimento. Pegava o telefone: "Aqui é de Brasília, do Palácio. O Presidente em exercício ou o Vice quer falar com você". Olha que gesto, para muitos, pequeno, mas para mim um gesto belíssimo. Eu quero me somar aqui à homenagem que você faz nesse momento ao grande e inesquecível Marco Maciel, nosso querido amigo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

O seu jeito jeitoso como ele tratava as pessoas ainda está plantado no coração de muitos, de milhares que o acompanharam ou no convívio diário, como eu tive oportunidade ao longo do seu governo em Pernambuco, ou como V. Exa., que contou com sua amizade aqui, nesta Casa, e contou com sua amizade durante toda a sua longa vida política. Também quando cheguei ao Estado de Roraima, indicado que fui por Marco Maciel, integrei a equipe do saudoso Ottomar de Sousa Pinto, com quem dei os meus primeiros passos na vida pública.

A partir de 1988, iniciei minha trajetória política em Roraima, passando pelos cargos de Vereador, cinco vezes Deputado Federal, Vice-Governador, Governador, até chegar a esta Câmara Alta, onde se abrigam os representantes dos Estados, Casa que já foi habitada por grandes brasileiros, a partir do nosso patrono, ali estampado nessa estátua que demonstra o poder e o magnetismo que ele tinha na sua época e que hoje, nos tempos atuais, é cada vez mais presente, o nosso patrono Ruy Barbosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Destaco, entre outras figuras, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu; Pe. Antônio Feijó; Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; Afonso Arinos de Melo Franco; Teotônio Vilela; Mário Covas; Josafá Marinho; Juscelino Kubitschek; Pedro Simon; Roberto Campos; José Sarney; Nelson Carneiro; Tancredo Neves; Petrônio Portela; Dinarte Mariz; Marco Maciel; Darcy Ribeiro e tantos outros.

Em palavras iniciais, desejo agradecer aos roraimenses pela confiança em mim depositada com cerca de 22% dos votos válidos no Estado, tendo sido o Senador mais votado da história do nosso Estado.

Assumo com vigor a responsabilidade de representar o ente menos populoso, o mais setentrional e o 14º maior Estado da Federação.

Mais uma vez, obrigado, amigos e amigas de Roraima, meu querido Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje sob a bandeira do DEM, que tem a honra de comandar o Senado e a Câmara por meio de dois dos seus ilustres Parlamentares – Senador Davi Alcolumbre e Deputado Rodrigo Maia –, tenho a imensa alegria de saudar S. Exas. Senadoras e Senadores, desejando a cada um pleno sucesso em sua missão.

Meu pronunciamento nesta tribuna, hoje, será uma breve reflexão sobre o novo ciclo político-institucional que se inaugura no País.

Peço a compreensão dos nobres e das nobres Senadoras para a modesta interpretação do momento que o País atravessa, sob a crença de que a Legislatura que se inicia será uma das mais férteis da vida da República. Começo por dizer que é mais que chegada a hora de unirmos nossas forças para garantir ao País um projeto de longo alcance, capaz de construir as bases do desenvolvimento autossustentado, diminuir as desigualdades sociais, consolidar os eixos da nossa democracia e inserir o Brasil, de maneira definitiva, no rol das nações desenvolvidas.

Quero dar ênfase ao conceito Um Projeto para o Brasil, termo que, por mais que pareça repetitivo na expressão cotidiana do nosso Parlamento, infelizmente, não tem sido realizado.

As ações dos governos se esgotam ao final dos seus mandatos, amortecidas por expectativas advindas com a emergência de novos dirigentes, relegadas ao esquecimento.

Desse modo, sacrificam-se ideias bem alinhavadas, programas bem formatados, ações de denso escopo técnico, não se dando crédito a programas bem-sucedidos, por conta da polarização política que se assiste no País há décadas.

Essa é a razão pela qual venho solicitar a compreensão e a colaboração de V. Exas., Senadoras e Senadores, para construirmos um Projeto Brasil, amparado numa base de consenso em torno de programas em áreas prioritárias como: previdência, tributos, saúde, educação, segurança pública, trabalho, saneamento, entre outros vetores.

Aguardemos, pois, as propostas que serão encaminhadas a esta Casa pelo Poder Executivo, para as quais certamente ofereceremos nossa contribuição na forma de ajustes, acréscimos e sugestões.

Quem se dá ao trabalho de vasculhar o acervo de projetos que tramitam nas nossas Casas congressuais encontrará farto material de teor altamente criativo, formulações de bom nível técnico e de razoável viabilidade.

Infelizmente, em torno desse acervo programático erige-se uma torre de babel, em torno da qual uns e outros tentam impor vontades, desmontar os conjuntos apresentados, impedindo fluidez ao processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Não podemos e não devemos fugir ao compromisso de tomar decisões na ampla frente das reformas. Bem o sabemos quão é difícil realizá-las.

Maquiavel já dizia: "Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas".

O momento é propício. Recebemos um claro recado do eleitor brasileiro: ou fazemos avançar o País ou escolheremos aqueles que têm condição de fazê-lo. Esse é um grande recado das urnas nas eleições de 2018.

Nosso olhar deve se dirigir ao amanhã, não ao ontem. Faço minhas as palavras do eminente jurista e também poeta Carlos Ayres Britto, ex-Presidente da nossa Corte maior. Dizia à época o Ministro: "Que o passado esteja diante de nós, vamos lá. Mas o passado adiante de nós, sai prá lá!"

O saber semântico-filosófico do hoje advogado Britto é uma luz que nos indica um caminho a seguir. Temos de ter audácia para avançar. O primeiro passo a ser dado é na direção do relógio da autonomia e independência dos poderes.

Urge ajustá-lo. O ponteiro do bom-senso indica que é preciso dar um basta às usurpações funcionais entre os Poderes. A cada um o que lhe compete. Definidos os espaços de cada Poder, será mais fácil compor uma agenda positiva na qual estarão escritas as prioridades da Nação.

O desafio maior será chegar ao equilíbrio ente paixão e razão, necessário para a superação de restrições e buscas do senso comum. Partidos integrantes não podem fazer letra pequena do sentido aristotélico da expressão, identificada com a construção do bem comum. Hão de se comprometer com metas e aprovar um calendário de decisões sem deixar passar em branco um mês sequer de trabalho.

Há, portanto, uma lição de casa a fazer. Envolve mais integração entre os Poderes, a construção de uma agenda mínima no Parlamento, a priorização de temáticas e projetos e o monitoramento social do Estado.

Os resultados das políticas governamentais servirão como sinalizadores para o replanejamento das ações governamentais. A inexistência de vasos comunicantes entre o Executivo e o Legislativo acaba desaguando na luta política sem tréguas e em enormes diferenças de percepção entre os atores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Chico Rodrigues, se V. Exa. permitir, será um aparte de um minuto para não...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Concedo a palavra para V. Exa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...trazer prejuízo para o seu pronunciamento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Enriquece o meu pronunciamento, nobre Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dizer que eu concordo com V. Exa. E digo isso aqui sabendo que não estamos falando para um Plenário vazio, com três, quatro, cinco ou seis Senadores. É para todo o Brasil. Concordo plenamente.

Passou o tempo de nós, infelizmente, ouvirmos aquela política do "sim" e do "não". Sou contra ou sou a favor? Eu sou na linha – o Senador me conhece muito bem, diante de todos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

estamos aqui – de que precisamos dialogar, é preciso construir, é preciso votar o que for possível e chegar a um entendimento. Afinal, estamos nesta Casa para parlar, para falar, para dialogar.

Por isso, quero me somar ao discurso de V. Exa. As reformas encaminhadas para cá, sejam quais forem, sejam do Ministério da Justiça, sejam da Fazenda, seja a reforma tributária... Agora, é como disse V. Exa., é preciso também o Executivo ter a sensibilidade – a da Previdência também naturalmente – de abrir o diálogo para construirmos o melhor para o País.

Com todos os Governos – porque estamos aqui, eu e V. Exa., há muito tempo, e acho que somos quase decanos aqui, como foi dito – nós dialogamos, e quase todos fizeram reformas. Acho que só o Temer não conseguiu fazer, mas assim mesmo fez a trabalhista, embora eu tenha sido contra. Mas aprovou essa também. Então, é preciso que a gente tenha esse espírito do seu pronunciamento, ou seja, é preciso dialogar, e que os interesses do País estejam em primeiro lugar.

Parabéns!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado.

V. Exa. só enriquece o meu pronunciamento, nobre Senador Paulo Paim.

Eu digo sempre que política é a convivência dos contrários e não a exclusão. Pelo contrário, nós nos unimos, e muitas vezes todos pensam de forma divergente, mas sempre percorrendo um largo estuário que leva realmente à demanda que a sociedade reclama.

Parabéns mais uma vez pela brilhante intervenção de V. Exa. em meu pronunciamento!

Temos plena confiança nos canais de articulação política que serão desenvolvidos pelo Palácio do Planalto, a partir da grande capacidade de diálogo do General Santos Cruz, de quem fui colega na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, há 50 anos. Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, caberá a ele a área da articulação política. Trata-se de um perfil talhado para exercer com eficiência essa função. Foi adido militar em Moscou, passou uma temporada no Haiti, comandou uma missão de paz da ONU na República Democrática do Congo, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, entre outras áreas em que atuou. Sua tarefa na articulação política terá um reforço enorme de um colega de partido, o corajoso Deputado Onyx Lorenzoni, cuja atividade parlamentar durante anos certamente funcionará como passaporte para a integração de propósitos entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Sr. Presidente, precisamos desempenhar nossa missão sem amarras, sem truques, imprimindo mais vigor às tarefas do Parlamento, enfrentando com galhardia os confrontos, as pressões e contrapressões, revigorando o pacto republicano de Estado, assentado sob o respeito às tarefas dos Poderes, às funções dos entes legislativos – União, Estados e Municípios –, contribuindo para buscar um sistema de justiça mais acessível, mais ágil e efetivo.

Paira sobre nossas cabeças o sinal dado pelos contingentes eleitorais, sinal que escancara a enorme distância entre a sociedade e a esfera pública, fato que resulta na descrença social sobre as instituições políticas.

O ciclo político-institucional que se inaugura sob a esperança novamente resgatada com a eleição do Capitão reformado Jair Bolsonaro abre enormes possibilidades para recuperarmos o prestígio do Parlamento, resgatando sua boa imagem junto à sociedade.

E aqui eu faria um parêntesis para comentar o episódio do primeiro dia de trabalho da nossa posse neste senáculo – eu diria senáculo sagrado, porque a partir daqui emanam as decisões para um país grandioso como o nosso e que não mancharão e não poderão manchar a história deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Parlamento com aquele episódio que foi factual, mas que na verdade ficou cravado na cabeça da população brasileira.

Fomos chamados a cumprir nossas responsabilidades. Delas não devemos nos afastar. As estruturas carecem de uma virada de mesa. A crise de credibilidade que bate em nossas portas corrói o perfil da representação política, sob uma onda de indignação social que tende a se expandir caso não consigamos dar efetivas respostas às demandas sociais. Se a prioridade é a reforma da previdência, que haja vontade política para fazê-la. Não podemos mais adiar a análise e o debate da previdência, sob o risco de estarmos alargando o despenhadeiro em que cairá o País, caso adiemos a votação dessa fundamental reforma. Devemos ter o cuidado para não construímos casuísmos, meias-solas, remendos.

Sabemos que, mais adiante, chegará por aqui uma proposta de reforma tributária, reforma que implicará um reexame sobre a redistribuição da massa arrecadada pela União – o que caberá a ela, aos Estados e aos Municípios. Esse é o famoso pacto federativo de que se fala há tantas e tantas décadas neste País.

Esperamos que, neste nosso mandato, haja realmente uma compreensão por parte do Governo. Nós apresentaremos propostas retas, coerentes e que possam, na verdade, definitivamente resolver a questão do pacto federativo. O fato é que os entes federativos, Estados e Municípios, atravessam uma situação de extrema mendicância. Urge socorrê-los, sob pena de voltarmos a habitar o espaço da indignação social.

Senadoras e Senadores, a sociedade quer ver o império da verdade suplantando o reino da mentira. Chegamos ao fundo do poço em matéria de promessa vãs, mentiras deslavadas, palavras descumpridas e desqualificações desmensuradas. Desde os primórdios de seu processo civilizatório, o País mergulhou nas águas da imprecisão, da incerteza e da intemperança, características que se acentuaram na esfera política, hoje quase sinônimas de oportunismo. Distanciada do pensamento cartesiano, retilíneo e preciso, a cultura brasileira bebe água numa fonte impressionista, de onde jorra o manancial de postergações, tergiversações e elucubrações. Roberto Campos, exímio na arte de atirar contra a improviso, narra: "O Brasil tem a propriedade de, no começo, anedoticamente divertir, depois exasperar e, por fim, desesperançar aqueles que confiam na racionalidade, na procura de causas e efeitos e na sequência do discurso como sujeito-verbo-predicado".

Sr. Presidente, uma das palavras de ordem do momento é "transparência". Pois bem, o Parlamento há de estabelecer regras rígidas e transparentes para balizar o debate, as decisões que envolvam questões cruciais para o País, a partir do conjunto de reformas: quem se beneficia, que custos sociais e que benefícios serão originados pelos projetos apresentado.

O jogo da verdade implica transparência, virtude que tem sido muito afastada na agenda política. Governos estaduais, prefeituras e outras instâncias ganham fama – e denúncias – por desviarem recursos de um lugar para o outro e por encobrirem determinados gastos. Querer transparência e limpeza nos dutos da política pode parecer uma utopia, mas é uma utopia que carece ser conservada no azeite do civismo. O povo bem que gostaria de ver os políticos desfraldando a bandeira da ética. A verdade será sempre desejada e aplaudida por se apresentar vestida com o manto da ética. Esta é uma forte demanda da sociedade.

Chegando ao final deste pronunciamento, reitero, a todos os meus companheiros Senadores, representantes do Estado no Poder Legislativo: devemos honrar cada voto recebido e retribuir com trabalho redobrado, unindo-nos em um esforço concentrado pelo bem do nosso País. Este é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

melhor momento para integrarmos os esforços e encurtarmos as distâncias que separam os horizontes que acolhem uma nação melhor e mais feliz.

Acima de todas as questões partidárias e todas as conveniências políticas, de interesses ou de grupos, o nosso maior dever é com o cidadão brasileiro.

Nobres colegas, reconhecemos que os últimos tempos do nosso País foram difíceis. Tempos de ódio, de retaliação, de busca de vingança. Pondero. O momento exige superação. Mais uma vez, precisamos refletir sobre o recado exposto nas urnas pela grande maioria do povo brasileiro.

A sociedade exige mudanças rápidas na correção das injustiças, exige que a economia cresça para que tenhamos condições de abrir oportunidades para mais de 13 milhões de trabalhadores brasileiros que não encontram abrigo no tão apertado mercado de trabalho. A população exige um combate firme à criminalidade que nos inferniza nas grandes metrópoles e até nos pacatos Municípios do interior do País. Não pode haver paz em uma nação em que os cidadãos de bem são obrigados a viver como reféns em suas próprias casas. Não pode haver paz em um território em que os empresários precisam sofrer o castigo de uma das mais altas cargas tributárias do Planeta. É difícil sobreviver com dignidade. Pensemos nos pequenos empresários, vítimas desse sistema e de uma burocracia estarrecedora. Os pequenos empreendedores são os maiores empregadores de mão de obra do País. Pensar nesse contingente é também pensar na vida dos trabalhadores brasileiros. A economia está a merecer novos parâmetros, novas abordagens. Urge desatar os nós que ainda nos prendem ao passado.

Como salientei antes, o Executivo prepara um conjunto de reformas, a começar pela previdência, cabendo a esta Casa o exame profundo desse grande instrumento de mudanças. A área social só terá a ganhar com os benefícios advindos da nova estrutura. Essa estrutura econômica é sensível, mas é definitiva para mudar os destinos do nosso País.

Em palavras finais, o meu apelo: vamos unir este País, vamos superar as diferenças...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... vamos sublimar questões menores. O que está na balança é o bem-estar do povo brasileiro e a construção de uma grande nação.

Meus colegas Senadores, população brasileira que nos assiste neste momento, eu gostaria de dizer que a nossa fé indomável e a nossa esperança neste País são maiores do que tudo aquilo que, na verdade, nos amedronta e nos assusta.

Portanto, tenho certeza de que, nesta Casa, que é o senáculo em que a população brasileira se ancora para esperar soluções definitivas para os seus anseios, nós haveremos, sim, com honra e dignidade, de fazer o que há de melhor para melhorar a situação de todos os brasileiros.

Que Deus abençoe a todos nós!

Muito obrigado.

(*Durante o discurso do Sr. Chico Rodrigues, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento o Senador Chico Rodrigues pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, do PSDB, do Distrito Federal. V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras...

Quero aqui, Sr. Presidente – V. Exa. esteve presente ontem à reunião de instalação e votação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, oportunidade em que fui eleito Presidente daquela Comissão –, ressaltar que, antes mesmo de participar dessa Comissão, ainda na Câmara Federal, com a participação ativa do meu amigo, Deputado Vitor Lippi, um visionário na área de planejamento estratégico, com uma visão de futuro muito grande, e através de um trabalho feito juntamente com o Ministério da Educação, com o Secretário de Ensino Superior, Paulo Barone, foi lançado um projeto de Estado, o Centro de Desenvolvimento Regional. Quatro Municípios foram contemplados como pilotos, a saber: Caxias, no Rio Grande do Sul; Campina Grande, na Paraíba; Itapeva, em São Paulo; e, agora, o Distrito Federal.

O objetivo desses centros está exatamente voltado para o desenvolvimento regional, estudando as vocações de cada região, qualificando a população, incentivando o empreendedorismo e definindo com as instituições as suas prioridades em termos de planejamento e desenvolvimento, já que a questão do desemprego é uma situação que afeta todo o País e todos os Municípios.

Agora, com essa oportunidade de assumir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tenho certeza de que nós faremos um belo trabalho, ampliando esse trabalho que começamos na Câmara em parceria com o Ministério da Educação.

Além do Ministério da Educação, outros agentes fazem parte. Nós temos aí o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação ativa do CGE, que coordena o projeto e é também responsável por planejamento estratégico e, agora também, pelo acompanhamento, capacitação e orientação de todos os centros de desenvolvimento de todos os Municípios. E temos também a participação da Capes, do CNPq, do Sebrae e do setor empresarial.

Então, é um projeto que visa, realmente, colocar todos os Municípios trabalhando e se desenvolvendo de acordo com as suas vocações e de acordo com a definição de cada área, envolvendo muito a sociedade, mas, principalmente, a academia.

Nós temos hoje, no mundo – não é nem no País –, muito conhecimento. Se a gente pegar as nossas universidades, veremos que há conhecimento demais. O Brasil é o 13º país em publicação de artigos científicos, até porque é através desses artigos científicos que se dá a promoção no plano de carreira.

O nosso desafio, agora, é transformar todo esse conhecimento em patentes, em geração de empregos. Por isso a importância de unirmos o setor empresarial e o setor acadêmico, através das universidades e também dos institutos federais, porque nós queremos também priorizar e valorizar os pequenos e microempresários, a fim de que eles possam ter também competitividade, para que eles possam ir para o mercado com condições de competir com as grandes empresas.

Então, nós vamos discutir muito essa proposta dos centros de desenvolvimento regional. E, para nós do Distrito Federal, a iniciativa é muito importante, até porque estamos trabalhando agora na relatoria da Medida Provisória 862, que cria a Região Metropolitana. E esse projeto não é só do DF. É do DF e da área metropolitana, que são os nossos Municípios goianos vizinhos aqui ao Distrito Federal.

Pelas pesquisas recentes, o maior desafio nosso e o grande anseio dos nossos jovens, principalmente, são a questão do emprego. Então, a nossa Comissão será realmente muito voltada a essa questão do desenvolvimento, para gerar emprego, para gerar renda, inclusive desenvolvendo o turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Brasil tem um potencial muito grande para o turismo, e Brasília em especial. Aqui é a Capital da República. Nós temos aqui um museu aberto, com a nossa arquitetura moderna; temos também o turismo cívico, que temos de incentivar e implementar, criar estruturas para que todos os nossos estudantes de todo o País possam conhecer a sua Capital, conhecer a beleza que é a nossa cidade; além do turismo religioso – nós temos, aqui em Brazlândia, a maior catedral do País –; a questão de áreas rurais também proporciona maravilhas, com muitas cachoeiras na região metropolitana.

Portanto, temos um desafio muito grande.

Mas a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tem exatamente essas competências. E faremos isto: todos os projetos que tramitam nesta Casa relacionados ao desenvolvimento, relacionados ao turismo, nós vamos avocar para o debate na Comissão.

Queremos também – e está prevista como atribuição específica da Comissão – proporcionar os assuntos referentes às desigualdades regionais, às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios, aos planos regionais de desenvolvimento econômico e social, aos programas, projetos, investimentos, incentivos voltados para o desenvolvimento regional e para a integração regional. Vamos trabalhar as agências e os organismos de desenvolvimento regional, proposições que tratam de assuntos referentes ao turismo, políticas relativas ao turismo e outros assuntos correlatos.

A Comissão também pode-se subdividir em subcomissões. Havia já a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia. Vamos discutir tudo isso na nossa Comissão, que terá também a oportunidade, tanto na LOA, como na LDO, no PPA, de apresentar emendas ao nosso Orçamento. Isso também nós vamos discutir e apresentar no próximo Orçamento, na LDO e também na LOA.

Ainda com relação aos nossos trabalhos, além de avocar as nossas proposições para análise, nós queremos também fortalecer a relação com o Ministério do Desenvolvimento Regional, com o Ministério do Turismo e com aqueles relacionados também com a nossa Comissão. Vamos aqui já convidar os Ministros para apresentarem as suas ações, nas suas Pastas.

Queremos também fazer uma integração forte entre a Câmara dos Deputados, que também tem a sua Comissão de Turismo, além da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, evidentemente, e as Comissões correlatas aqui no Senado.

Queremos nos aproximar muito da academia. Precisamos trazer aqui as universidades, os institutos federais, a questão do Centro de Excelência do Turismo; precisamos estimular também essa união, porque não se faz ciência, tecnologia e inovação se a gente não tiver realmente esse tripé com o Governo, que pode muito bem aproveitar o seu poder de compra, aproveitar também o conhecimento que existe nas academias todas e também o dos empresários.

Recentemente, aprovamos todo o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação, sendo que hoje nós podemos colocar pesquisadores nas próprias empresas, porque a inovação acontece nas empresas. Queremos também trabalhar dessa forma. Queremos aproximar muito a questão do setor empresarial do turismo com o Ministério de Integração e Cidades, que agora é Desenvolvimento Regional.

Nós faremos todas as semanas eventos debatendo esses assuntos da nossa Comissão, exatamente no sentido de ampliar essa relação com o setor privado, que é de suma importância. Vamos evidentemente proporcionar aqui alguns seminários; vamos chamar aqui para discutir, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

só a política, mas também a cobrança da execução dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste, também da Sudam, o Fundo da Amazônia, o FDCO, do Centro-Oeste. Vamos aqui falar de Sudene, Sudam, Suframa, Sudeco... Nós queremos criar instrumentos exatamente para que o Executivo possa desenvolver política de Estado. Como foi dito por diversas pessoas que falaram hoje aqui, nós precisamos de uma política de Estado, uma renovação do Estado, um enxugamento, um desaparelhamento do Estado que seja mais eficiente, que realmente possa corresponder às expectativas da nossa sociedade.

No Brasil, o brasileiro paga muito imposto e precisa ter de volta o retorno com relação aos serviços prestados pelo Governo, que infelizmente, nos últimos anos, tem deixado muito a desejar, principalmente na área de saúde e na área da educação.

E eu espero, Senador Chico Rodrigues, que possamos realmente, através dessas comissões... V. Exa. também, como o nosso Presidente, fazem parte desta Comissão, e eu sei da importância de diminuir as desigualdades regionais. Nós aprovamos recentemente aqui: acabamos com essa questão da guerra fiscal, de forma gradativa, mas nós precisamos discutir isso. Nós temos Estados já consolidados e muitos Estados que demandam realmente um apoio maior para desenvolvimento, principalmente na área de emprego.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu sei que é um pronunciamento expositivo o de V. Exa., basicamente em função das ações a serem desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual eu tenho a honra de fazer parte, como titular, como membro titular, e sei que, pela experiência que o nobre Senador Izalci Lucas tem, haverá de realmente conduzir esta Comissão de uma forma muito ativa, porque todas estas questões, Senador Izalci, das desigualdades regionais, têm que ser tratadas. E esta Comissão acho que é o fórum mais adequado para fazê-lo, aqui no Senado da República.

Portanto, eu quero que V. Exa. conte com a nossa presença permanente na Comissão, com as nossas sugestões, porque conhecemos muito, principalmente em relação às desigualdades regionais do Nordeste e do Norte do País, e, lógico, expandindo os trabalhos para o País como um todo.

Agora, essa presença e essa ação permanentes, numa relação simbiótica com o Governo Federal, é importantíssima, é uma porta que V. Exa. vai abrir, para que os interesses do País, de um modo geral, sejam realmente ouvidos e as soluções sejam dadas para essas demandas reprimidas de tantos e tantos anos.

Então, parabéns.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço o aparte de V. Exa.

Como foi dito, nós temos os meios de financiamento, nós temos incentivos para essas áreas todas. Agora, precisamos implementar a política de Estado. Não dá para investir recursos públicos sempre em projetos pontuais e nós precisamos aproveitar e fiscalizar. Essa nossa comissão também fiscaliza a aplicação desses incentivos nessas regiões.

Então, quero aqui agradecer muito o apoio de todos os nossos Senadores membros da nossa Comissão, inclusive o nosso Presidente, que também é membro titular da Comissão. Ontem, na Câmara, foi votada a medida provisória de que V. Exa. era o Relator, que trata da questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SPU e de outros assuntos importantes, e várias emendas importantes foram rejeitadas na Câmara. Espero que, chegando aqui, a gente possa fazer um debate mais profundo com relação a elas e buscar realmente colocar na legislação as nossas emendas que V. Exa. tão bem discutiu e acatou com relação a isso.

Eu agradeço muito, Presidente, a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu só quero pedir a V. Exa., porque não é praxe a Presidência pedir um aparte, mas considerando que este Parlamento é uma Casa de debates e como nesse assunto, de certa forma, V. Exa. me provocou no bom sentido, eu me julgo no direito e até na obrigação, haja vista que fui Relator da 852 e que o nosso relatório foi totalmente rejeitado, de dizer a V. Exa., ao Brasil e a Santa Catarina que penso que perdemos uma grande oportunidade. Aliás, nós precisamos estar preparados para, quando uma oportunidade surgir, nós reformarmos o que precisa ser reformado.

Aquele tema suscitou uma ampla discussão e nós tentamos resolver ali problemas históricos da Nação brasileira, como, por exemplo, uma certa regularização das áreas de marinha, que é um entulho autoritário da época do Império, que não é resolvido única e exclusivamente pela necessidade máxima arrecadatória dos governos que se sucedem – quer dizer, passa governo, vem governo, a insegurança jurídica para essa gente continua. O discurso, que é um discurso de modernização administrativa, de legalização, de reestruturação, de respeito às pessoas, é jogado no lixo e novamente o poder econômico, o dinheiro fala mais alto. E foi o que aconteceu com os terrenos de Marinha.

Outras questões importantes e fundamentais que estão no projeto dão conta da regularização de parques nacionais. Todos nós sabemos, e os Senadores mais novos aqui hão de conhecer – se não conhecem, melhor do que nós, inclusive –, que o Governo Federal institui um parque nacional. Ele traça uma poligonal lá, estabelece as medidas e identifica, através do mapa, que aquela área se transforma num parque nacional de proteção ambiental ou de defesa ambiental.

Só que ele esquece que, dentro daquele parque, há áreas consolidadas a centenas, dezenas de anos, áreas ocupadas ou áreas invadidas, e que, decretando área de proteção ambiental, impede que os governos e o Estado brasileiro possam intervir nessas áreas. Nem sequer dá satisfação, não indeniza, não chama para conversar e não autoriza cortar um pé de capim, não autoriza reformar as suas propriedades, o que é, no mínimo, inaceitável e uma grande injustiça, sobretudo com aqueles que mais precisam.

No Parque Nacional de São Joaquim no meu Estado, para não falar do Parque Nacional de Brasília, o que aconteceu? Há muitos e muitos anos, nós estamos tentando regularizar ou readequar o Parque Nacional de São Joaquim, que hoje não serve para nada, não serve para visitação. Só serve a delimitação que efetivamente cria um caos para centenas de famílias que ficaram dentro do Parque. O que nós desejamos ao Parque Nacional de São Joaquim não é de maneira nenhuma suprimir qualquer tipo de floresta araucária, pelo contrário, qualquer tipo de vegetação, seja ela qual for, mas, sim, regularizar, de certa forma, as pessoas que ocuparam aquela área por milhares e milhares de anos e que hoje estão completamente abandonadas e desassistidas, quer dizer, era uma atitude que nós perdemos.

Aliás, essa iniciativa já tinha sido aprovada numa medida provisória também no Governo anterior e vetada pelo ex-Presidente, simplesmente porque uma personalidade brasileira nacional mencionou que nós estávamos depredando e dilapidando as florestas brasileiras. E, por um *e-mail*, por uma postagem na rede social, o Presidente Temer, na época, vetou a questão do Parque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Nacional de São Joaquim, porque envolvia também uma questão da Amazônia, mas ele podia vetar a questão da Amazônia e deixar o Parque Nacional de São Joaquim.

Então, significa dizer o seguinte: que nós não somos capazes de reformar nada, de regularizar nada, de reconstruir nada. E nós vamos ficar aqui mais quatro anos fazendo um pouco mais do mesmo; e, daqui a quatro, dez, vinte anos, falaremos dos mesmos problemas, porque não existe disposição quando se trata de recursos financeiros, como é o caso dos terrenos de Marinha, como é o caso de supressão de linhas imaginárias de parques ambientais, que não suprimem absolutamente nada.

O próprio Governador Ibaneis aqui me telefonou dizendo que ficou muito satisfeito com a emenda que nós tínhamos feito, porque permite a ele investir e regularizar essas áreas que estão completamente desassistidas e abandonadas, áreas ocupadas em que o Governo não pode efetivamente atuar.

Então, de certa forma, eu quero aqui me penitenciar com o povo brasileiro, porque, além de tudo, perdemos – eu vou me pronunciar a respeito dessa rejeição do nosso relatório – uma grande oportunidade. V. Exa. também foi um dos protagonistas de sugerir ali algum tipo de alteração, e lamentavelmente nós precisamos discutir aqui o que vamos tentar repor aqui no Senado Federal, quando a medida provisória vier para cá.

De qualquer forma, quero parabenizar, cumprimentar V. Exa. como um dos protagonistas que defende as reformas, que defende não só a reforma da previdência, mas a reforma tributária: é reformar o Brasil mesmo. São os problemas, é estabelecer a segurança jurídica.

V. Exa. pensa assim, por isso quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Para encerrar a minha fala, Sr. Presidente, eu tive uma participação efetiva na regularização fundiária – V. Exa. acompanhou. E nós temos o mundo virtual e o mundo real. As pessoas precisam conhecer o mundo real. Metade da população brasileira mora em áreas irregulares. E a lei que aprovamos regulariza aquilo que está consolidado.

Agora, apresentamos várias emendas no sentido de melhorar essa questão da regularização, porque a SPU, que trata de áreas do Governo, só tem como vender, licitar, depois de regularizar. E não há como regularizar se não acatarem as emendas que nós apresentamos ao projeto.

Portanto, nós ainda teremos a oportunidade de receber aqui no Senado essa votação e podemos ainda modificá-la, para que nós possamos realmente usar esses instrumentos no mundo real. Não dá para apenas ser contra com um discurso vazio.

Eu aprendi aqui no Congresso, Presidente, que é muito difícil você aprovar uma lei de sua autoria. São anos e anos para aprovar. Mas, como aqui a gente vota – 80% das matérias são medidas provisórias ou matérias do Executivo –, você tem que aproveitar essas brechas, como sempre acontece. É evidente que ninguém defende aqui um jabuti, como dizem, ou um submarino também, no sentido de você colocar matérias, até porque o Regimento proíbe colocar matérias que não estejam vinculadas realmente ao tema. Mas nós não podemos perder a oportunidade, aprendi isso. Toda matéria que chega aqui a gente procura aperfeiçoar, colocando ali aquilo que acontece no mundo real.

Então, parabéns a V. Exa. pelo trabalho, e agradeço o apoio incondicional da grande maioria dos nossos Senadores que estavam, então, na nossa Comissão. A partir de quarta-feira, debateremos esse grande desafio que é geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Izalci, é que os tecnocratas do colarinho branco de Brasília não conhecem a realidade local. Então, eles legislam no contexto original, quer dizer, eles não vão lá para ver, eles não sentem os reclamos da comunidade, da sociedade. Eles simplesmente legislam por georreferenciamento, por geoprocessamento, por fotografias aéreas, quando, na realidade local, só nós, que representamos a sociedade, sabemos o que precisa ser corrigido, o que, lamentavelmente, não ocorreu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Talvez, Presidente, em função da idade, da experiência, a gente vai aprendendo.

Senador Paim, eu cito o Sarah Kubitschek. No Sarah, qualquer funcionário que é admitido fica uma semana trabalhando como paciente, para a pessoa saber como funciona a coisa, porque é muito fácil.

Então, eu vejo algumas críticas aqui com relação à questão empresarial, questão de impostos. Eu gostaria que todos os Parlamentares ou todos aqueles que têm o poder de decisão fossem empresário um dia, para saber o que é pagar o salário no quinto dia útil, pagar os impostos todos no vencimento. Então, as pessoas precisam viver um pouco, não dá para viver no mundo virtual. As pessoas precisam saber das dificuldades que vivem as pessoas do mundo real.

Agradeço a V. Exa. pela tolerância do tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que parabenizo V. Exa., mais uma vez, pelo pronunciamento, por identificar problemas crônicos da vida brasileira que não são resolvidos e que, evidentemente, voltarão à pauta para uma ampla discussão.

E agora concedo a palavra, então, ao nobre Senador Paulo Paim, um dos Senadores mais destacados aqui no Senado Federal.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Bondade de V. Exa., Senador Dário Berger.

Quero, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Chico Rodrigues; o Senador Alessandro, que se encontra aqui e que, gentilmente, cedeu o seu lugar para que eu falasse antes, porque eu vou atender uma delegação de 32 estudantes de São Paulo, em seguida ao meu pronunciamento – obrigado, Senador Alessandro! –; o Senador Izalci Lucas, que preside a sessão neste momento; a Senadora Soraya; e o Senador Major Olimpio.

Senador Major Olimpio, eu estava atrás de V. Exa., porque ontem, na Comissão de Direitos Humanos, não havia nenhum Parlamentar do seu partido e eu estava preocupado. Disseram para mim: "Fica tranquilo, calma. Fica tranquilo que ele está numa reunião e já está mandando". Chegaram lá os nomes completos. Fico feliz.

Sabe que, na gestão anterior, alguns partidos não indicavam ninguém para a Comissão para não dar quórum nunca. Como é que eu ia votar, se são 19, e eu tinha lá normalmente oito? Mas V. Exa., como sempre, mandou o recado: "Diga para ele não se preocupar". E eu sei que a Soraya já está lá, eu vi no painel. Então, agradeço a gentileza, como sempre, de V. Exa. Parabéns!

Mas, Sr. Presidente, eu vou falar exatamente disto: da Comissão de Direitos Humanos. Primeiro, eu agradeço a todos os partidos da Casa, naturalmente, ao meu partido, ao Colégio de Líderes, por terem concordado com a indicação do meu nome para presidir a Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Humanos, que foi votado por unanimidade, sendo Vice o nosso nobre amigo Senador Telmário Mota.

A CDH já teve na Presidência os Senadores: Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Cristovam Buarque, este Senador que lhes fala, Ana Rita, e, por fim, Regina Sousa.

O Senador Cristovam Buarque – lembro uma oportunidade em que nesta Casa havia um movimento para terminar com a Comissão de Direitos Humanos – disse: "Paim, esta Comissão duvido que vão terminar. Para mim, é uma das mais importantes do Senado, imprescindível para debater as questões humanitárias, discutir os problemas e propor soluções; afinal, é cuidar da vida".

Muito obrigado, Senador Cristovam. Lembro-me aqui de você.

Mas quero aqui, como sempre faço toda vez que assumo a Presidência de uma Comissão, cumprimentar os membros da Comissão: Senador Telmário Mota, Vice-Presidente, Senador Arolde de Oliveira, Senador Nelsinho Trad, Senador Marcos Rogério, Senador Jader Barbalho, Senador Eduardo Girão, Senador Styvenson Valentim, Senador Lasier Martins, Senador Flávio Arns, Senador Acir Gurgacz, Senadora Leila Barros, Senadora Selma Arruda, Senadora Soraya, que eu já citei, Senador Luiz do Carmo, Senadora Mailza Gomes, Senadora Soraya, repito, Senador Romário, Senadora Rose de Freitas, Senador Alessandro Vieira, Senador Humberto Costa, Senadora Zenaide, Senador Sérgio Petecão e Senador Lucas Barreto.

Eu citei todos. Para mim, na Comissão, não há titular nem suplente. Todos lá têm direito a ser relator, a estar sempre presente e, é claro, dando o quórum, poder votar.

Enfatizo, Sr. Presidente, que eu vejo, com satisfação, o quadro, como eu dizia ontem, preenchido de Senadores e Senadoras. Na Legislatura passada, tinha que fazer apelo para que mandassem os nomes para colocar no quadro, porque, se botasse o nome no quadro e registrasse a presença, não precisava nem ser presencial. Mas não havia. E, nesta Legislatura, pela primeira vez, a CDH está lá com o quadro completo. Cumprimento V. Exa. por fazer parte desse projeto.

Sr. Presidente, numa forma de homenagear a Comissão de Direitos Humanos, um dia esteve lá o grande poeta amazonense Thiago de Mello. Ele declamou um poema – O Estatuto do Homem –, que é dele, de autoria dele. Diz ele:

> Fica decretado que agora vale a verdade.
> Agora vale a vida,
> e, de mãos dadas,
> marcharemos todos pela vida verdadeira.

Thiago de Mello:

> Fica decretado que, a partir deste instante,
> haverá girassóis em todas as janelas,
> que os girassóis terão direito
> a abrir-se dentro da sombra;
> e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
> abertas para o verde onde cresce a esperança.

Diz Thiago de Mello:

> Fica decretado que o homem
> não precisará nunca mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

Thiago de Mello:

Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Thiago de Mello:

Por decreto irrevogável fica estabelecido
o reinado permanente da justiça e da claridade,
e a alegria será uma bandeira generosa
para sempre desfraldada na alma do povo.

Thiago de Mello:

Fica permitido que o pão de cada dia
tenha no homem o sinal de seu suor.
Mas que sobretudo tenha
sempre o quente sabor da ternura.

Disse por final Thiago de Mello:

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.

Porque, diz ele:

A partir deste instante
a liberdade [liberdade que todos nós queremos] será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

A CDH, senhores e senhoras, não é tão somente uma comissão simplesmente. Ela é palco para o diálogo da sociedade, o diálogo com todos. Uma Comissão que vai garantir sempre o contraditório.

A CDH só vai ter sucesso se houver a participação de todos os Senadores nas reuniões, nas proposições, nas audiências públicas e nas votações.

O segredo da Comissão de Direitos Humanos é dar voz, é dar alma àqueles que não possuem oportunidade de falar. É refletir os gritos das ruas, os cantos, o lamento das florestas e dos campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Essas vozes, senhores e senhoras, a que eu me refiro são os debates dos grandes temas nacionais, como saúde, educação, segurança, direitos civis e sociais, direitos individuais e coletivos, garantia do cumprimento da Constituição, meio ambiente, previdência e todo tipo de discriminação: racismo, questões indígenas, questões de negros, de brancos, de mulheres, de crianças, de jovens, de adultos, de aposentados, de pensionistas, de pobres e de ricos. Enfim, discutir a vida e a qualidade de vida de toda a nossa gente, seja do trabalhador, seja do empregador, porque eles são fundamentais na geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, liberdade, eterna namorada, dança seus sonhares com a democracia, cavalga junto ao vento e sempre perseguindo a justiça, beija em longos sóis a solidariedade, abraça o cantar da igualdade e do humanismo. Isso também são direitos humanos.

Em sendo assim, Presidente, não poderia haver cores ideológicas e partidárias quando o debate são direitos humanos, quando são políticas humanitárias, quando a gente tem que varrer o ódio e o próprio sectarismo.

Direitos humanos são para todos. O inverso é levantar muros na simples busca do poder pelo poder. Nós não queremos esses muros.

Direitos humanos são vida, nascimento, florescer e avançar.

A CDH vai buscar, com todos os Senadores e Senadoras, todos, caminhos de gente, de mel e de esperança para um Brasil justo, soberano, igualitário e democrático.

Vamos olhar pelas janelas, mirar o horizonte, sejam rios, florestas, chuva, as mãos calejadas da nossa gente, a terra em flor pedindo semente.

Ouçamos os cantares e os falares do nosso povo, o rir, o chorar, o abraçar, o gemido. Vamos seguir o caminho das estrelas, escutar o som que vem da floresta, acompanhar o rumo dos ventos, pintar as cores do arco-íris, beber horizontes.

Termino, Sr. Presidente, porque prometi usar dez minutos.

Direitos Humanos é a vida, é o bater do coração em copias de serenata, é o cantar dos pássaros nas manhãs do Brasil.

Só quero dizer esta frase, Sr. Presidente, a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos.

Quero dizer que as relatorias serão democraticamente distribuídas. E também todo Senador que apresentar requerimento para um tema específico que ele entenda ser fundamental, vai presidir. Eu vou para o plenário acompanhar o debate.

Senador Izalci, muito obrigado.

Muito obrigado a todos.

(*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

Fazendo o rodízio aqui, para fazer uso da palavra pela Liderança, o Senador Major Olimpio.

V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela Liderança.) – Exmos. Senadores, população que nos acompanha pela TV Senado, nós tivemos, durante esta semana, mais precisamente a partir da terça-feira, o desencadeamento da movimentação de 22 presos, líderes do PCC, a maior facção criminosa do Brasil, possivelmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

uma das maiores do mundo, para presídios federais. Um novo prenúncio, Sr. Presidente, para a população de que pode começar a haver um arremedo de justiça no nosso País, muito embora tardio.

Em 2006, eu estava na ativa da Polícia Militar, e no espaço entre 8 de maio e 20 de maio, nos chamados ataques do PCC, 43 agentes públicos, policiais, agentes penitenciários e guardas municipais foram executados, em São Paulo, pelo PCC. E o que se desencadeou depois foi mais omissão, prostração, e o governo do Estado conivente, omisso, com o Governo Federal fazendo de conta que não estava acontecendo nada. E a facção foi crescendo ao ponto que, segundo apurações do Ministério Público e da Polícia, temos hoje 10 mil batizados no PCC, no Estado de São Paulo, 10 mil, e 30 mil no Brasil, Senador Alessandro Vieira. Essa barbaridade, essa omissão tem que ter um basta.

Desde 10 de outubro estava a tropa da Rota, de Choque da Polícia Militar, com 200 homens guarnecendo o entorno do presídio, da Penitenciária II de Presidente Venceslau, porque foi desbaratado um plano em que se utilizaria mais de R$100 milhões em recursos, com duas aeronaves e metralhadoras ponto 50. Criminosos das Farc, nigerianos e iranianos, foram contratados pela facção para fazerem o resgate do Marcola e dessas lideranças. Apesar da luta do Ministério Público, através do Promotor Lincoln Gakiya, da determinação do Juiz da Vara das Execuções Criminais, Dr. Paulo Sorci, do esforço da Polícia, naquele momento ainda se arrastou com a barriga, porque nós estávamos indo para o 2º turno das eleições. Houve uma omissão deliberada, meu Presidente, do tipo: "Deixa pra lá; não vamos mexer com isso agora, não movimenta os presos". Autoridades públicas ameaçadas de morte continuam sendo ameaçadas. Mas o que os marginais nunca puderam imaginar é que, de repente, a Justiça, o governo do Estado, o Governo Federal, o Juiz Sergio Moro e a sua equipe, o GSI, as Forças Armadas foram, sim, dizer: "Basta. Vamos fazer as movimentações." E por quê? Porque os presídios federais são os cinco que têm maiores recursos, maior estrutura, um sistema mais rígido para o cumprimento de pena.

Ainda resta muito. Precisamos da força da OAB para que a OAB comece a fazer a depuração interna. A defesa do criminoso, a defesa daquele que é acusado, o contraditório tem de existir. Nós temos de ter uma advocacia ferrenha fazendo a defesa. Não pode o advogado tornar-se um partícipe, um coautor ou um pombo-correio de criminosos.

Então, deixo aqui as minhas considerações cumprimentando o Estado brasileiro e dizendo que esta Casa tem que avançar. Nós temos que legislar. Se vem um pacote agora: "Ah, é o pacote do Moro, é o pacote do Governo Bolsonaro." Não vamos fulanizar. Temos que ter medidas mais rígidas para o cumprimento de penas. Nós temos de ter uma maior pena para aqueles que estão participando, atuando, nas facções criminosas, temos que ter o perdimento de bens.

Temos que tomar atitudes. A atitude está aqui na modificação da lei. Se nós não queremos o ativismo judicial, se queremos até fazer uma CPI, a Lava Togas – e parabéns pela iniciativa, Senador Alessandro Vieira –, não é o momento de se fazer a retirada de assinaturas, que vai fazer com que a sociedade exija... V. Exa. colocou, na exposição de motivos, quando fala do ativismo judicial, do excesso de decisões monocráticas de ministros dos tribunais superiores, do não cumprimento da lei, da Constituição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Nós vamos passar isso a limpo numa CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Agradeço a tolerância.

Nas considerações vou dizer: um novo Senado, para um novo Brasil. Estou muito feliz, muito orgulhoso com esse time de Senadores que vai passar para a história como aquele que, numa Casa revisora, com muita sapiência, com muita experiência, vai contribuir demais para a reconstrução do Estado brasileiro, para a paz, para a tranquilidade e para a prosperidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Já chamo imediatamente o próximo orador, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dirijo-me a V. Exas. com um espírito lúcido e tranquilo em que as paixões se amortecem e deixando íntegro e inabalável o meu senso de responsabilidade e justiça, sobretudo para fazer uma pequena reflexão quanto a um passado recente e o momento atual e referente, também, às suas consequências.

Porém, preliminarmente, quero cumprimentar, parabenizar e desejar boas-vindas aos nossos novos Senadores e Senadoras que foram eleitores, legitimados pelas urnas, ou seja, pela vontade popular, para exercer o mandato de Senador da República na mais Alta Casa Legislativa do País. Sejam todos bem-vindos! Esta Casa é a casa da moderação, é a casa do equilíbrio, é a casa revisora, é a casa do diálogo, é a casa do entendimento e, como eu falei, é a mais Alta Casa Legislativa do País.

Sras. e Srs. Senadores, vivemos um momento de renovação e de recomeço. E sempre é hora de recomeçar. E, sempre que temos uma eleição, restabelece-se ou renova-se a esperança de um novo tempo para um Brasil que tem pressa, um Brasil diferente, um Brasil que precisa se reencontrar com seu povo e restabelecer a confiança com a sociedade brasileira, reformando aquilo que precisa ser reformado, construindo aquilo que precisa ser construído, reconstruindo aquilo que precisa ser reconstruído e transformando aquilo que precisa ser transformado.

Essas transformações, Sras. e Srs. Senadores, só serão possíveis com a nossa participação, através da política. E a política, dependendo da forma como é exercida, é a mais nobre e sublime missão que um ser humano possa ter, aquele que, respaldado pelo desejo popular, representado pelos seus respectivos Estados, exerce um mandato representativo em nome de uma população inteira.

Nada muda, portanto, Sras. e Srs. Senadores, se nós não mudarmos. E a verdadeira mudança, a verdadeira transformação é aquela que vem da própria consciência que temos de nós mesmos, do valor que atribuímos a ela e também do valor que damos a nossos semelhantes.

O Brasil, como mencionei, tem pressa. Temos de agir rápido, esquecendo nossas divergências pessoais e partidárias, e avançar com respeito, serenidade e, sobretudo, com grandeza para enfrentar os problemas, botar novamente o Brasil nos trilhos e resgatar o orgulho e a autoestima do povo brasileiro.

Temos que pensar grande, pois grande é aquele que não apenas vê, mas enxerga o futuro com simplicidade, serenidade, equilíbrio e respeito às pessoas.

Acho que posso afirmar, sem medo de ser contestado, que o cenário atual é de tempos difíceis, de situação complexa, de opiniões divergentes, de País dividido, faltam recursos e sobram problemas. A irresponsabilidade fiscal e administrativa do passado, o corporativismo público e privado, Governos burocráticos e ineficientes nos levaram a uma crise sem precedentes na história do Brasil, uma crise social, moral e política. Como já mencionei, os tempos são difíceis, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

insensatez, a intolerância, o desequilíbrio fiscal, o déficit de mais de R$139 milhões, o déficit da previdência, a necessidade de reforma da previdência.

E aqui, Senador Alessandro, eu já quero abrir um parêntese para dizer que tenho muito gosto e muito desejo de votar uma reforma da previdência, porque me parece que é consenso na Nação brasileira a reforma. Agora, tem que ser uma reforma para todos. Não pode ser, novamente, uma proposta que seja uma reforma em que os mais pobres vão custear a previdência dos mais ricos. Nós temos que inverter essa forma de governar. Nós temos que valorizar quem precisa e temos que cobrar de quem tem para ser cobrado.

Fala-se muito em reformas. Aliás, eu estou aqui no Senado há quatro anos, mas estou na vida pública há 24 anos – quando terminar este meu mandato, vou completar 28 anos de mandato –, e, desde o primeiro dia, quando me elegi vereador na querida cidade de São José, na grande Florianópolis, eu ouço falarem em reformas estruturais para o País. Passados praticamente 30 anos, a pauta continua recorrente; é a mesma. A retórica é que faz parte do dia a dia das nossas ações, e, naturalmente, aquilo que precisa ser feito, reformado e reconstruído, como acabei de mencionar, acaba que nós continuamos fazendo um pouco mais do mesmo e não colocamos o País nos trilhos como efetivamente nós precisamos colocar para que ele possa crescer e se desenvolver, gerando os empregos necessários e para que a Nação brasileira possa se orgulhar novamente dos seus representantes.

O déficit da previdência tem outro fator bastante interessante. Principalmente para os Senadores de primeiro mandato, quero dizer que fui membro da CPI que investigou o déficit da previdência e pude – eu que sou da iniciativa privada, que optei pela vida pública – ali verificar que, se todos pagassem a previdência, esta não teria déficit. O problema é que as grandes empresas, os grandes grupos financeiros, os grandes grupos empresariais não pagam a previdência como deveriam pagar. Aí, chamados a dar explicações, eles dão a explicação da forma retrógrada e ultrapassada da nossa legislação, que permite que os grandes empresários, os grandes conglomerados financeiros façam a compensação financeira daquilo que eles têm para receber do Estado com aquilo que eles têm a pagar. Ora, eles trabalham com créditos de exportação, créditos de toda sorte, créditos de desapropriação etc., etc. e tal, e se utilizam desse subterfúgio da legislação para não pagar e fazer a compensação. Como a estrutura brasileira é arcaica e ultrapassada, morosa, a compensação fica para 5, 10, 12, 15, 20, 30 anos, eles acabam não recolhendo o que eles deveriam recolher e a compensação não é feita pela União, o que transforma o déficit da previdência social.

O déficit da previdência social é originário nos grandes conglomerados. Por exemplo: JBS, um dos maiores devedores da Previdência Social; os bancos, que são os grandes devedores da previdência social.

Enquanto isso, o agricultor que ganha um salário mínimo de aposentadoria é chamado para pagar também a conta do déficit da Previdência Social. Isso, nós não podemos permitir aqui na mais alta Casa legislativa do País. Nós temos que fazer uma reforma invertendo a pirâmide, em que os mais têm são os que mais devem contribuir e os que menos têm são os que mais devem ser beneficiados. Com isso, nós estaremos fazendo justiça social com a população brasileira.

Mas eu falava no déficit financeiro de R$140 bilhões. Eu fui Presidente da Comissão de Orçamento, conheço um pouco a realidade financeira do País, que realmente é desoladora e que precisamos enfrentar com pé no chão e com os olhos voltados para o futuro, sem o que o Brasil não voltará a crescer, não voltará a gerar os empregos necessários, e a violência continuará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

aumentando, a exemplo do que mencionou, no seu pronunciamento aqui, o Major Olímpio, nosso ilustre Senador.

Portanto, existe a necessidade da reforma do Estado brasileiro. Vivemos ainda num País divergente, dividido. Dessa forma, será difícil nós avançarmos.

Temos praticamente oito milhões de brasileiros subempregados. Temos 11,5 milhões de brasileiros vivendo em favelas, o que é uma indignidade para um Brasil continental como o nosso, com as riquezas naturais que tem, com o povo inteligente. Eu não me conformo com essas diferenças sociais, em que apenas seis conglomerados financeiros brasileiros têm a renda de metade da população brasileira, ou seja, de 100 milhões de brasileiros. Isso é inadmissível e inaceitável. São nessas questões que nós precisamos nos debruçar, sem o que nós não vamos reformar e construir o Brasil verdadeiramente justo que nós todos desejamos.

Sessenta e três milhões de brasileiros estão no SPC, no Serviço de Proteção ao Crédito. Isso significa que não têm recursos suficientes para honrar os seus compromissos. E amargamos também o triste dado de 60 milhões de assassinatos no Brasil; fruto do quê? Fruto dessas desigualdades, das diferenças sociais, da falta de um planejamento de desenvolvimento nacional, da falta de um projeto de planejamento de desenvolvimento regional.

Eu quero perguntar aos Srs. Senadores se algum dia ouviram falar que o Brasil tem um plano de desenvolvimento regional ou nacional para os próximos cinco anos, 10 anos, 20 anos ou 30 anos. As nações desenvolvidas já projetam o seu futuro, para as futuras gerações, para os próximos 20, 30, 50,100 anos.

E, no Brasil, nós combatemos as consequências e não combatemos as causas. Nós temos de inverter essa lógica. Nós temos de partir para as verdadeiras causas que atravancam o desenvolvimento deste País, que é grande, que é próspero, que tem uma população trabalhadora, que precisa de oportunidade para vencer.

Portanto, nós temos, Sras. e Srs. Senadores, muito a fazer e pouco ainda a comemorar. O Senado Federal tem de voltar a ser o protagonista dos grandes temas nacionais, das grandes bandeiras nacionais, resgatando o seu papel de Casa revisora e de Casa moderadora, resgatando também a credibilidade, a confiança, o respeito, as lutas pela liberdade e pela democracia e também pela justiça social.

Vamos, a partir de agora, fazer política sem ódio e sem rancor, sem o que não conseguiremos avançar.

Vamos esquecer ou superar nossas divergências e colocar o Brasil e os brasileiros em primeiro lugar.

Vamos declarar guerra à intolerância, à insensatez, à demagogia barata, ao desencanto e ao desalento.

Vamos, sim, ou melhor, não vamos caminhar nem para a esquerda nem para a direita; vamos caminhar para frente.

Esse é o verdadeiro processo irrevogável de ordem e de progresso transcrito na nossa bandeira.

Vamos, sim, como falei, o Brasil tem pressa. Nós temos pressa. Vamos em frente. Vamos à luta.

E, para finalizar, peço socorro a uma estrofe do Hino de Santa Catarina que menciona: "Rojam algemas no chão [o que representa um símbolo da liberdade] [...] E que nesta grande Nação seja cada homem um bravo e cada bravo um cidadão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Que esta seja a época própria para renovar nossos sonhos e nossos ideais na construção de um novo Brasil. Um Brasil de paz, de prosperidade e de trabalho.

Muito obrigado.

Um forte abraço a todos e sejam bem-vindos, novos Senadores e novas Senadoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento.

E chamo imediatamente o próximo orador inscrito, nosso Senador, representante do PPS de Sergipe, Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discursar.) – Obrigado Sr. Presidente.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e das pessoas que acompanham pelas redes e pela TV Senado aquilo que acontece neste plenário.

Começo, Sr. Presidente, agradecendo o apoio. Vamos tratar sobre o assunto da CPI das Cortes Superiores do Poder Judiciário. E o primeiro ponto é agradecer o apoio que recebi, inclusive aqui, e cito o próprio Presidente como um dos subscritores, o que muito me honra; o apoio da sociedade, a manifestação das pessoas nas ruas, na compreensão de que é necessário abrir a chamada caixa preta do Judiciário, porque ninguém numa república democrática pode se colocar acima da lei, mesmo quem tem a atribuição de julgá-la.

Esse apoio fortalece a compreensão de que este é o momento de fazer essa discussão. Mas é preciso tratar também e orientar as pessoas, informar as pessoas do andamento daquilo que estamos fazendo aqui no Senado Federal.

As etapas previstas que cabiam a este Senador subscritor e aos outros 26 colegas foram cumpridas, as assinaturas colhidas, requerimento apresentado, assinaturas conferidas... Após esse momento ocorreu o pedido, a retirada de pedido de assinatura por parte de três Senadores da República, que é um exercício do direito desses Parlamentares, exercício que eles têm, momento que eles têm para fazer a retirada, essa mudança de ideia até o momento da publicação.

O Presidente Davi, amigo nosso e eleito com o nosso apoio, o nosso voto, no nosso entender, mal orientado pela Secretaria-Geral da Mesa, determinou o arquivamento do requerimento de CPI por insuficiência do número de assinaturas.

Ocorre que, Presidente, o nosso Regimento Interno é absolutamente cristalino quando no art. 244 determina que nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores – como é o caso de um pedido de CPI –, se, com a retirada de assinaturas, esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário. Então, este é o procedimento correto, já solicitamos que o Presidente Davi faça a revisão do seu despacho, faça o desarquivamento, devolva o requerimento ao nosso gabinete, para que a gente possa fazer a retomada do processo de coleta de assinaturas. É uma demanda da sociedade, é uma demanda de parte expressiva deste Senado, e nós precisamos avançar.

Mas eu aproveito o espaço, Presidente, para tratar já das grandes críticas que foram apresentadas ao requerimento, e a gente pode dividi-las rapidamente em duas temáticas. Uma delas de ordem política, pseudopragmática. Pretensiosamente se quer criar uma fila de prioridades no Brasil e, toda vez que se fala – lembrando o Senador Dário Berger, que agora falava do quanto tempo nós temos de desigualdade nós temos no Brasil –, só me lembro de uma expressão que eu certamente deveria ter idade para lembrar, mas lembro da importância que ela tem, que era do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Delfim Netto, aquela teoria de esperar o bolo crescer para depois repartir, e até hoje ninguém repartiu nada, e falta bolo para muita gente.

O bolo de hoje é a previdência. Vamos resolver a previdência primeiro e paralisamos o País, não tratamos do combate à violência, como o Major Olímpio lembrou da importância que tem, não tratamos de reforma tributária, não tratamos nenhum outro assunto. Para o País, para Parlamento, mais de 500 Parlamentares não têm capacidade de tratar de mais de um tema. Esse é um falso pragmatismo, e a sociedade já está suficientemente esclarecida para saber que isso não cola.

Outros pontos que foram levantados são de ordem técnico-jurídica, e ao cidadão comum é muito difícil – e a alguns colegas – adentrar na seara técnica, é natural. O primeiro ponto que se questiona: pode acontecer uma CPI do Judiciário que análise atos ligados ao Judiciário? A história já nos mostra que em 1999 tivemos uma CPI do Judiciário neste mesmo Senado Federal, neste mesmo Plenário, e resultaram em excelentes frutos aquelas investigações ligadas ao TRT de São Paulo, inclusive com cassação, prisão de um Parlamentar ocupante de cadeira aqui neste próprio Senado. Então, a história mostra que é possível fazer CPI aqui tratando de assuntos ligados ao Poder Judiciário.

O que não cabe fazer é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tente invadir atribuições do Judiciário. Então, uma CPI não pode ser uma casa revisora de decisões judiciais, nós não podemos questionar méritos de decisões judiciais, mas nós podemos questionar, sim, a operacionalização das cortes superiores que é flagrantemente inadequada, ineficiente e desigual. Nós temos velocidades de tramitação absolutamente diversas a depender do interessado, a depender do escritório de advocacia que tenha mais habilidade ou acesso, e isso é flagrantemente demonstrado, são dados estatísticos.

Então, podemos fazer uma CPI, já foi feita uma CPI, e quem atacou essa análise, quem fez essa análise num voto importante foi o Ministro Celso de Mello, do próprio Supremo Tribunal Federal, quando reconheceu a evidência de que o Senado tem, sim, condições de fazer uma CPI que verse, que trate de assuntos que tenham ligação com o Poder Judiciário. Ao fazer isso o Ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, apontou duas situações muito claras: primeiro, a ressalva de que não se pode invadir o mérito de decisões judiciais, porque essa é uma seara exclusiva do Poder Judiciário, atribuída na repartição de poderes pela nossa Constituição da República, mas nós podemos tranquilamente tratar de questões orçamentárias e, no caso específico, do requerimento de que tratamos, de questões operacionais.

O que justifica, sob o ponto de vista operacional, de distribuição, de tramitação, que possa ter uma diferença de décadas de andamento entre pedidos de natureza muito similares, que se possa ter determinados Ministros de Cortes Superiores com estoque de processos, a casa dos milhares, que transmitam em velocidade de relâmpago, em horas, às vezes, minutos, pedidos de determinadas partes. Então, isso é absolutamente tranquilo, o próprio Supremo já tratou disso e não há dúvida.

O outro ponto que o Ministro Celso de Mello ressalta é que a este Senado da República cabe julgar e processar os ministros, inclusive os da Suprema Corte, em caso daquilo que se chama comumente de crime de responsabilidade, que não é crime, na verdade é uma infração político-administrativa, mas tem esse nome.

É evidente que os fatos elencados, determinadamente elencados no requerimento, podem no futuro vir a figurar casos prescritos e identificados na nossa lei que versam sobre crime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

responsabilidade por parte de ministros de Cortes Superiores, particularmente a questão da desídia, porque é difícil encontrar outro nome para essa diferenciação do tempo de tramitação. Então, a parte do questionamento que faz referência à possibilidade ou não de uma CPI, acredito que fica suficientemente tratada. Em seguida, nós vamos encaminhar memoriais nesse sentido para todos os 81 Senadores, para que possam ter esse subsídio, possam ter essa informação.

Um segundo ponto de ataque, Sr. Presidente, foi a questão do fato determinado, um questionamento no sentido de que o requerimento não traria fato determinado a ser apurado. O requerimento não traz um fato determinado, ele traz doze fatos determinados, doze, uma dúzia, rol meramente exemplificativo. Poderíamos fazer centenas e milhares de casos determinados, objetivamente demonstrados, de que existe uma necessidade de apuração do funcionamento dessas cortes. Repito: não do mérito, mas do funcionamento.

Nós dividimos esses fatos determinados em quatro grupos, que foram devidamente elencados e já são do conhecimento. A gente exemplifica rapidamente: a remuneração de ministros por fonte não prevista na legislação, e a remuneração de ministro, como de fato e de resto a remuneração de servidor público é bastante restrita, e nós temos notícia de descumprimento disso, e citamos concretamente exemplos, e elencamos o fato.

Como eu já disse várias vezes, o abuso de estratégias processuais, como pedido de vista para retardar ou para impedir a prestação jurisdicional, e aí elencamos alguns exemplos. O mais notório deles é o abuso que foi perpetrado para a manutenção do auxílio-moradia. Não discuto o mérito. Repito novamente e farei isso dezenas de vezes, se for necessário, para que as pessoas assimilem: o mérito da decisão judiciária não pode ser questionado. Então, se o Supremo definir que pode dar auxílio, pode dar dois auxílios, pode dar dez auxílios, está dentro da esfera do poder dele; reter o julgamento e fazer dessa retenção moeda de troca na negociação salarial, não. Isso não é a atribuição de Poder nenhum. Legislativo, Executivo, Judiciário, ninguém tem esse poder. Então, caminhamos com muita tranquilidade nesse sentido.

A diferença de velocidade de tramitação de processos similares, nós já mostramos. A mudança de entendimento no mesmo processo, por vezes pelo mesmo ministro, isso tudo está elencado. Como eu disse, são doze fatos, vocês vão receber detalhadamente, da mesma forma como a imprensa e a sociedade vão receber, para aclarar mais para quem teve uma dificuldade de entendimento com a primeira versão.

Mas, Sr. Presidente Eduardo, Dário, amigos Senadores e Senadoras, a grande questão é o mérito, a grande questão é o mérito de uma CPI dessa natureza, e não se viu, mesmo nas manifestações em *off*, absolutamente nenhum questionamento com relação ao mérito dessa CPI. É absolutamente inadiável a necessidade de se investigar – e se investigar profundamente – o funcionamento das Cortes Superiores, para que se possa apresentar soluções para esse funcionamento, e a ferramenta para fazer esse levantamento é a Comissão Parlamentar de Inquérito, prevista na Constituição, prevista no nosso Regimento, já julgada e rejulgada pelas Cortes Superiores, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal.

É importante fazer essa observação com relação ao mérito, porque nós precisamos manter uma conexão com o sentimento do cidadão. E eu retomo a fala do eminente Senador Paulo Paim e faço uma conexão dela com a fala do Senador Dário Berger: é o momento da verdade. E é inadiável que a gente enfrente a verdade no nosso País. Pode ser desagradável para alguns, pode ser desconfortável para outros tantos, mas é necessário. E tão necessário se faz que esta Casa sabe perfeitamente o tamanho da pressão a que foi submetida por ministros de cortes superiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Eu faço aqui, Sr. Presidente, colega Soraya, o registro que, dez minutos após o protocolo do pedido de CPI, recebi no meu gabinete a assessoria parlamentar do STF. E ela não me pedia o conteúdo do requerimento, ela me pedia a lista dos Senadores subscritores – dez minutos depois.

As notícias dos telefonemas, das ligações, das notinhas, todos nós acompanhamos. É importante, Senador em primeiro mandato, na realidade, Senador quase que em primeira semana, registrar que esta Casa não pode, não deve se acovardar diante de ameaças de qualquer natureza.

Eu tenho a mais absoluta certeza de que os Senadores e as Senadoras da República não se diminuem, não se rebaixam a ameaças de qualquer natureza. Eu particularmente, pessoalmente, registro com a mais absoluta clareza que não me amedronto e não restrinjo minha atuação, que é garantida pela legislação e, principalmente, pelo voto dos sergipanos, a qualquer tipo de interesse que não seja interesse público efetivamente demonstrado.

Então, o requerimento foi apresentado porque era uma demanda real, e ela não foi questionada. Ele foi indevidamente arquivado, e já protocolamos o pedido de desarquivamento. Se se mantiver essa decisão absurda, teratológica, equivocada, tomaremos as providências cabíveis para que se dê andamento e, se necessário for – e nesse sentido nós temos várias manifestações de Senadores que não subscreveram o primeiro documento, mas que querem subscrever um novo –, daremos novo requerimento, seja na CPI exclusiva do Senado, seja na CPI Mista com a Câmara dos Deputados, que também existe essa demanda latente por lá.

Pois não, Senador Eduardo.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Um aparte, por favor.

Obrigado.

Eu queria, Senador Alessandro, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa. pela coragem. Eu vejo aqui sua atuação sempre com um semblante sereno, tranquilo, mas com muita seriedade na busca pelo que V. Exa. acredita que seja o ideal. E a gente percebe não de hoje, de há alguns anos, que essa busca pela verdade não está acontecendo só no Poder Legislativo, no Poder Executivo, mas é um anseio da população brasileira buscar no Poder Judiciário.

É um momento – e já passou até a hora do almoço, eu gosto de colocar um exemplo para as pessoas perceberem – que eu acredito que é como se fosse uma ferida que estivesse aberta. Nós estamos com uma ferida aberta, e está saindo o pus, está saindo tudo que está de forma infecciosa. E como a gente diz lá no nosso Nordeste: tem que sair o cabedão.

É muito importante, não é caça às bruxas, absolutamente. O senhor deixou claro mais uma vez, o objetivo é se buscar abrir caixas-pretas que hoje deixam os Poderes brasileiros longe da população.

Eu falei, logo que o Presidente Davi assumiu, que um dos grandes desafios do novo Presidente – que é uma pessoa extremamente habilidosa, humilde e que quer ver a coisa correta –, eu falei que o grande objetivo desta Casa é se aproximar da população brasileira, porque estava um hiato muito grande!

E talvez, pela primeira vez, a população brasileira, pelo menos nos últimos dez, quinze anos, está confiando em nós, Senadores e Senadoras, como nunca. Eles estão dando um voto de confiança, que começou na eleição da Casa aqui, naquela batalha que houve aqui, e está dando crédito que a gente vá fazer um bom trabalho, que a gente vá buscar encarar certos paradigmas que precisam ser encarados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

E eu acredito que V. Exa. está coberto de razão em buscar novamente, se vai fazer outro requerimento, se vai buscar novas assinaturas. Eu já assinei a primeira vez, vou assinar a segunda vez, porque acredito que o objetivo é investigar o papel da nossa Casa. Não é porque o Supremo Tribunal Federal está há alguns anos usurpando o poder desta Casa Legislativa com vários temas. Não é por isso. Não é um revanchismo. É porque há situações que precisam ser esclarecidas.

Eu, por exemplo, sou favorável a um mandato, que os ministros tenham mandato. É dez anos, é doze anos? Mas como é que é? E eu acredito que a carreira do magistrado precisa ser escolhida, até para ter mais independência. Hoje é o Presidente que escolhe, mas eu acredito que deve haver um processo em que os próprios magistrados definam, pela meritocracia, pelo tempo, pela sabedoria, que eles possam chegar a ser ministros do Supremo.

Acho que o Brasil tem que ser repensado. No meu modo de ver, esses processos de escolha têm que ser repensados, como discussões que existem também no Brasil para a questão de *impeachment.* De *impeachment*, não é? Muitas vezes chega ao Presidente do Senado, como a gente tem visto ultimamente, e fica na gaveta. Tem fatos, tem apelo popular, mas fica na gaveta. Então, eu acredito que há que ser repensado, para que Líderes de partidos, Senador Dário Berger, Líderes, Senadora Soraya, Senador Izalci, possam – sei lá, um número de sete Líderes – requisitar que tenha andamento, que o processo de *impeachment* possa ocorrer, porque esta Casa, é da competência dela também fazer isso.

Então eu queria dar os parabéns pela sua coragem, dizer que V. Exa. me inspira com esse trabalho, com essa CPI, e nós acreditamos que a coisa... Tenho muita esperança de que vá andar e de que nós vamos conseguir fazer esse trabalho com tranquilidade, com muito equilíbrio, mas para buscar esse anseio, que é um anseio não apenas da Casa, mas do povo brasileiro, que nos escolheu para estar aqui neste momento tão importante da Nação.

Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

É efetivamente isso, é dar seguimento àquilo que se comprometeu em termos de mudança, em temos de renovação. As mudanças nem sempre são sem dor. Algumas evoluções têm etapas mais duras, mas essas etapas precisam ser enfrentadas. Não dá mais para se tolerar, no Brasil democrático que nós todos desejamos, autoridades que se coloquem acima do bem e do mal, autoridades que se coloquem como absolutamente inatingíveis pela lei e por qualquer órgão fiscalizador. Como disse e citei, o próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu a possibilidade de que a CPI aconteça, estabeleceu limites; esses limites estão sendo seguidos. E é preciso que a gente dê andamento, com respeito, com equilíbrio, com eficiência, mas, principalmente, com a certeza de que o Brasil precisa avançar. Chega deste Brasil das impunidades e das mega-autoridades que se escondem.

O cenário ideal, Senador, é que nós tenhamos uma Casa sem gavetas.

Obrigado.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, gostaria de fazer um aparte...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Pois não.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... para parabenizar V. Exa. pela coragem, pelo o que enfrentou nesses últimos dias, com certeza, não deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

estar sendo fácil. Mas acho que a população também precisa saber e a gente precisa lembrar que não é uma questão de demonizar o Poder Judiciário; às vezes, levam essa imagem, e não é isso. Como nós não podemos demonizar a classe política, o Poder Legislativo.

Eu sou advogada, trabalhei por muitos anos dentro do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Nós sabemos que há profissionais de todas as vertentes, mas há muita gente séria, muitos juízes, muitos desembargadores, muitos ministros, gente séria, como há políticos sérios. Eu, lá fora, jamais imaginei... O que nós vimos aqui, nós novos, eu não imaginei ver tão descaradamente. Mas eu também não imaginava que certos políticos já antigos iriam me impressionar pela forma com que agiram pela lisura. Então, impressionei-me dos dois lados.

Quero aproveitar para citar alguns nomes do poder Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul que eu muito honro e em quem confio: Vilson Bertelli, Desembargador do TJMS; Dr. Alexandre Correa Leite, Juiz de Direito; Dr. João Maria Lós, Desembargador – em nome deles, parabenizar, lembrar e exaltar os bons. Então, não é essa caça às bruxas. Porém, nós temos fatos determinados, pontuais que precisam ser esclarecidos. Então, se estão todos dentro de uma casa só, nós não sabemos, mas nós vamos apurar, ninguém está condenando aqui. O nosso trabalho é apurar. Se ninguém deve, ninguém tem que temer.

Como, na verdade, também o que sofrem os Parlamentares... Há muitos aqui com medo do Poder Judiciário, mas o Poder Judiciário não tem medo dos Parlamentares. Porque é muito fácil não entrar um *impeachment*, é uma decisão monocrática. Então, nós temos que mexer nisso mesmo, Senador. Nós não podemos aceitar isso. Nós vamos mexer nisso, sim, até em homenagem ao Senador Magno Malta aqui, que até nos orientou bastante nesse sentido, que havia uma meta de fazer isso. Então, nós vamos só fazer a nossa parte, com cada um fazendo a sua.

Então, nesse sentido, conte comigo para que a gente exalte os bons. Mas, infelizmente, não temos bons em todas as profissões. É muito complicado tocar nesses assuntos. Por isso que a gente fica... Justamente até por isso, porque depois as pessoas começam a ser perseguidas.

Então, é isso que nós temos que mostrar para a população. Escancarar essas coisas, abrir as portas e dizer o que atrapalha, o que não atrapalha, se houve ameaça, se não houve. Então, parabéns, mais uma vez, e conte comigo!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Obrigado, Senadora. É literalmente como a senhora colocou.

Não existe caça às bruxas, não existe o interesse de desvalorizar ou de diminuir qualquer Poder, seja o Executivo, seja o Judiciário. Mas todos eles estão submetidos à fiscalização. Todos nós estamos submetidos. É assim que funciona uma democracia de verdade. Se existem pessoas que não estão adaptadas a ela, elas têm que pagar sanção. Isso é natural.

Acredito que nós vamos ter, em breve, respostas da Mesa Diretora, no sentido do andamento que vai ser necessário. Mas reforço: estaremos nessa trincheira, enfrentando essa luta, porque temos a compreensão de que ela é indispensável, é inadiável. Os argumentos de força não vão ser aceitos; os argumentos, sob o ponto de vista de um pragmatismo político também não serão, porque a sociedade não quer esperar, e este Senado não precisa esperar. Nós temos toda a capacidade de fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo, senão não teríamos condições de merecer o título de Senadores da República.

Essa formatação não cabe mais. Vivemos um momento de uma sociedade mais rápida, que cobra providências mais rápidas e assim vamos prosseguir.

Então, muito obrigado, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Uma boa semana para todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa.

Já passo a palavra imediatamente à próxima oradora, a nossa Senadora do Mato Grosso do Sul, PSL, Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, Srs. Senadores, servidores desta Casa, é com muita alegria que eu subo pela primeira vez na tribuna. Mas antes de qualquer coisa, eu preciso agradecer a Deus, agradecer à minha família, agradecer ao meu marido, à minha filha, ao meu sócio e, sem sombra de dúvida, agradecer a todos os voluntários da nossa campanha, da campanha do PSL.

Eu sempre disse, Sr. Presidente, durante a campanha, que os outros candidatos tinham funcionários, mas nós tínhamos voluntários. E nós fizemos a campanha do maior voluntariado da história deste País. Então, essas pessoas merecem, essas pessoas participaram, elas são parte desta eleição, elas são parte desta Casa. Essas pessoas estão sentadas em cada cadeira nova em que aqui se senta. Então, primeiramente, a minha palavra é de gratidão, gratidão não por mim, porque não estou aqui por mim. Eu estou aqui por uma missão, pelo Brasil, e eu sou só uma parte dessa missão. Então, não é por mim, mas pelo Brasil. Então, é uma grande honra para mim falar nesta tribuna.

Eu sou casada, eu tenho uma filha, eu sou advogada, e a política para mim nunca foi um projeto de vida. Eu nunca imaginei estar aqui. Então, tornei-me candidata à Senadora da República pelo PSL, partido do nosso Presidente Bolsonaro, que foi a pessoa que me inspirou e que trouxe pela primeira vez na minha vida a certeza de que algo iria mudar.

Nós reclamamos muito, todos nós sabemos reclamar, e eu resolvi sair da fila dos que reclamam para entrar na fila dos que fazem. Posso errar, vou acertar, vou errar, mas, de uma forma ou de outra, eu entrei para a turma dos que fazem alguma coisa. Então, se a gente não faz nada, não adianta reclamar e não adianta criticar também.

Eu percebi, nesses anos todos de participação nos movimentos democráticos de rua e até pela minha atuação profissional, que eu poderia, sim, ajudar este País, porque é muito importante, Senador Eduardo Girão, Alessandro, os novos... Eu já disse isto uma vez: protestar é importante, mas não é suficiente. Tudo que a gente faz e fez nos movimentos de rua durante todos esses anos nos mostrou que é preciso ter a caneta.

Por isso, hoje, como Presidente do PSL do Mato Grosso do Sul, até mais uma vez, homenageando Magno Malta, porque é o objetivo dele agora trazer aquelas pessoas que não são da política... Nos partidos, é difícil quem não é da política ter algum espaço. Porém, no PSL do Mato Grosso do Sul, o espaço principal vai ser dado para quem não é da política, sem esquecer a sabedoria dos antigos, a sabedoria dos que já estão há muito tempo. Há muita gente boa, como eu havia dito, mas a prioridade vai ser para os novos.

E, agora, hoje, para mim, é um dia muito importante, porque eu assumo a Presidência da Comissão Agrária. Então, para mim, é uma honra ter sido indicada pelo nosso partido.

Na verdade, eu quero até trazer uma leitura. A minha ideia, desde o princípio, foi trazer o novo mote do agro: a interação com o meio ambiente. Nós passamos por um tempo de bem e de mal. Os agricultores, os produtores rurais foram demonizados durante muito tempo e são eles os maiores interessados na preservação do meio ambiente. Então, o Augusto Nunes, jornalista, fez a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

leitura do texto *Farms here, Forests there.* E eu acho esse texto bem pontuado naquilo que eu creio que será a nova vertente do agro com o meio ambiente. Então, ele diz o seguinte:

> Nada é mais cômodo do que viver convencido de que certas coisas não podem ser discutidas, pois são a verdade em estado definitivo. É o que está acontecendo hoje com a questão ambiental pelo mundo afora – especialmente no [nosso] Brasil.
> Ficou decidido pela opinião pública internacional e nacional que o Brasil destrói cada vez mais as suas florestas – por culpa da agropecuária, é claro. Terra que gera riqueza, renda e imposto é o inferno. Terra que não produz nada é o paraíso. Fim de conversa.
> Os fatos mostram o contrário, mas e daí? [E daí se noticiam mentiras e as pessoas caem nessas mentiras?] Quanto menos fatos alguém tem a seu favor, mais fortes ficam as suas opiniões [e os seus argumentos].
> Ninguém imagina, pelo que se vê e lê todos os dias, que a área de matas preservadas no Brasil é mais do que o dobro da média mundial. Nenhum país do mundo tem tantas florestas quanto o Brasil – mais que a Rússia, que tem o dobro do seu tamanho, e mais que Canadá e Estados Unidos juntos. Só o Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, é duas vezes maior que a maior floresta primária da Europa, na Polônia.
> Mais que tudo isso, a agricultura brasileira ocupa apenas 10% [...] [do] território nacional [isso é muito importante frisar e não é passado para a população. Essa parte da agricultura] – [...] produz mais, hoje, do que produziu nos últimos 500 anos. Não cresce porque destrói a mata. Cresce por causa da tecnologia, da irrigação, do maquinário de ponta [que hoje nós temos e que com certeza teremos cada vez mais]. Cresce [acima de tudo] pela competência [...] [das pessoas que trabalham no agronegócio, os produtores rurais, os trabalhadores rurais].
> Como a agricultura poderia estar ameaçando as florestas se a área que cultiva cobre só 10% do país – ou tanto quanto as terras reservadas para os assentamentos da reforma agrária? Mais: os produtores conservam dentro de suas propriedades, sem nenhum subsídio do governo, áreas de vegetação nativa que equivalem a 20% da superfície total do Brasil. Não faz nenhum sentido [é muita falácia o que a gente escuta e em que as pessoas, infelizmente, acreditam].
> Não se trata, aqui, [Sr. Presidente,] de dados da "bancada ruralista" – [esses dados] foram levantados, computados e atualizados pela Embrapa, com base no Cadastro Ambiental Rural, durante o governo de Dilma. São mapas que resultam de fotos feitas por satélite. [Então,] são também obrigatórios – os donos não podem vender suas terras se não estiverem com o mapeamento e o cadastro ambiental em ordem.
> Do resto do território, cerca de 20% ficam com a pecuária, e o que sobra não pode ser [nem] tocado. Além das áreas de assentamentos, são parques e florestas sob controle do poder público, terras indígenas, áreas privadas onde é proibido desmatar [...] [e por aí vai]. Resumo da ópera: mais de dois terços de toda a terra existente no Brasil são "áreas de preservação" [isso ninguém diz].
> O fato, provado por fotografias, é que poucos países do mundo conseguem tirar tanto da terra e interferir tão pouco na natureza ao redor dela quanto o Brasil. Utilizando apenas um décimo do território, a agricultura brasileira de hoje é provavelmente o maior sucesso jamais registrado na história econômica do [nosso] país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A última safra de grãos chegou a cerca de 240 milhões de toneladas – oito vezes mais que os 30 milhões colhidos 45 anos atrás. Cada safra dá para alimentar cinco vezes a população brasileira; nossa agricultura produz, em um ano só, o suficiente para 1 bilhão de pessoas.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de soja, açúcar, suco de laranja, carne, frango e café. É o segundo maior em milho e está nas cinco primeiras posições em diversos outros produtos.

O cálculo do índice de inflação teve de ser mudado para refletir a queda no custo da alimentação no orçamento familiar, resultado do aumento na produção. A produtividade da soja brasileira é equivalente à dos Estados Unidos; são as [duas] campeãs mundiais.

Mais de 60% dos cereais brasileiros, graças a máquinas modernas e a tecnologias de tratamento do solo, são cultivados atualmente pelo sistema de "plantio direto", que reduz o uso de fertilizantes químicos, permite uma vasta economia no consumo de óleo diesel e resulta no contrário do que nos acusam dia e noite – diminui a emissão de carbono que causa tantas neuroses no Primeiro Mundo.

Tudo isso parece uma solução, mas no Brasil é um problema. Os países ricos defendem ferozmente seus agricultores. Mas acham, com o apoio [...] [de certas classes, sem generalizar jamais, artistas, intelectuais, ambientalistas,] que aqui eles são bandidos.

A consequência é que o brasileiro aprendeu a apanhar de graça. Veja-se o caso recente do Presidente Michel Temer – [que] submeteu-se à humilhação de ouvir um pito dado em público por uma primeira-ministra da Noruega, pela destruição das florestas no Brasil, e [infelizmente ele] não foi capaz de citar os fatos mencionados [...] [que eu acabei de dizer] para defender o País que [...] [presidia, à época]. Não citou porque não sabia, como não sabem a primeira-ministra e a imensa maioria dos próprios brasileiros. [E isso nós vamos mudar, daqui para a frente, comigo na Presidência da CRA, junto com o Senador Heinze, que é o Vice-Presidente, e os demais membros – a quem parabenizo e agradeço por terem vindo conosco. O pior de tudo é que] ninguém [...] está interessado em informação.

Infelizmente, o que é negativo fala mais alto na mídia. Temos as informações, porém as manchetes falam mais alto. Uma manchete construída com um viés apimentado, com maldade, fala tudo, infelizmente!

Em matéria de Amazônia, "sustentabilidade" e o mundo verde em geral, prefere-se acreditar em [...] alguma artista de novela que não saberia dizer [nem] a diferença entre o Rio Xingu e a Serra da Mantiqueira. É automático. "Estrangeiro bateu no Brasil, nesse negócio de ecologia? Só pode ter razão." [As pessoas, os próprios brasileiros, dão razão ao que escutam de lá de fora].

Nada explica melhor esse estado de desordem mental do que a organização Farms Here, Forests There (fazendas aqui, florestas lá), atualmente um dos mais ativos e poderosos *lobbies* na defesa dos interesses da agricultura americana. Não tiveram nem a preocupação de adotar um nome menos agressivo – e não parecem preocupados em dar alguma coerência à sua missão de defender "fazendas aqui, florestas lá".

Sustentam com dinheiro e influência política os Green-peaces deste mundo, inclusive no Brasil. Seu objetivo é claro. A agropecuária deve ser atividade privativa dos países ricos [é o que eles pregam] – ou então dos mais miseráveis, que jamais lhes farão concorrência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

> devem ser estimulados a manter uma agricultura "familiar" ou de [apenas] subsistência, com dois pés de mandioca e uma bananeira, como querem [agora, eu vou pedir perdão, eu nasci em berço católico, mas é como querem plantar muitos] bispos da CNBB e os inimigos do "agronegócio".
>
> Fundões como o Brasil não têm direito a criar progresso na terra. Devem limitar-se a ter florestas, não disputar mercados e não perturbar a tranquilidade moral das nações civilizadas, ecológicas e sustentáveis. E os brasileiros – vão comer o quê? Talvez estejam nos aconselhando, como Maria Antonieta na lenda dos brioches: "Comam açaí".

E eu amo açaí – esse foi apenas o comentário desse jornalista para vocês compreenderem o sentido.

Senhoras e senhores, a lucidez desse texto é tamanha que dispensa a exposição de mais dados sobre o agronegócio.

Fato é que o que vimos nos últimos anos foi um grave desprestigio ao setor produtivo nacional, calcado em mentiras difundidas por pseudoambientalistas, geralmente patrocinadas por lobistas nocivos, que recalcitram em admitir a grande verdade: o agronegócio é o pilar da nossa grande Nação, da nossa economia, do nosso Brasil, que é o celeiro do mundo.

Dói dizer que a corrupção instalada no Brasil debilitou o crescimento da produção agrícola e da pecuária, além de ocasionar um expressivo aumento do custo da produção, mas é na adversidade que encontramos a luz. E eu me dedicarei durante todo o meu mandato a lutar pela nossa joia, promovendo o agronegócio, entregando o que a sociedade tanto almeja, que é um Brasil justo e honesto. "O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o otimista vê oportunidade em cada dificuldade", disse Winston Churchill. E eu repito aqui o que nós pessoas de bem, brasileiros de bem, dizemos: a corrupção está com os dias contados.

Eu quero andar de braços abertos com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Fabiano Contarato, porque nós, de uma vez por todas, iremos nos unir e mostrar que meio ambiente e agronegócio caminham juntos, unidos e que todos os produtores rurais têm o maior interesse, são os maiores preservadores do meio ambiente.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo o pronunciamento de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O último orador inscrito é o Líder Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discursar.) – Presidente, Senador Izalci, que eu muito admiro, Senador Dário Berger, Senador Reguffe, um homem que eu já admirava há muitos pelas causas e pelos ideais que abraça aqui nesta Casa, hoje é um dia muito especial para mim. O dia 14 de fevereiro de 2019 marca um ano de uma tragédia que aconteceu em Parkland, nos Estados Unidos, com a minha filha, o que me deixou muito tocado e me fez entrar na política após mais de 15 anos recebendo convites pelas causas que eu abraço em defesa da vida, em defesa da família.

Eu sempre achei que poderia influenciar sem estar na política partidária, sempre como cidadão, como um ativista. Vim várias vezes ao Senado e à Câmara dos Deputados falar com os nobres Senadores e com os nobres Deputados para não votarem determinadas matérias com certo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foco que afrontasse esses valores, esses princípios que eu acredito e que os movimentos de que eu participo, como o movimento contra as drogas, acreditam.

No dia 14 de fevereiro de 2018, um ano atrás exatamente, acredito que neste mesmo horário, por conta do fuso, eu estava em grande aflição. Eu sou cristão – nem por isso sou melhor ou pior do que ninguém e sei disso, são as atitudes do dia a dia que mostram quem a gente é –, mas, naquele momento, eu fraquejei na minha fé por alguns instantes. Eu fui buscar a minha filha em uma escola e estava lá dentro um atirador, um jovem de 18 anos, que fez um mar de sangue no andar dos novatos, onde a minha filha estava. Ele adquiriu uma arma legalmente. Nos Estados Unidos, o acesso a armas de fogo é muito fácil; é uma cultura americana que vem desde a independência. Aquele jovem, que tinha problemas mentais... Não é uma coisa... Hoje, por força de algum distúrbio que você possa ter, como a depressão, por exemplo, que é um grande mal, você pode estar bem, mas você pode ter um problema e, numa atitude impensada, num desequilíbrio, numa briga com os pais, numa briga com o chefe, numa discussão de trânsito, você pode estragar a sua vida e a de outras pessoas pelo resto dos seus dias. E foi isso que aconteceu naquela tarde do dia 14 de fevereiro de 2018, quando eu vi a aflição de centenas de pais, de centenas de alunos, e 17 vidas foram ceifadas em poucos minutos.

Por um livramento, Senador Izalci, por um livramento de Deus, minha filha foi poupada, mas ela viu tudo: viu suas colegas, seus colegas serem assassinados, com a juventude, com os sonhos todos pela frente; viu professor, em sala de aula, ser morto. As aflições que eu passei naqueles minutos – depois me acalmei, após uma oração com meu filho, que também estava na escola, mas em outro departamento –, para mim, foram um chamamento para entrar na política humana, na política partidária.

Nada acontece por acaso, Senador Izalci. Esse assunto eu venho estudando há mais de 15 anos. É uma das causas da minha vida. A arma de fogo é um instrumento que foi concebido, no século XV, com um objetivo: matar – a gente não tem como dourar a pílula sobre isso. A humanidade está avançando cada vez mais para a sensibilidade, para a preservação de vida humana. E eu acredito muito que um controle de armas rigoroso é o que um país que realmente defende a vida, que defende realmente valores e princípios deve adotar.

Eu trouxe aqui alguns dados, neste dia tão importante, que mostram que, segundo o Atlas da Violência, houve cerca de 63 mil brasileiros assassinados em 2016, e 71% dessas mortes ocorreram por armas de fogo.

Há outro dado importante para o que nós não podemos tapar os olhos neste momento em que se visa resolver o problema da segurança pública, que é grave – concordo plenamente, o problema que vivemos hoje de segurança pública é gravíssimo. Respeitando quem pensa diferente, eu acredito que, a partir do momento em que você libera arma de fogo e torna o acesso fácil, especialmente para o porte, que é o grande perigo, é como se você quisesse apagar o incêndio da segurança pública jogando querosene, jogando gasolina. Acredito que o número de mortes vai ser muito maior se nós cometermos este equívoco que é facilitar, no Brasil, na nossa Nação, o acesso à arma de fogo.

Um dado estatístico que vem comprovar essa linha de pensamento é que 80% das pessoas que reagem a um assalto e estão armadas ou perdem a arma ou perdem a vida.

E é uma dedução lógica. Essa arma, ela vai migrar para onde? Para o crime organizado. Então, é muito importante que a gente perceba que o efeito surpresa numa abordagem é sempre do bandido. Ele não vai mandar um *e-mail*, um "zap-zap", dizendo a hora que ele vai atacar. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

acredito que as polícias, sim, devem ter não apenas treinamentos, armamentos de última geração, pesados, porque são pessoas que são vocacionadas, como outros profissionais de segurança. Mas, a partir do momento que se libera o acesso à arma de fogo para a população, especialmente o porte, eu acredito ser muito temerário.

Imagine você, uma simples briga de trânsito neste momento de estresse que nós vivemos uns com os outros, de intolerância, de desequilíbrio...

A minha avó dizia, Senador Izalci, que nós temos cinco minutos de burrice por dia, pelo menos. E, nesses cinco minutos de burrice, a gente pode cometer um erro de que podemos nos arrepender para o resto da nossa existência.

Então, é muito importante que a gente perceba! Briga de trânsito, que está cada vez mais frequente... Imagine os dois armados nos carros. O problema que a gente pode ter para quem está ao redor, para os dois que estão ali naquele conflito momentâneo? Uma briga de bar! Como diz o Senador Cristovam Buarque, o Brasil vira um botequim a céu aberto, especialmente nos finais de semana. Então, uma briga de bar, discutiu, já tem o efeito do álcool na consciência, você pode ali numa briga, com acesso fácil a arma, matar até vidas inocentes.

Então, algo que poderia acabar numa UPA, com um curativo, tem uma tendência muito maior de acabar em um cemitério, com famílias e famílias chorando a morte dos seus entes queridos. Algo que é irreparável, porque a vida tem um valor completamente irreparável, a perda de uma vida.

Então, eu queria colocar que as armas, segundo um estudo que aconteceu nos Estados Unidos, no jornal *Pediatrics,* os pediatras americanos, morreram, em média, entre 2012 e 2014, 1.297 jovens por acidentes com arma de fogo.

Segundo o mapa da violência – isso é muito importante, é um estudo que é feito – o Estatuto do Desarmamento, mesmo sem ser aplicado... Não estou aqui defendendo o Estatuto do Desarmamento, porque eu acho que precisa de algumas correções, como a questão da objetividade para a concessão de armas pela Polícia Federal. Acredito que tem que ser a Polícia Federal uma entidade acreditada pelo povo brasileiro e que deve continuar controlando essas concessões de arma de fogo. Agora, é muito importante que a gente perceba que, segundo o mapa da violência que entrou em vigor em 2003, que entrou em vigor em 2003, o Estatuto do Desarmamento, com as falhas que existem no estatuto como, por exemplo, a aplicação que nós precisamos reparar, uma aplicação mais efetiva de *blitz,* de buscas e apreensões nas ruas para a retirada de armas Ilegais... Isso não houve infelizmente no Brasil como política pública dos últimos governos, um foco na retirada dessas armas. Então, mesmo assim, com essas falhas, foram poupadas 160 mil vidas a partir da entrada em vigor do estatuto em 2003.

Eu não quero entrar aqui na questão do suicídio, que facilita, segundo estudos internacionais, o acesso a arma de fogo, acidentes com crianças. Então, nós precisamos ter neste momento muita serenidade para que a cultura da paz seja estabelecida. Temos muitas medidas para tratar, mas a gente precisa ter cuidado para não fazer com que o problema se torne mais grave para as famílias, para os brasileiros.

Eu queria encerrar este dia, este meu pronunciamento, que toca profundamente na minha alma e agradecer a Deus, agradecer muito a Deus pela vida da minha filha, me confortar pelos familiares que foram mortos nessa tragédia, nessa chacina, nesse atentado e dizer, terminar com uma passagem de Jesus. Jesus, o grande pacifista da humanidade, que dedicou duas passagens do Sermão da Montanha à paz. Ele dizia: "Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra". E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

a outra passagem diz: "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus". Nem mansos, nem pacificadores combinam com arma de fogo.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado pela atenção.

Muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., que era o último inscrito, mas indago...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Só para fazer uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela Ordem.) – Presidente, no ano passado, em agosto de 2018, a Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia) foi privatizada e com uma promessa de melhorar o atendimento de energia elétrica no Estado de Rondônia, tanto na zona rural como na área urbana. Nós tínhamos essa expectativa, e tivemos uma surpresa grande no começo deste ano quando houve um aumento das contas da energia elétrica do Estado de Rondônia de 27,12% de uma única vez. Ao invés de melhorar a qualidade de energia fornecida à população de Rondônia tanto na área urbana quanto na área rural, isso não aconteceu. E houve esse aumento de 27,12% nas contas de energia elétrica.

Agora, a população do Estado já começa a receber os seus boletos para pagar a energia elétrica. Então, a revolta lá em Rondônia está muito grande.

Fica aqui o nosso apelo ao Governo do Estado, que está junto conosco, junto com a Fiero, junto com a Fecomércio, a Bancada Federal, tanto dos Senadores como dos Deputados Federais, estamos atuando juntos com a Assembleia Legislativa. A Justiça em primeiro grau derrubou o aumento, depois houve um recurso. E perdeu-se nessa primeira instância. Então, voltou-se a cobrar.

Agora fica, então, o pedido ao Governo Federal para que interceda junto à Eletronorte, à Aneel para que seja revisto esse aumento de 27,12%. Há hoje em Rondônia um trabalho muito grande, várias pessoas estão trabalhando para que a gente possa derrubar esse aumento e volte à normalidade, pois isso está causando um transtorno muito grande para as pessoas, tanto as que moram na cidade, no campo, como as empresas, as indústrias, que necessitam da energia elétrica.

Era só para fazer esse registro.

Eu não tenho dúvida de que o Governo Federal, que assumiu agora, depois da privatização da Ceron, tem total interesse em ajudar a população do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 7ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

À publicação, nos termos do ATC Nº 16/2009.
Em 14/02/19

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

GSCVIANA MEMO. Nº 012/2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Gabinete de Apoio.

Excelentíssimo Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência a criação e instalação do meu gabinete de apoio, que está situado em Belo Horizonte/MG na ***Rua Guajajaras, nº 40 – Sala 604 – Edifício Mirafiori – Centro – CEP:30180-100***, o qual poderá ser contatado pelo telefone: (31) 3327-0044.

Renovo meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

SENADOR CARLOS VIANA
PSD/MG

Recebido em 13/02/19
Hora 17:26
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSL

Ofício N° 007/2019/ GLIDPSL

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre Presidente
Presidente do Senado Federal

À publicação
Em 14/02/19

Assunto: Indicação Comissões.

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, na qualidade de líder do Partido Social Libera, realizar a indicação deste parlamentar, Senador Major Olimpio, para compor as comissões nas seguintes vagas correspondentes ao Bloco PSDB/PODEMOS/PSL:

Titularidade: CRE

Suplência: CCJ, CAE, CCT, CTFC, CMA.

Atenciosamente,

SENADOR MAJOR OLÍMPIO
Líder do PSL

Recebido em 14/2/19
Hora:
Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

13/02/19 17 44

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSL

Ofício N° 008/2019/ GLIDPSL

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

A publicação
Em 14/02/19.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre Presidente
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação Comissões.

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, na qualidade de líder do Partido Social Libera, realizar a indicação da Senadora Juíza Selma Arruda, para compor as comissões nas seguintes vagas correspondentes ao Bloco PSDB/PODEMOS/PSL:

Titularidade: CCJ, CCT, CTFC, CAS, CDH.

Suplência: CDR, CI

Atenciosamente,

SENADOR MAJOR OLÍMPIO
Líder do PSL

Recebido em 14/02/19
Hora: 15:00
Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

Presidência do Senado
Jacqueline de Souza Mat. 302516
RECEBI O ORIGINAL
Em 13/02/19 Hora 17:44

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSL

Ofício N° 010/2019/ GLIDPSL

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre Presidente
Presidente do Senado Federal

À publicação.
Em 14/02/19.

Assunto: Indicação Comissões.

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, na qualidade de líder do Partido Social Libera, realizar a indicação do Senador Flávio Bolsonaro, para compor as comissões nas seguintes vagas correspondentes ao Bloco PSDB/PODEMOS/PSL:

Titularidade: CAE, CI

Suplência: CCJ, CRE

Atenciosamente,

SENADOR MAJOR OLÍMPIO
Líder do PSL

Recebido em 14/02/19
Hora: 9:20
Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

Presidência
Jaqueline de Souza
RECEBI O ORIGINAL
Em 13/02/19 Hora 18:06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSL

Ofício N° 011/2019/ GLIDPSL

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre Presidente
Presidente do Senado Federal

À publicação
Em 14/02/19

Assunto: Indicação Comissões.

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, na qualidade de líder do Partido Social Liberal - PSL, realizar a indicação da Senadora Selma Arruda, para assumir a Vice-Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Atenciosamente,

SENADOR MAJOR OLIMPIO
Líder do PSL

Recebido em 14/02/19
Hora: 09:54h
Juliana Radicchi
Matrícula: 254840 SLSF/SGM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

À Publicação
Em 14/02/2019

Senado Federal
Comissão de Assuntos Sociais

Ofício 01/2019 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente
Senado Federal

Assunto: Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 89, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que foi instalada, nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais.

Foram eleitos por aclamação os **Senadores Romário e Styvenson Valentim** Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o Biênio 2019 – 2020.

Respeitosamente,

Senador **ROMÁRIO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Recebido em 14/2/18
Hora: 11:16
Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

Comissão de Assuntos Sociais - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Alexandre Costa - Sala 11A
CEP 70165-900-Brasília DF - Tel. (0xx61) 3303 4608- Fax: (0xx61) 3303 3652 - sscomcas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

À Publicação
Com 14/2/2019

OF. Nº 010/2019

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, indico o Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) para integrar, como membro **Suplente**, as **Comissões de Meio Ambiente – CMA, Comissão de Assuntos Econômicos - CAE e Comissão de Assuntos Sociais – CAS.**

Atenciosamente,

Senador Wellington Fagundes
Líder do Bloco Vanguarda
DEM – PR – PSC

Recebido em 14/02/2019
Horas 11:29
Fernando Sachetti - Mat. 106218
SLSF-SGM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

À Publicação.
Em 15/2/2019

Ofício nº 001 /2019–SACRA

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Exmo. Sr.
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Eleição do Presidente e Vice-Presidente da CRA para o biênio 2019/2020**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2019/2020.

Atenciosamente,

Soraya Thronicke

Senadora **SORAYA THRONICKE**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Recebido em 14/2/19
Hora: 11:23
Juliana Soares Amorim
Matrícula 302809 SLSF/SGM

Ala Senador Alexandre Costa – Gabinete nº 7 - Subsolo
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-5738 / 3303-3506 / Fax: +55 (61) 3303-1017 – scomcra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à publicação
em 14/2/2019

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Telmário Mota

GSTMOTA/Ofício/037/2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunicação de vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social – PROS**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos à Mesa Diretora, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a **senadora Zeidade Maia** – PROS/RN, será a vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social – PROS, a partir da presente data.

Atenciosamente,

Senador **TELMÁRIO MOTA**
Líder do PROS

Nome legível: Alice Lama
Rubrica:
Matrícula: 341864
Data: 14/02/2019
Hora: 13:20

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 011/2019

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

À publicação.
Em 14/02/19.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, indico o **Senador Wellington Fagundes (PR/MT)** para integrar como membro **Titular** a CTFC (Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor) em substituição ao **Senador Jorginho Mello (PR/SC)** que passa a integrar, como membro **Suplente** a mesma comissão.

Atenciosamente,

Senador Wellington Fagundes
Líder do Bloco Vanguarda
DEM – PR – PSC

Recebido em 14/2/19
Hora: 01
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

Of. Nº.15/2019 – GLDPP

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

A publicação
Em 14/02/19

Assunto: **Indicação Para CMA.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência e, seguindo os dispostos Regimentais da Casa, nos termos do art. 78, indico o **Senador LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS)**, para compor **como titular a Comissão de Meio Ambiente – CMA**

Respeitosamente,

Senadora DANIELLA RIBEIRO – PP/PB
Líder do PROGRESSITAS

Recebido em 14 / 2 / 19
Hora: 14:27
Carolina Monteiro Duarte Ribeiro
Matrícula: 231013 SLSF/SGM

Gabinete da Liderança dos Progressistas, Senado Federal – Ala das Lideranças, Anexo II Bloco B, 2º Andar,
Brasília/DF – CEP 70.165-900 Telefones: (61) 3303-9032 / Fax: (61) 3303-9035

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

Of. Nº. 016/2019 – GLDPP

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

À publicação.
Em 14/02/19.

Assunto: **Indicação para CE.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência e, seguindo os dispostos Regimentais da Casa, nos termos do art. 78, apresento **minha indicação para compor como titular a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE**.

Respeitosamente,

Senadora DANIELLA RIBEIRO – PP/PB
Líder do Progressistas

Recebido em 14 / 2 / 19
Hora: 14 : 27
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM

Gabinete da Liderança dos Progressistas, Senado Federal – Ala das Lideranças, Anexo II Bloco B, 2º Andar,
Brasília/DF – CEP 70.165-900 Telefones: (61) 3303-9032 / Fax: (61) 3303-9035

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

à publicação.
Em 15/2/2019

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **ROSE DE FREITAS**

OF.19/2019

Brasília, 14 de Fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor Senador
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Senhor Senador

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do ensejo de solicitar a vossa excelência a substituição dos membros indicados pelo partido para compor a comissão senado do futuro.

Indico como vice líder para compor essa egrégia comissão como **titular o senador Styverson Valetim e como suplente o senador Eduardo Girão.**

Certa de poder contar com a habitual compreensão, sensibilidade e solicitude de Vossa Excelência, antecipo os meus sinceros agradecimentos com estima e consideração, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

SENADORA ROSE DE FREITAS

Recebido em Plenário.
Em 15/02/2019

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 01
CEP 70165-900 – Brasília - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Encaminhamento de matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Uma vez que o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, já se encontra instruído pela CDR, a matéria vai ao exame da CMA, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Mensagens do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2019

(nº 41/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

MENSAGEM Nº 41

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 13 de janeiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

00001.000969/2019-99

OFÍCIO Nº 2/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000969/2019-99 SEI nº 1042100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CURRICULUM VITAE

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO
Brasileira, casada, dois filhos, nascida em 07.03.1971
Rua Engenheiro Cortes Sigaud 11, bloco 2, apt. 503, Rio de Janeiro, R.J., 22450-150
fsantanna@superig.com.br cel. 21- 999219143

DADOS PESSOAIS

Identidade: OAB-RJ 82.167
CPF: 011.943.537-38
Naturalidade: Rio de Janeiro, R.J.
Filiação: Maria Amélia Martins Sant´Anna e Clarimundo José de Sant´Anna

---

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Advogada, R.J., **6 anos.**

Nov. 2012 - Ago. 2017
- Atuação na Área Jurídica em consultoria em operações nos mercados financeiro e de capitais.

Set. 2017 - (presente)
- Atuação nas Áreas de Mercado de Capitais, em assessoria na estruturação de novos produtos envolvendo Fundos de Investimento e Debêntures de Infraestrutura e na elaboração de Políticas relativas à Gestão de Participações Societárias e normas e procedimentos de integridade e *compliance.*

Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados
De estagiária a sócia conselheira, R.J., **15 anos.**

Jul. 1993 - Set. 1996
- Consultoria tributária em operações nos mercados financeiro e de capitais.

Ago. 1998 - Jun. 2010
- Estruturação e negociação de operações de captação de recursos para projetos nos mercados financeiro e de capitais, incluindo *project finance.*

Cleary Gottlieb, Steen & Hamilton

Jul. 1996 - Jul. 1997
International lawyer, Nova Iorque, **1 ano.**
- Assessoria a companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano (Bolsa de Valores e Mercado de Balcão).

FORMAÇÃO ACADÊMICA

New York University – NYU Law School

Ago. 1997 - Jun. 1998
- LL.M. em Corporate Law.

Bolsa integral por excelência acadêmica /programa **Hauser Global Scholarship**

Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ

Jan. a Jul. 1995
- Pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior, 1995.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

Mar. 1989 - Dez. 1993
- Bacharel em Direito, 1993 (bolsa integral em 93 por excelência acadêmica).

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC / RJ

2002 - 2005
- Lecionou no curso de pós-graduação LL.M. em Direito Empresarial

Fundação Getúlio Vargas – FGV / RJ

2010 - (presente)
- Leciona na pós-graduação LL.M. de Direito Societário e Mercado de Capitais
Disciplinas: Financiamento das Sociedades Anônimas – Ações e Debêntures. Órgãos das Sociedades Anônimas. Fundos de Investimento. Securitização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2016 - (presente) **BNDES - atividades de treinamento**
- Leciona em cursos de treinamento interno sobre operações de *project finance*, em modelagem que inclui captações no Mercado de Capitais.

Out. 2018 **Escola Nacional da Administração Pública – ENAP**
- Lecionou em curso sobre *project finance* estruturado pelo BNDES.

REGISTRO PROFISSIONAL

Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB RJ (desde 1994)
Inscrita na Ordem dos Advogados de Nova Iorque – NY Bar (desde 2002)

PUBLICAÇÕES

A teoria da imprevisão, a onerosidade excessiva e o equilíbrio econômico financeiro de contratos à luz da crise econômica mundial de 2008/2009 (em coautoria com Marcelo Garcia Simões Barbosa), *in* Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Ano 13, n. 47, jan.-mar. 2010, pp. 124-163.

Debêntures: inaplicabilidade do disposto no artigo 7º da Lei de Usura em resgate antecipado facultativo, *in* Revista do BNDES n. 48, v. 2, Dez. 2017, pp. 179-214.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA494488 088922
Reconheco, por Semelhanca, a(s) firma(s) de FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO-X-X-X
Em testemunho ____ da verdade. Rio de Janeiro, 28/01/2019
; ; Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Firma: 5,61 Lei 3217/4664/111/6281: 2,01 Total: 7,91
ECXE10226 USY, Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

OFÍCIO DE NOTAS - RJ
MATHEUS MACIEL DE CARVALHO
Escrevente
CGGIRD94/19898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO DE JANEIRO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO

INSCRIÇÃO: 82167

FILIAÇÃO
CLARIMUNDO JOSÉ DE SANT'ANNA
MARIA AMÉLIA MARTINS SANT'ANNA

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO-RJ

DATA DE NASCIMENTO
07/03/1971

RG
CC088380415 - IFP

CPF
011.943.537-38

DOADOR DE ORGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 01 EXPEDIDO EM 03/07/2008

WADIH NEMER DAMOUS FILHO
PRESIDENTE

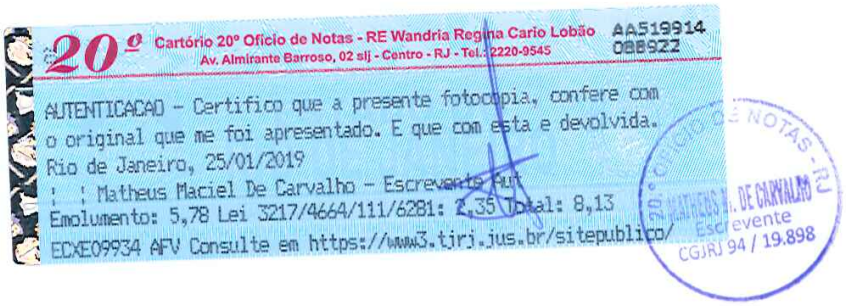
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01683985

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA519914
088922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
: : Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09934 AFV Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
MATHEUS M. DE CARVALHO
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2019.

À SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
Divisão de Apoio à Gestão - DIAGE
Gabinete da Secretaria Executiva
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 4º andar
CEP: 70.048-900 - Brasília/DF

Sra. Taís Almeida e Silva
Assistente Técnico-Administrativo

Ref.: **Processo nº 19953.100013/2019-65** - Documentação de suporte - **Indicação** de membro para a **Diretoria da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.**

Prezada Senhora,

Dando sequência ao referido no Ofício SEI nº 7/2019/FAZENDA-ME, de 21.01.2019, encaminho, em anexo, os documentos exigidos para minha indicação para apreciação pelo Senado Federal para escolha de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos (I) do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal ("RISF"), com redação dada pela Resolução nº 41 do Senado Federal, de 29.08.2013; e (II) do Ato da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal nº 02 de 2011-CAE, de 12.04.2011, conforme listados a seguir:

(i) ***curriculum vitae***, do qual constam as informações requeridas pelo disposto no art. 383, I, "a", Itens 1. e 2., do RISF, e no art. 1º, I, "a" a "d", do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(ii) **declaração** requerida, nos termos do art. 383, I, "b", do RISF e art. 1º, II, "a" a "d", do Ato nº 02 de 2011-CAE, acompanhada de **certidões de regularidade fiscal** nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exigido pelo disposto no parágrafo 3º, do art. 383, do RISF e no parágrafo 4º, do art. 1º, do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(iii) **argumentação escrita**, requerida conforme art. 383, I, "c", do RISF e art. 1º, III, do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(iv) **declaração** requerida, conforme art. 1º, II, "e", do Ato nº 02 de 2011-CAE;

(v) cópias autenticadas dos **diplomas e certificados** comprobatórios das informações sobre formação acadêmica contidas no *curriculum vitae*, bem como **cartas e declarações** comprobatórias da experiência profissional indicada no *curriculum vitae*, em atenção ao disposto no parágrafo 1º, do art. 1º, do Ato nº 02 de 2011-CAE.

Agradeço desde já pela atenção e permaneço à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer informações e documentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

DECLARAÇÃO

(ART. 1°, INCISO II, ALÍNEA "E", DO ATO N° 02 DE 2011-CAE)

Para fins do disposto no artigo 1°, inciso II, alínea "e", do Ato n° 02 de 2011-CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, declaro não ter atuado, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu minha indicação ao cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em instituição que esteja sujeita à fiscalização da referida Autarquia, ressalvando que, como advogada empregada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, trabalhei em consultoria jurídica interna que, por vezes, envolveu aspectos jurídicos relacionados à BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, companhia aberta com registro perante a CVM. Observo, contudo, não ter atuado perante a CVM, em nome da BNDESPAR nem do BNDES, em qualquer procedimento relativo à fiscalização ou a qualquer investigação, tampouco em qualquer inquérito ou processo administrativo, judicial ou arbitral, de que a BNDESPAR e/ou o BNDES sejam ou tenham sido parte.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA494491
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 088922
Reconheco, por Semelhanca, a(s) firma(s) de FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO-X-X-X
Em testemunho ____ da verdade. Rio de Janeiro, 28/01/2019
; ; Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut.
Firma: 5,61 Lei 3217/4664/111/6281: 2,01 Total: 7,91
ECXE10229 THM, Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/extrajudicial/

Página 8 de 32 Parte integrante do Avulso da MSF nº 6 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O REITOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de DIREITO, *em* 21 *de* JANEIRO *de 19* 94, *confere o título de* BACHAREL EM DIREITO *a*

FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA

cédula de identidade nº 08838041-5, *expedida pelo* IFP – RJ

filh A *de* CLARIMUNDO JOSÉ DE SANT'ANNA E DE MARIA AMELIA MARTINS SANT'ANNA

nascid A *a* 07 *de* MARÇO *de 19* 71, *natural de* RIO DE JANEIRO *e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

Rio de Janeiro, 13 *de* MARÇO *de 19* 95

Reitor

Flávia Martins Sant'Anna
Diplomado

Diretor de Admissão e Registro

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA519905 088922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
; ; Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6201: 2,35 Total: 8,13
FDXF09925 WML Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RIO
DIRETORIA DE ADMISSÃO E REGISTRO

A T E S T A D O

Atesto, para os devidos fins e a pedido de FLAVIA MARTINS SANT'ANNA, aluna do curso de Direito do Centro de Ciências Sociais desta Universidade, que a mesma recebeu através de concurso, Bolsa Escolar de Excelência IBM-PUC Rio, a qual cobriu integralmente o valor da mensalidade e mais 1/6 para auxilio na compra de livros.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1995.

PATRICIA ESPOSEL C. DE MESQUITA
DIRETORA DE ADMISSÃO E REGISTRO

DIRETORIA DE ADMISSÃO E REGISTRO - PUC-RJ

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

/MJRB

JOÃO DE M. C. DE MORAES
CPF: 028.540.827-53
JM-030/06/96
Tradutor Público Juramentado

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-0545
AA519906 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta é devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut.
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09926 GYB Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
MATHEUS M. DE CARVALHO
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fundação Getulio Vargas

Escola de Pós-Graduação em Economia

Certificado de Aprovação

O Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getulio Vargas, atesta que o Sr.a. FLAVIA MARTINS SANT'ANNA *frequentou com regularidade o* **CURSO DE CÂMBIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM O EXTERIOR,** *prestou os respectivos exames e neles foi aprovado, no período de 16 de janeiro de 1995 a 20 de julho de 1995, (201 horas/aula).*

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1995.

Carlos Ivan Simonsen Leal
Diretor Geral - EPGE

Moysés Glat
Diretor dos Cursos Especiais - EPGE

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA519908 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09928 YOF Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
20º OFÍCIO DE NOTAS MATHEUS M. DE CARVALHO Escrevente CG/RJ 94 / 19.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

The President, Professors, and Trustees of

New York University

To all persons to whom this writing may come, Greeting:

Be it known that we in recognition of the successful completion of the requisite course of study in our

School of Law

by virtue of authority granted us by charter of the State of New York do confer upon

Fláuia Martins Sant'Anna

the degree of

Master of Laws (in Corporation Law)

with all the rights, privileges, and immunities thereunto appertaining.

In witness whereof we have caused this Diploma to be signed by the duly authorized officers of the University and sealed with our corporate seal, in the City of New York, May, Nineteen hundred ninety-eight.

Secretary

President

Dean

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA519909 DB8922

AUTENTICAÇÃO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
; ; Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Emolumentos: 5,78 Lei 3217/4464/111/6281 2,35 Total: 8,13
ECXE09929 CVE Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

1º OFÍCIO DE NOTAS - R. MATHEUS M. DE CARVALHO
Escrevente
CGJ 94/19.899

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0ED02B34A1
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx
00100.025083/2019-30

New York University
A private university in the public service

School of Law
Global Law School Program

40 Washington Square South
New York, NY 10012-1099

Norman Dorsen, *Faculty Chair*
Tel: (212) 998-6233
Fax: (212) 995-4030

John R. Pagan, *Director*
Tel: (212) 998-6033
Fax: (212) 995-4656

Iqbal S. Ishar, *Associate Director*
Tel: (212) 998-6178
Fax: (212) 995-4656

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA519910
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09930 HQQ Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
20º OFÍCIO DE NOTAS MATHEUS M. DE CARVALHO Escrevente CGJRJ 94 / 19.898

March 17, 1997

Ms. Flavia Sant'Anna
123 Bank Street
Apt. 480
New York, NY 10014

Dear Ms. Sant'Anna:

Confirming your telephone discussion with this office, I am pleased to inform you that you have been selected as a Hauser Global Scholar for the 1997-98 academic year. You were selected by an international committee from an outstanding world-wide group of candidates and I congratulate you on this achievement.

The selection committee was led by Sir Robert Jennings, retired judge of the International Court of Justice, and included Professor Giuliano Amato, president of the Italian Antitrust Authority and former Prime Minister of Italy; Rita Hauser, president of the Hauser Foundation; Martin Lipton, chairman of the New York University Law Center Foundation; L. Jay Oliva, president of New York University; Hisashi Owada, Japanese Ambassador to the United Nations; Professor Sang-Hyun Song, dean of Seoul National University Law School, South Korea; Honorable Patricia Wald, judge of the United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit (Washington, D.C.), and four prominent professors of the New York University School of Law.

The Hauser Scholarship is provided to facilitate your graduate legal studies at this law school and is offered subject to the following terms and conditions.

The Scholarship will pay for one round-trip air ticket between your place of residence and New York, full tuition for the LL.M. or M.C.J. program, and for $18,000 of living expenses including housing costs, text books and other study materials, and some daily expenses. Tuition will be paid directly by the law school to the university at the time of registration each semester. The living allowance will be paid to you in four equal installments. The first will be paid when you arrive, and the others on October 15, January 15, and March 15. If you choose to live in university housing, your housing cost also will

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

be paid directly by the law school, one fourth being deducted from each living allowance payment.

In addition to pursuing your chosen program of graduate study, you will be expected to enroll in one spring semester course created especially for Hauser Global Scholars, which will be in addition to the 24 credits required for a graduate degree. You also will be required to participate in certain programs and events that will be scheduled throughout the year. Scholars may not, during their residence at the law school, accept employment or engage in activities not related to their program of study without the prior written permission of the Director or Associate Director of the Global Law School Program. If you accept a scholarship or grant from any other source, the Hauser Scholarship will be proportionately reduced.

The award of a Hauser Scholarship is contingent upon your signing and returning the enclosed acceptance form no later than April 1. We will schedule a conference with you soon after your arrival at the law school to discuss your program of study, and we may be in touch with you before then if this seems desirable. In the meantime, please do not hesitate to telephone Iqbal Ishar at (212) 998-6178 with any questions you may have.

Once again, we send our warm congratulations on being selected as a Hauser Global Scholar. We look forward to having you here and will provide the fullest cooperation for your stay at the law school.

Sincerely,

John R. Pagan

enc.

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA519911
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09931 YYX Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
MATHEUS M. DE CARVALHO
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NEW YORK UNIVERSITY SCHOOL OF LAW
GLOBAL LAW SCHOOL PROGRAM

RESPONSE TO THE OFFER OF HAUSER GLOBAL SCHOLARSHIP

I accept your offer of the Hauser Global Scholarship for graduate legal studies at New York University School of Law for the 1997-98 academic year. I accept and will abide by all the rules governing the conduct of Hauser Global Scholars and those relating to the LL.M. or M.C.J. program. I agree to arrive at the law school for the opening day of classes and for any orientation program that is scheduled.

Name: Flávia Martins Sant'Anna Date: March 21, 1997

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Carlo Lobão AA519912
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut.
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXE09932 WBE Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
CARTÓRIO DO 20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, considerando o resultado dos exames, resolve conferir a FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA brasileira solteira, filh a de Clarimundo José de Sant'Anna e de Maria Amélia Martins Sant'Anna, nascid a à 07 de março de 1971, o presente Certificado de Habilitação no Exame de Ordem.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1994

DIRETOR DE ESTÁGIO
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA OAB/RJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

EXCELSIOR

By the Appellate Division of the Supreme Court of the State of New York, in and for the Third Judicial Department.

To all to whom these Presents shall come, Greeting:-

Know Ye, that **Flávia Martin Sant'Anna** having applied to be admitted to practice as an Attorney and Counsellor at Law in the Courts of Record of this State, and having been Examined as provided by Statute and found qualified, and being a person of good moral character the said **Flávia Martin Sant'Anna** at the **March 2002** Term of this Court, having taken and subscribed the Constitutional Oath of Office as prescribed by Law, was duly admitted and Licensed to practice as an Attorney and Counsellor in all the Courts of this State, according to the Laws of this State and the rules and orders of said Courts.

SUPREME COURT APPELLATE DIVISION THIRD DEPARTMENT

In Testimony Whereof,

J. Anthony V. Cardona, Presiding Justice of said Court, have hereunto set my hand and caused the Seal of said Court to be hereunto affixed, this **1st** day of **April** in the year two thousand **and two** in the **226th** year of the Independence of the United States of America.

Attest

Michael J. Novack Clerk

Anthony V. Cardona
Presiding Justice

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Carlo Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA519913 088922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 25/01/2019

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
MATHEUS M. DE CARVALHO
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.898

ECXE09933 IED Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ULHÔA CANTO
ADVOGADOS

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

Ref. Confirmação de Experiência Profissional - Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

A QUEM INTERESSAR POSSA:

A pedido da interessada, confirma-se pela presente que Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, inscrita no CPF sob o n° 011.943.537-38 e na OAB-RJ sob o n° 82.167, trabalhou neste escritório no Rio de Janeiro, nos períodos e com os vínculos abaixo indicados:

(i) contratação como estagiária de direito: em 20.07.1993

(ii) como advogada (sob regime celetista): de 01.02.1994 até 30.12.1994

(iii) como sócia (contrato social): de 30.01.1995 até 10.09.1996

(iv) retorno como sócia (contrato social): de 31.08.1998 até 30.06.2010, observando-se que, de 02.01.2006 até 30.06.2010, integrou a sociedade como sócia conselheira.

Atenciosamente,

ULHÔA CANTO, REZENDE E GUERRA ADVOGADOS

REGINA LUCIA TEIXEIRA PINTO

29.505.823/0001-50
ULHÔA CANTO, REZENDE E GUERRA
ADVOGADOS
Av. Pres. Antonio Carlos, 51/4.°,11.°,12.° e 16.° Andares
Centro - CEP 20020-010
Rio de Janeiro - RJ

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA692620
Av. Almirante Barroso, 02 sj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 088922
Reconheco, por Semelhanca, a(s) firma(s) de REGINA LUCIA TEIXEIRA PINTO-X-X-X
Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro, 01/02/2019
; ; Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut
Firma: 5,61 Lei 3217/4664/111/6281: 2,01 Total: 7,91
EDXK15140 RTL, Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepj/ci.co/
20.º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
LUCAS N. V. DE PAULA
Escrevente
CGJRJ 94/19.607

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CLEARY GOTTLIEB STEEN & HAMILTON LLP

WASHINGTON, D.C.
PARIS
BRUSSELS
LONDON
FRANKFURT
COLOGNE
MOSCOW

One Liberty Plaza
New York, NY 10006-1470
T: +1 212 225 2000
F: +1 212 225 3999
clearygottlieb.com

D: +1 (212) 225-3175
lcowan@cgsh.com

ROME
MILAN
HONG KONG
BEIJING
BUENOS AIRES
SÃO PAULO
ABU DHABI
SEOUL

January 24, 2019

Re: Employment Verification for Ms. Flávia Martins Sant´Anna Perlingeiro

To Whom It May Concern:

This letter will confirm that Ms. Flávia Martins Sant´Anna Perlingeiro joined the firm as an International Lawyer in the New York office of Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP on July 31, 1996. While employed, her practice focused on Capital Markets. She departed the firm on July 22, 1997 at the completion of the International Lawyers Program.

Sincerely,

Lauren Cowan
Director Legal HR

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA492622
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545 OBB922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 01/02/2019
| | Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,38 Total: 8,13
ECXK15142 QJL Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
LUCAS N. V. DE PAULA
Escrevente
CGJRJ 34 / 19.607

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP or an affiliated entity has an office in each of the cities listed above.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apostille

(Convention de La Haye du 5 Octobre 1961)

1. Country: United States of America

This public document

2. has been signed by **Milton Adair Tingling**
3. acting in the capacity of **County Clerk**
4. bears the seal/stamp of the **county of New York**

Certified

5. at New York City, New York
6. the 25th day of January 2019
7. by Deputy Secretary of State for Business and Licensing Services, State of New York
8. No. NYC-1176344
9. Seal/Stamp
10. Signature

STATE OF NEW YORK ★ DEPARTMENT OF STATE ★ EXCELSIOR

Whitney A. Clark

Whitney A. Clark

Deputy Secretary of State for Business and Licensing Services

Apostille (REV: 09/25/12)

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA492621 OBB922

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 01/02/2019
; ; Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/1117/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXK15141 WRK Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

OFÍCIO DE NOTAS - RJ
LUCAS N. V. DE PAULA
Escrevente
CG:RJ 44 / 19.607

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Form 1

No. 524792

State of New York
County of New York } ss:

I, Milton Adair Tingling, Clerk of the County of New York, and Clerk of the Supreme Court in and for said county, the same being a court of record having a seal, **DO HEREBY CERTIFY THAT**

ELIZABETH A. REINA

whose name is subscribed to the annexed original instrument has been commissioned and qualified as a NOTARY PUBLIC.....
and has filed his/her original signature in this office and that he/she was at the time of taking such proof or acknowledgment or oath duly authorized by the laws of the State of New York to take the same: that he/she is well acquainted with the handwriting of such public officer or has compared the signature on the certificate of proof or acknowledgment or oath with the original signature filed in his/her office by such public officer and he/she believes that the signature on the original instrument is genuine.

IN WITNESS WHEREOF, I have hereunto set my hand and my official seal this
25th day of January, 2019

County Clerk, New York County

COUNTY OF NEW YORK 1683 NOVEMBER 1

COUNTY CLERK NEW YORK COUNTY

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão AA492523 0889223
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 01/02/2019
Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
LUCAS N. V. DE PAULA
Escrevente
CGJRJ 94 / 19.607

ECARIJ143 RAJ Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACKNOWLEDGMENT

STATE OF NEW YORK)
:ss.:
COUNTY OF NEW YORK)

On the 24th day of January in the year 2019 before me the undersigned, a Notary Public in and for said State, personally appeared Lauren Cowan, the subscribing witness to the foregoing instrument, personally known to me or provided to me on the basis of satisfactory evidence to be the individual whose name is subscribed to the foregoing instrument and acknowledged to me that the she executed the same in her capacity, and that by her signature on the instrument, the individual, or the person upon behalf of which the individual acted, executed the instrument.

NEW YORK COUNTY

Notary Public

ELIZABETH A. REINA
Notary Public - State of New York
No. 43-4908980
Qualified in Richmond County
Certificate Filed in New York County
Commission Expires Oct. 19, 20 21

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA492624 088922
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 01/02/2019
Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut
Emolumento: 5,78 Lei 3217/4664/111/6281: 2,35 Total: 8,13
ECXK15144 KSQ Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/
OFÍCIO DE NOTAS - RJ
LUCAS N. DE PAULA
Escrevente
CGJRJ 09 / 19.637

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

DECLARAÇÕES

(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA "B", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL)

Para fins do disposto no artigo 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, venho pela presente prestar as seguintes declarações:

1. *Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.*

Meu marido, Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro, é advogado integrante do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, desde 1996, e sócio conselheiro do referido escritório, desde 2009, mas nunca atuou ou patrocinou interesses perante a CVM.

Meu pai, Clarimundo José de Sant'Anna, afastado de qualquer atividade econômica há mais de 23 anos, foi administrador do Banco Nacional S.A. de 1975 a 1995.

Minha sobrinha, Marcella Perlingeiro de Farias, bacharel em administração de empresas, atua, desde 2018, na área de *compliance* do Banco Modal S.A.

2. *Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos.*

De 1995 a 1996 e de 1998 a 2010, fui sócia do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados. Até janeiro de 2006, fui titular de apenas 1 quota do capital social, tendo então passado a integrar o Conselho Deliberativo de Sócios do referido escritório e a ser titular de 865 quotas e, posteriormente, de 995 quotas do respectivo capital social. Em 2010, retirei-me da sociedade, mediante a cessão da totalidade dessas quotas para a própria sociedade.

Desde 1987, participo como sócia de sociedade *holding* patrimonial, denominada Significante Administração e Participações Ltda., que não desempenha qualquer atividade relacionada às competências da CVM nem presta quaisquer serviços de assessoria ou consultoria de qualquer natureza, sendo atualmente titular de 5.410 cotas do capital social, sendo as quotas restantes de titularidade do meu marido Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro. De acordo com o Contrato Social da referida sociedade, não tenho poderes de administração.

3. *Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.*

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais e municipais.

4. *Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação da tramitação processual.*

Não figuro como autora ou ré em nenhuma ação judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5. *Atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.*

Nos últimos cinco anos, não atuei em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais nem em cargos de direção de agências reguladoras.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA494493 088922

Reconheco, por Semelhanca, a(s) firma(s) de FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO-X-X-X
Em testemunho ____ da verdade. Rio de Janeiro, 29/01/2019
; ; Matheus Maciel De Carvalho - Escrevente Aut.
Firma: 5,61 Lei 3217/4664/111/6281: 2,01 Total: 7,62
ECXE10231 ODU, Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/Sitevb/lib/

20º OFÍCIO DE NOTAS RJ MATHEUS M. DE CARVALHO CGJRJ-94/10.898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25/01/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO
CPF: 011.943.537-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:24:28 do dia 25/01/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/07/2019.
Código de controle da certidão: **AE61.F186.780D.D884**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1/27/2019 SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2019.1.1042702-7

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 011.943.537-38	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 27/01/2019 11:05

VÁLIDA ATÉ : 26/02/2019

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **12410/2019** , que no período de **1977 até 25/01/2019 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

NOME: **Flávia Martins Sant´Anna Perlingeiro**

CPF: **011.943.537-38**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço http://www.dividaativa.rj.gov.br.

CÓDIGO CERTIDÃO: **PPYQ.4130.42A1.7053**

Esta certidão tem validade até 31/07/2019 , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 01/02/2019 às 15:15:00.5 , conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 01/02/2019 às 17:35:35.3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle
X9CSCCM9CM

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO** , inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 011.943.537-38, com endereço no(a) R ENG CORTES SIGAUD, nº 11 - BLOCO 2 APT 503 - RJ Cep: 22450-150, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 29/01/2019

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.

2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.

3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 17/05/2019. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.

4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.

5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.

6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço **daminternet.rio.rj.gov.br**

Clovis de Albuquerque Moreira Neto
Procurador-Chefe
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/238907-0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28/01/2019 DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA - Número 000057408
(Instituída pela Resolução SMF nº 2828, de 09/12/2014)

Declaramos para os devidos fins que não consta inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro para o CPF n° **011.943.537-38**.

Esta declaração tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição, e refere-se à situação cadastral e fiscal relativa exclusivamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Gerência de Cadastro (F/SUBTF/CIS-6), em 28/1/2019.

Obs.1: Os profissionais autônomos não estabelecidos estão dispensados da obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro e do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, conforme art. 12, inciso XIX, da Lei nº 691/84, com as alterações da Lei nº 3.691/03, e do art. 153, § 2º, do Decreto nº 10.514/91.

Obs.2: Esta Declaração não substitui, para efeitos de licitação e demais finalidades, a Certificação quanto à situação fiscal de outros tributos municipais.

Obs.3: É necessária a comprovação da autenticidade desta Declaração na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda.

Rua Afonso Cavalcanti 455/Anexo, sala 315 • Cidade Nova • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20211-900
Certidão emitida em 28/1/2019, 11:37 - Válida até 27/7/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BNDES

DECLARAÇÃO AARH/DERHU - 013/2019

Declaramos, a pedido da interessada, que FLAVIA MARTINS SANT ANNA PERLINGEIRO, inscrita no CPF sob o nº 011943537-38, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 43156, série 689/RJ, empregada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, CNPJ nº 33.657.248/0001-89, empresa pública, admitida sob o regime celetista, em 01 de novembro de 2012, ocupante do cargo de Advogada, cumpre a jornada de trabalho de 10 às 18 horas com 1 hora de almoço e exerce suas atividades na Av. República do Chile – nº 100, nesta cidade.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

Anderson Jose Silva dos Santos
Gerente de Cadastro e Benefícios

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Área de Administração e Recursos Humanos - Departamento de Administração de Recursos Humanos
Avenida República do Chile, 100 – 12º andar - Centro
20031-917 – Rio de Janeiro - RJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL)

Pelas razões expostas sucintamente abaixo, considero ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em primeiro lugar, no que tange à experiência profissional, minha trajetória me permitiu reunir qualificações, competências e habilidades, necessárias e pertinentes para a referida posição, derivadas de relevante experiência, no setor privado e no setor público, que me propiciaram conjugar o dinamismo e o pragmatismo, marcantes na iniciativa privada, com o elevado senso de responsabilidade, propósito e espírito público, essenciais para uma atuação efetiva e transparente na Administração Pública.

Sou advogada e, no âmbito da advocacia privada, tive crescimento gradual e consistente, ao longo de mais de 17 anos de atividade, de estagiária à sócia conselheira do escritório *Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados*, uma das mais respeitadas firmas de advocacia tributária e empresarial do País. Em ambiente de absoluta integridade e excelência profissional, a intensa rotina de trabalho me assegurou oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, no trabalho em equipe e de liderança, e de conhecimento efetivo dos mais controvertidos aspectos de operações realizadas no mercado financeiro e no mercado de capitais, por clientes de diversos setores da economia.

De início, entre 1993 e 1996, minha atuação teve maior foco em consultoria tributária, notadamente acerca de tributos incidentes em operações financeiras e negociação de valores mobiliários. Em meados de 1996, tive a oportunidade de trabalho por um ano, como advogada estrangeira (*international lawyer*), no renomado escritório *Cleary Gottlieb, Steen & Hamilton*, em Nova Iorque, que me trouxe novas frentes de atuação profissional, tendo atuado em diversas operações de emissão, por companhias brasileiras, de títulos de dívida e de certificados de depósito de ações no mercado de capitais norte-americano.

Em 1998, após concluir *Master in Laws* (L.LM.) na New York University - NYU, regressei para o escritório *Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados*, passando a conduzir e liderar equipe responsável pela estruturação e negociação de operações de captação de recursos para financiamento de projetos, inclusive na modalidade de *project finance*, bem como de outras operações nos mercados financeiro e de capitais. Essa experiência me possibilitou a ascensão à sócia conselheira do escritório, em 2006, tendo assim permanecido até 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Motivada por questões pessoais, relevante mudança de trajetória profissional ocorreu com o ingresso no setor público, em 2012, como advogada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em decorrência de aprovação em concurso público realizado em 2010, passando a enfrentar questões não menos desafiadoras, mas já sob a ótica da Administração Pública Indireta, conciliando a possibilidade de aplicar o conhecimento obtido na prática do setor privado, em prol da formulação e da execução de políticas públicas.

Após quatro anos de trabalho em consultoria operacional na Área Jurídica do BNDES, surgiu a oportunidade de movimentação para a Área de Investimentos no Mercado de Capitais e, na sequência, para unidade de governança corporativa, na Área de Gestão de Participações, encarregada de aprofundar estudos e promover medidas de fundamental relevância para o mercado de valores mobiliários, incluindo, por exemplo, a adoção de melhores práticas de governança corporativa, a influência de fatores ASG (ambientais, sociais e de governança) nos processos de investimento e o aprimoramento de normas e controles internos voltados a procedimentos de *compliance* e integridade no âmbito das companhias brasileiras.

Por fim, mas não menos relevante, soma-se à prática profissional minha sólida formação e experiência acadêmica, a evidenciar a qualificação técnica necessária.

Retratando meu perfil estudioso e dedicado, cabe destacar o reconhecimento de excelência acadêmica, com outorga de bolsa integral de estudos, tanto no curso de graduação em direito, concluído, em 1993, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, quanto no de pós-graduação (LL.M. em *Corporation Law*), concluído, em 1998, na New York University - NYU, em bolsa patrocinada pelo *Hauser Global Scholarship Program*, da própria NYU.

Além disso, o intenso ritmo de trabalho não foi obstáculo para, em paralelo à atuação como advogada, e com vistas a assegurar permanente atualização e interação com a academia, também lecionar em cursos de pós-graduação em direito do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC/RJ (de 2002 a 2005) e da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ (desde 2010). Ressalte-se que, na FGV/RJ, tenho ministrado, há mais de oito anos, nos cursos de Direito Empresarial e Direito Societário e Mercado de Capitais, disciplinas atinentes (i) ao financiamento das Sociedades Anônimas, por meio de oferta pública de valores mobiliários, em especial ações e debêntures; (ii) Órgãos Sociais das Sociedades Anônimas; e (iii) Fundos de Investimento em Valores Mobiliários, Fundos Imobiliários, Certificados de Recebíveis e Contratos de Investimento Coletivo; matérias centrais na atuação da CVM.

Assim, por todo o exposto acima, considero-me apta a exercer a atividade de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019.

Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro

FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO

20º Cartório 20º Ofício de Notas - RE Wandria Regina Cario Lobão
Av. Almirante Barroso, 02 slj - Centro - RJ - Tel.: 2220-9545
AA494489 088922
Reconheco, por Semelhanca, a(s) firma(s) de FLAVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO-X-X-X
Em testemunho ____ da verdade. Rio de Janeiro, 28/01/2019
Matheus Maciel De Carvalho
20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ MATHEUS M. DE CARVALHO
ECXE10227 HFK, Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2019

(nº 42/2019, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 42

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000710/2019-48

OFÍCIO Nº 3/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000710/2019-48 SEI nº 1042159

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

João Manoel Pinho de Mello

Curriculum Vitae

Janeiro de 2019

Dados Pessoais
CPF: 265.595.338-08
Data de Nascimento: 09/08/1973
Filiação: Waldemar Pinho de Mello e Guiomar Namo de Mello

Educação

Ph.D em Economia, Department of Economics, Stanford University, 2005. Orientador: Timothy Bresnahan (ex economista-chefe da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América)

Mestre em Economia, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2000. Orientador: Marco Antônio Bonomo.

Bacharel em Administração Pública, Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), 1997

Experiência Profissional

Secretário de Política Econômica, Ministério da Fazenda, outubro 2018 – dezembro 2018.

Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia Concorrência, Ministério da Fazenda, março 2018 – dezembro 2018.

Chefe da Assessoria Especial para Reformas Microeconômicas, Ministério da Fazenda, março 2017 – fevereiro 2018.

Colunista da Folha de São Paulo, setembro 2016 – março 2017.

Fellow, Kennedy School of Government, Harvard University, agosto 2016 – julho 2017.

Lemann Visiting Scholar, David Rockfeller Center for Latin American Studies, Harvard University, agosto 2016 –julho 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Sócio da Pacifico Gestão de Recursos, janeiro 2013 – agosto 2016.

Professor Titular em tempo parcial, Insper, março de 2017 – presente.

Professor Titular, Insper, janeiro 2014 – fevereiro de 2017.

Professor Associado, Departamento de Economia PUC-Rio, Brasil, dezembro 2010 - dezembro 2013.

Professor Assistente, Departamento de Economia PUC-Rio, Brasil, outubro 2004-novembro 2010.

Consultor da área de renda variada, Gestora de Recursos Opportunity, janeiro 2005-janeiro 2013.

Estagiário de verão - Financial Sector Strategy and Policy, World Bank, Washington, DC, EUA, 2002.

Assistente de Professor, Department of Economics, Stanford University, EUA, 2000-2003.

Presidente do Diretório Acadêmico Getúlio Vargas (DAGV), 1994-1995.

Consultorias e atividades de peritagem outras atividades profissionais

Autor da adaptação dos guias de análise de concentração horizontal e vertical para o setor bancário, feita por encomenda da Secretaria de Direito Econômico - Ministério da Justiça

Expert contratado por AMBEV para análise do Programa "Tô Contigo"

Expert contratado por COBRAÇO em um caso de restrição vertical contra Belgo Mineira-ARCELOR-MITTAL

Expert contratado pelo Sindicato dos Construtores de Minas Gerais e de Goiás no litígio de sobrepreço no caso do cartel do vergalhão

Expert contratado pela Associação dos Hospitais de Minas Gerais na Ação Coletiva contra o cartel dos gases

Consultor em estratégia de leilão (*bidding strategy*) de um dos consórcios participantes do leilão de concessão dos aeroportos. Equipe: Paul Milgrom, João Manoel Pinho de Mello, Vinicius Carrasco, Pablo Salgado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Consultor da VALE em temas relacionados ao novo marco regulatório da exploração da mineração

Consultor da BMV&F em assuntos de verticalização de plataformas de pré e pós negociação

Consultor econômico da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) no 4o ciclo de revisão tarifária

Perito econômico da ENERGISA no 4o ciclo de revisão tarifária

Parecerista contratado por VALE para analisar a proposta de novo marco regulatório do setor de mineração

Consultor econômico da Elétron na arbitragem Elétron - Litel - Bradespar

Assistente de perito na arbitragem SBPar- Multiterminais

Consultor econômico do Opportunity na arbitragem Opportunuity v. Telecom Italia

Assistente de perito no litígio João Gilberto – EMI

Testemunha na Arbitragem Rede D'Or v. Leal.

Parecerista para o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) no litígio FGC v. Fundos de Pensão

Assessor econômico da Tecnoil em negociação com MODEC (representante de plataformas de petróleo no Brasil)

Assistente de perito no litígio HRT v. Queiroz Galvão em caso de sobrepreço em perfuradoras de petróleo.

Análise Econômica para BMV&F em tópicos relacionados ao Acordo da Basiléia 3

Perito na disputa entre acionistas detentores ADR da Petrobras e Petrobras em Nova Iorque

Membro do Conselho Fiscal da Embraer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Honrarias, Prêmios e Bolsas

Lemann Visiting Scholar Fellowship, David Rockfeller Center for Latin American Studies, Harvard University, agosto 2016 –Julho 2017

Bolsa de Pesquisador no Exterior da FAPESP, agosto 2016 – fevereiro 2017.

Membro Afiliado da Academia Brasileira de Ciências, 2012 – 2016.

Prêmio SBE – melhor artigo de finanças, 2015.

Prêmio Haralambos Simeonidis na categoria melhor artigo, 2010.

Bolsista *Jovem Cientista do Nosso Estado*, Faperj, 2012 – 2015.

Pesquisador do CNPq, nível 1D, 2012 – presente.

Bolsista de Produtividade de Pesquisa, PUC-Rio, 2008 – 2014.

Doctoral Fellowship, Stanford University, 1999-2000.

Bolsa de Doutorado, CAPES, 2003-2004.

Prêmio "Outstanding Teaching", Department of Economics, Stanford University 2001.

Bolsa de Mestrado, Banco BBM, Departamento de Economia PUC-Rio, 1998.

Bolsa de Mestrado, CNPq, Departamento de Economia PUC-Rio, 1997.

Cursos Ministrados

Microeconomia Aplicada (doutorado, Insper), Economia do crime (graduação, Harvard), Teoria dos Contratos (doutorado, Insper), Teoria da Firma (mestrado, Insper). Organização Industrial e Antitruste (graduação e doutorado, PUC-Rio), Economia Bancária (graduação e doutorado, PUC-Rio), Econometria (doutorado, PUC-Rio), Estatística Matemática (pós-graduação, doutorado, PUC-Rio), Microeconomia (graduação, PUC-Rio), Direito e Economia aplicados à governança corporativa (com o Professor Francisco Mussnich, PUC-Rio), Economia Política (graduação, Insper e PUC-Rio), Direito e Economia (Insper).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Artigos em jornais de grande circulação

Cadastro que positiva. 02/05/2018. **Folha de São Paulo**. Com Mauricio Moura.

Cadastro Positivo e democratização do crédito. 12/03/2018. **Folha de São Paulo**. Com Marcos Mendes e Fabio Kaczuk.

Bolo cresce quando a alta do lucro vem da melhora da produtividade. 17/03/2017. **Folha de São Paulo**.

Fatos alternativos abundam no debate da reforma da Previdência. 03/03/2017. **Folha de São Paulo**.

A política industrial e a muleta. 17/02/2017. **Folha de São Paulo**.

É preciso rever a política de conteúdo local. 03/02/2017. **Folha de São Paulo**.

A desagradável aritmética previdenciária. 20/01/2017. **Folha de São Paulo**.

Judiciário pode ajudar o país a crescer. 06/01//2017. **Folha de São Paulo**.

Separando o joio do trigo nas reformas pró-crescimento. 23/12/2016. **Folha de São Paulo**.

A agenda da produtividade. 12/09/2016. **Folha de São Paulo**.

Lições dos leilões de transmissão. 11/25/2016. **Folha de São Paulo**.

O eleitor de Donald Trump é estúpido? 11/11/2016. **Folha de São Paulo**.

Quanto custa o emprego industrial. 10/28/2016. **Folha de São Paulo**.

PEC do Teto já é um sucesso por seu caráter pedagógico. 14/10/2016. **Folha de São Paulo**.

Pagar juros é escolha racional, não imposição. 06/10/2016. **Folha de São Paulo**.

A Cassandra e a Sereia. 30/09/2016. **Folha de São Paulo**.

A gente somos inútil? 16/09/2016. **Folha de São Paulo**.

O ovo e a galinha: o papel do BNDES e a alternativa ao crédito subsidiado. **Folha de São Paulo (Ilustríssima)**. 19/06/2016. Com Aldo Musachio e Sergio Lazzarini.

Politicamente Sustentável. **O Estado de São Paulo**. 18/05/2016. Com Alexandre Schneider e Carlos Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como avançar nas concessões de infraestrutura? **Nexo Jornal**. 27/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Algo acontece… de bom. **Nexo Jornal**. 18/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Gastos do governo: eficiência e justiça distributiva. **Nexo Jornal**. 05/04/2016. Com Marcos Lisboa e Vinicius Carrasco.

Anos 1990 são chave para entender queda na desigualdade. **Folha de São Paulo**. 30/03/2016. Com Sergio Firpo.

Virtudes escondidas: razões para a queda nos homicídios em São Paulo. **Folha de São Paulo (Ilustríssima)**. 27/03/2016. Com Alexandre Schneider.

PMs medem melhor do que o Datafolha: Mais Evidência. **Exame.com**. 22/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

PMs medem melhor do que o Datafolha. **Exame.com**. 20/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

A previsão e o ocorrido: Google Trends e Adesão às Manifestações. **Exame.com**. 13/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

O que as buscas no Google dizem sobre o tamanho da manifestação do próximo domingo? **Exame.com**. 10/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

A Fábula do Contrato Social e as Políticas Ineficientes e Injustas do PT. **Nexo Jornal**. 09/03/2016. Com Vinicius Carrasco.

Gerdau: o que Aconteceu com os Heróis do Empresariado Nacional? **Exame.com**, 25/02/2016. Com Vinicius Carrasco.

A MP 703 e os Incentivos. **Exame.com**, 17/02/2016. Com Vinicius Carrasco.

Corrupção Comparada: os Dados da Transparência Internacional 2015 e o Desempenho do Brasil. **Exame.com,** 27/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

Capitalismo e Corrupção. **Exame.com**, 22/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

A Economia e a Economia Política da Proposta da Prefeitura de São Paulo para Regularizar o Uber. **Exame.com**, 12/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

Desenho de Mercados e o BNDES. **Exame.com**, 06/01/2016. Com Vinicius Carrasco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Avaliando o Desempenho do PT no Poder. **Nexo Jornal**, 27/12/2015. Com Vinicius Carrasco.

A Vacina e o Subsídio, ou: como deve ser a atuação do BNDES?. **Exame.com**, 16/12/2015. Com Vinicius Carrasco.

O Fracasso dos Leilões de Transmissão. Propostas. **Exame.com**, 12/10//2015. Com Vinicius Carrasco

O Fracasso dos Leilões de Transmissão: o Diagnóstico. **Exame.com**, 27/11/2015. Com Vinicius Carrasco

Danos Ambientais e Responsabilidade Limitada: Lições de Mariana. **Exame.com**, 13/11/2015. Com Vinicius Carrasco

Aeroportos: Recordar é viver, ou: os resultados de maus desenhos. **Exame.com**, 06/11/2015. Com Vinicius Carrasco

O Marco Regulatório do Pré-Sal e a Proposta do Senador José Serra. **Exame.com**, 18/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Regulação, Royalties e a Conjuntura na Indústria de Petróleo. **Exame.com**, 15/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Custos e Benefícios do BNDES. **Folha de São Paulo**. 07/09/2015. Com Vinicius Carrasco

Podem Vendedores Cartelizar um Mercado com um Único Comprador. **Exame.com**, 13/07/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Fundo Garantidor de Crédito e a Discussão sobre os Limites de Indenização, Parte 1. **Exame.com**, 10/07/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

A Biruta Maluca e a Maioridade Penal. **El País**. 04/07/2015.

A Conta do Subsídio à Exportação de Serviços de Construção. **Exame.com**, 18/06/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Balanço da Petrobras: a corrupção tragou só R$ 6,2 bi? **Exame.com**, 04/23/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Terceirização e a Natureza da Firma. **Exame.com**, 04/17/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como calcular os danos dos cartéis? 2a parte. **Exame.com**, 04/11/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Como calcular os danos dos cartéis? 1a parte. **Exame.com**, 04/03/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Tudo o que Você sempre quis saber sobre Cartéis: Teoria. **Exame.com**, 03/20/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Corrompe-se mais ou menos do que nos anos FHC? **Exame.com**, 03/09/2015.

Abrindo a Caixa Preta do BNDES. **O Globo**, 03/07/2015. Em coautoria com Armínio Fraga e Vinicius Carrasco

O que fazer a respeito dos investimentos no Brasil. **Valor Econômico**, 03/06/2015. Em coautoria com Armínio Fraga e Vinicius Carrasco

Leis da Oferta: Post de Inauguração. **Exame.com**, 02/25/2015. Em coautoria com Sergio Firpo, Vinicius Carrasco e Thiago Cavalcanti

Menos voluntarismo, mais competição. **O Estado de São Paulo**, 02/19/2015. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Competição, Competição. **Valor Econômico**, 09 fev. 2015. Em c-autoria com Vinicius Carrasco

Fusões e aquisições de bancos devem ser julgadas pelo Cade, e não pelo BC. **UOL Notícias**, 09/21/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Investimento, Meta Fiscal e Leilão 4G. **Valor Econômico**, 09/12/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Estagflação afeta uns emergentes mais que outros. **Folha de São Paulo**, 08/28/2014. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Menos Achismo, Mais Evidência Científica no Debate. **O Estado de São Paulo,** 28/05/2014

A conta do risco regulatório. **Valor Econômico**, 19/03/2014. Com Vinicius Carrasco e Gustavo Joaquim

BNDES e a Eficiência Restrita, **Valor Econômico**, 19/12/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Um Leilão sem Disputas, **Valor Econômico**, 23/10/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

A Falta de Interessados no Leilão da BR-262, **Valor Econômico**, 17/09/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Cartéis, Crime e Castigo, **Estado de São Paulo**, 28/08/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

"E das Estrelas que Esquecemos de Contar..." **O Globo**, 04/08/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco, Gustavo Joaquim e Daniel Campello

Enrolados na Bandeira, **O Globo**, 06/06/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Sísifo e a Microeconomia da Estagnação, *Valor Econômico*, 30/01/2013. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Primitivismo Ideológico, **O Globo**, 11/07/2012

Spread Bancário: Diagnóstico e Remédio, **Estado de São Paulo**, 30/04/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Aeroportos: Alegria Precipitada, **Folha de São Paulo**, 15/02/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco (versão completa com o gráfico do preço da ação da OHL no dia 06-02-2012)

O Leilão de Aeroportos: o Fácil não Deveria ser o Certo? **Valor Econômico**, 26/01/2012. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Computando os Efeitos de Fusões, **Valor Econômico**, 26/08/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Desenhando Mercados no Mundo Real: Entrevista com Paul Milgrom, **Conjuntura Econômica**, Fevereiro, 2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco.

Receita Contra a Fraude, **O Globo**, 13/07/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco.

O Fracasso do Leilão do Clube dos 13, **Folha de São Paulo**, 21/04/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Efeitos da privatização: o caso da VALE, **Valor Econômico**, 28/03/2011. Em coautoria com ViniciusCarrasco

Mercados de Direitos de Litígio em Casos de Cartelização, **Valor Econômico**, 02/02/2011. Em coautoria com Vinicius Carrasco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ressarcindo Prejudicados no Combate aos Cartéis, **Valor Econômico**, 25/11/2010. Em coautoria com Vinicius Carrasco

"Pré-Sal - Análise e propostas quanto aos modelos de exploração proposto pelo governo Lula" com Vinicius Carrasco. **Digesto Econômico**, Vol. 459, p. 4 – 15, 2010

O Que Dá Mais Receita ao Estado, Concessão ou Partilha? **Valor Econômico**, 28/09/2009. Em coautoria com Vinicius Carrasco

Crime, Castigo, Determinismo Sócio-Econômico, **Valor Econômico**, 23/02/2007.

A "Surpreendente" Concorrência na Aviação Civil, **Valor Econômico**, 30/04/2005. Em coautoria com Juliano Assunção

Cobertor Curto: Quando Vale a Pena Fazer Política Industrial? **Revista FocoEconomia**, Fevereiro, 2005

Vale a Pena Salvar a Varig? **Valor Econômico**, 19/11/2004.

Produção científica

Artigos publicados ou a sair em periódicos

"Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo," com Ciro Biderman, Renato Lima e Alexandre Schneider. A sair no *Journal of Quantitative Criminology*.

"Electoral Rules, Political Competition and Fiscal Expenditures: Regression Discontinuity Evidence from Brazilian Municipalities," com Marcos Chamon, Sergio Firpo e Renan Pieri. Publicado online no *Journal of Development Studies*, 2018.

"Product Market Competition and the Severity of Distressed Asset Sales," com Vinicius Carrasco e Pablo Salgado. *Review of Finance*, Vol. 21, pp. 2007 – 2043, 2017.

"A Década Desperdiçada: 2003 – 2012," com Vinicius Carrasco e Isabela Duarte, *Revista de Economia e Administração*, Vol. 13, No 4, 2017.

"Spillovers from Conditional Cash Transfers Programs: *Bolsa Família* and Urban Crime in Brazil," com Rodrigo Soares e Laura Chioda, *Economics of Education Review*, Vol. 54, pp. 306 – 320, 2016.

"Does Drug Illegality Beget Violence? Evidence from the Crack-Cocaine Wave in São Paulo," *Economía, the Journal of LACEA*, Vol. 16, No 1, pp. 157 – 185, 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"The Effects of Exposure to Hyperinflation on Occupational Choice," com Eduardo Zilberman e Caio Waisman. *Journal of Economic Behavior and Organization,* Vol. 106, pp. 109 -123, 2014.

"Are Public Banks pro-Competitive? Evidence from Concentrated Local Markets in Brazil," com Christiano Coelho e Leonardo Rezende. *Journal of Money, Credit, and Banking*, Vol. 45, pp. 1581 - 1615, 2013.

"Há Assimetria no Repasse dos Juros Bancários de Variações na Taxa Selic?" com Pedro Henrique Castro. *Brazilian Review of Econometrics*, Vol. 32, pp. 3 -30, 2012.

"The Brazilian Payroll Lending Experiment," com Christiano Arrigoni e Bruno Funchal. *Review of Economics and Statistics*, Vol. 94, pp. 925-934, 2012.

"Bye-bye Financial Repression, Hello Financial Deepening: the Anatomy of Financial Boom," com Marcio Garcia. *Quarterly Review of Economics and Finance*, Vol. 52, pp. 135-153, 2012.

"Campaign Advertising and Election Outcomes: Quasi-Natural Experiment Evidence from Gubernatorial Elections in Brazil," com Bernardo da Silveira. *Review of Economic Studies*, Vol 78, pp. 590-612, 2011.

"Dry Law and Homicides: Evidence from the São Paulo Metropolitan Area," com Ciro Biderman e Alexandre Schneider. *Economic Journal*, Vol. 120, pp. 157 – 182, 2010.

"Identifying bank lending reaction to monetary policy through data frequency," com Christiano Arrigoni e Marcio Garcia. *Economía, the journal of LACEA*, Spring, pp. 1 – 33, 2010.

"A Relational Theory of Relationship Lending under Contractual Incompleteness," com Vinicius Carrasco. *Annals of Finance*, Vol. 6, pp. 51 – 82, 2009.

"Does Crime Affect Economic Decisions? An Empirical Investigation of Savings in a High-Crime Environment," com Eduardo Zilberman. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy (Topics)*, Vol. 8, Article 52, 2008.

"Mudança Demográfica e a Dinâmica dos Homicídios no Estado de São Paulo," com Alexandre Schneider. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 21, n.1, pp. 19 – 30, 2008.

Capítulos de livros

Brazil's Productivity Challenge: Structural Change versus Economy-Wide Innovation-Based Improvements. A sair In: Antonio Spilimbergo e Krishna Srinivasan (Orgs.).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brazil: Bust, Boom and the Road to Recovery. Washington, DC: International Monetary Fund. Com Isabela Duarte e Mark Dutz.

O cartel dos gases medicinais: análise econômica e cômputo de sobrepreço. In: Cesar Mattos. (Org.). A Revolução Antitruste no Brasil: A Era dos Cartéis. 1ed. São Paulo: Singular, 2018, p. 197-210. Com V. Carrasco e R. Rigatto.

Quantificação da vantagem auferida em cartéis: uma referência para as multas do órgão de enforcement em defesa da concorrência. In: Cesar Mattos. (Org.). A Revolução Antitruste no Brasil: A Era dos Cartéis. 1ed.São Paulo: Singular, 2018, p. 129-148. Com R. Taufick e A. Duarte.

"Tamanho do Distrito e Eleitoral e Corrupção: Para Além do Lobby, os Custos de Campanha," In: *Lobby Desvendado: Democracia, Políticas Públicas e Corrupção no Brasil Contemporâneo*, Milton Seligman e Fernando Mello editores, São Paulo: Record, 2018.

"Proposta de Políticas Indutoras de Competição," In: *A Retomada do Crescimento: Diagnósticos e Propostas*, Mansueto Almeida e Fabio Giambiagi editores, Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Com Ricardo Barboza e Vinicius Carrasco.

"Por que Fracassamos na Infraestrutura? Diagnóstico, Remédios e um Arcabouço Teórico de Análise," In: Infraestrutura: Eficiência e Ética. Affonso Celso Pastore, editor, São Paulo: Elsevier e Centro de Debates de Políticas Públicas, 2017. Com Vinicius Carrasco.

"A Questão do Descasamento de Fluxo de Caixa e o Impacto no Investimento," In: Regulação Técnica e Econômica em Monopólios Naturais - Reflexão Conceituais e Metodológicas no Setor de Distribuição de Energia Elétrica, Fabio Hage e Marco Delgado, editores, Rio de Janeiro: Synergia Editora. Com Vinicius Carrasco, Gustavo Joaquim

"Risco Regulatório no Brasil: Teoria e Mensuração, In: Gargalos e Soluções no Infraestrutura de Transportes, Armando Castelar e Claudio Frischtak editores, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 21-37. Com Vinicius Carrasco e Gustavo Joaquim

"A Teoria Econômica da PPPs: concessões, participação do governo e renovações," In: Gesner Oliveira e Luiz Chrysostomo, editores, Parcerias Público-Privado: Experiências, Desafios e Propostas, 1ed, Rio de Janeiro: LTC, 2013, p. 49-63. Com Vinicius Carrasco e Pablo Salgado

"Um Conflito Distributivo Esquecido: Notas sobre a Economia Política da Desindustrialização," O Futuro da Industria no Brasil - desindustrialização em debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

In: Edmar Bacha e Monica de Bolle, editores, 1ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 295-314. Com Vinicius Carrasco

"Um Pequeno Guia Moderno de Análise de Fusões,". In Direito Econômico e Social, João Grandino Rodas, editor, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. Com Vinicius Carrasco e Paulo Orenstein

"Assessing São Paulo´s Large Drop in Homicides: the Role of Demography and Policy Interventions," In The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America, Rafael Di Tella, Sebastian Edwards e Ernesto Schargrodsky, editores, Chicago: The University of Chicago Press and NBER, 2010, pp. 207-235. Com Alexandre Schneider

"Judicial Risk and Credit Market Performance: Micro Evidence from Brazilian Payroll Loans," In Financial Markets Volatility and Performance in Emerging Markets, Sebastian Edwards e Marcio Garcia editores, Chicago: University of Chicago Press, 2008, pp.155-184. NBER Working Paper No. 12252. Com Ana Carla Costa

"Atos de Concentração e Conduta no Setor Bancário". In Métodos quantitativos em defesa da concorrência e regulação econômica. Eduardo Fiuza e Ronaldo Seroa, editores, Rio de Janeiro: Ipea, 2006, Vol. 1, pp. 793-854.

"Estrutura, Concorrência e Estabilidade". In Risco e Regulação: Por que o Brasil enfrentou bem a crise financeira e como ela afetou a economia mundial. Fabio Giambiagi e Marcio Garcia editores, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, pp. 111-124.

"Predação através de programas de fidelização: o caso do programa TÔ CONTIGO," In A Revolução Antitruste no Brasil 2, Cesar Mattos, editor, São Paulo: Editora Singular, 2008, pp. 499-524. Com Vinicius Carrasco

Orientação

Teses de doutorado

GONTIJO, Marina. Essays on Housing Credit Supply. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello

SALGADO, Pablo. Essays in Coporate Finance. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesq. do Estado do Rio de Janeiro. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SETUBAL, Fernando. Essays in Banking. 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

LEÃO, Sergio. Ensaios em Política e Concessão de Crédito. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Claudio Ferraz.

CASTRO, Marcos Ribeiro de. Ensaios sobre o Canal de Crédito da Política Monetária. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

SOUSA, Marcelo Nuno Carneiro de. Ensaios em Microeconomia Bancária. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

CERQUEIRA, Daniel. Três Ensaios em Economia do Crime. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Rodrigo Reis Soares.

MARTINS, Bruno Silva. Ensaios em Economia Bancária e Transmissão Monetária. 2009. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - RJ. Orientador: Marco Antônio Bonomo. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

COELHO, Chistiano Arrigoni. Three Essays in Banking. 2007. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Marcio Gomes Pinto Garcia.

Dissertações de mestrado

LEFFERS, Steffan. Electoral observation: evidence from Mozambique. 2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

SANCHETTA, Daniel de Souza. Comparativo de eficiência no mercado bancário brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

BANDEIRA, Rafael Pinhate. Requerimento de capital mais elevado: uma avaliação de seu impacto na economia e no risco das instituições financeiras. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

CARVALHO, Adriano Ortega. A Influência da Qualidade Regulatória no Investimento e na Qualidade da Infraestrutura de Telecomunicações. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

BETINELLI, Bruna Maria. Impacto da aprovação governamental no retorno do mercado de capitais brasileiro. 2015. Executive Master Thesis. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

DUARTE, Isabela. O Efeito do FIES sobre o Preço das Mensalidades. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

WAISMAN, Caio. The Effects of Exposure to Hyperinflation on Occupational Choice. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Eduardo Zilberman. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

ARRUDA, Thiago de Gouvêa Scot de. Restrição à Liquidez e Informação Assimétrica no Mercado de Cartões de Crédito. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

VALERIO, Paulo Motta Maia de Oliveira. Custos de troca e o Efeito da Portabilidade Numérica: um painel de países. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Juliano Assunção,

CAMPOS, Maina Celidonio. O Mercado Religioso e o Crescimento dos Evangélicos na Cidade do Rio de Janeiro 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

GOMES, Livia Gouvea. Qualidade Média dos Tomadores de Empréstimo e Estrutura Bancária das Cidades. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Leonardo Rezende. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

ROTHSCHILD, Felipe Roitman. Credit and Income: Identification through Bank Competition. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

HERSKOVIC, Bernard. Efeitos de Busca em Conluio. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Vinicius Carrasco. Coorientador: Joao Manoel Pinho de Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VANAZZI, Augusto Tonello. Fusões e Rentabilidade no Setor Bancário. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

PINHEIRO, Marcos Martins. Liquidez e Formação de Preço: Evidência do Mercado Acionário Brasileiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

MARTINS, Dimitri. Setor Elétrico Brasileiro: Análise do Investimento de Capital em Usinas Termelétricas 2008. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

CASTRO, Pedro Henrique 2008. Existe Assimetria na Resposta dos Juros Bancários a Variações na Taxa Selic? Evidência do Mercado de Crédito para Pessoa Física no Brasil Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

D'ALMEIDA, Fabricio 2008. Informações Financeiras de Ofertas Públicas Iniciais de Ações: Uma Avaliação do Uso de Rubricas Discricionárias. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Walter Novaes. Coorientador: João Manoel Pinho de Mello.

SODRÉ, Antonio Carlos de Azevedo. Relational Financing and Contagion in the pre-1914 Sovereign Debt Market. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello. Coorientador: Walter Novaes.

SANTOS, Bernardo. Ciclos Políticos Orçamentários e seus Determinantes: Evidência dos Municípios Brasileiros. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

FIGER, Vivian. The Impact of Frequent Flyer Programs on Market Competition in the American Domestic Airline Industry. 2007. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

ZILBERMAN, Eduardo. Crime e Poupança: Teoria e Evidência para o Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: João Manoel Pinho de Mello.

Comitês de seleção em concurso público e outros concursos

Membro do comitê de seleção do Prêmio FEBRABAN, 2010 e 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), 2014. Universidade de São Paulo

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), 2009. Universidade de São Paulo

Membro do comitê de seleção em concurso público de professor doutor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), Campus Ribeirão Preto. 2006. Universidade de São Paulo

Serviços editoriais

Parecerista: *Economic Journal, Journal of Public Economics, Economic Development and Cultural Change, Journal of Law, Economics, and Organization,* Estudos Econômicos, Revista da ANPEC, *Revista Brasileira de Econometria, Journal of Labour Research, Review of Economic Studies, Journal of Political Economy,* Revista de Econometria, *Manchester School,* Banco Interamericano de Desenvolvimento, FAPESP.

Afiliações Profissionais

Coordenador da *America Latina Crime and Policy Network* (AL CAPONE) da *Latin American and Caribbean Economic Association* (LACEA), 2010 – 2016

Conselho diretor da Sociedade Brasileira de Econometria, 2010 – 2016

Secretário Adjunto da Sociedade Brasileira de Econometria, 2005-2006

Afiliado à Sociedade Brasileira de Finanças, Sociedade Brasileira de Econometria, *Econometric Society, Latin-American and Caribbean Economic Association (LACEA), American Economic Association.*

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

João Manoel Pinho de Mello

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

O Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Administração em 21 de agosto de 1996, confere o título de

BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO a

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 09 de agosto de 1973,
RG 18.311.000-6 - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 21 de agosto de 1996

Diretor | Diplomado | Secretário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Alain Florent Stempfer
DIRETOR

Curso de

ADMINISTRAÇÃO

Reconhecido pelo Decreto Federal n.º 52.830 de 14-11-63
publicado no Diário Oficial da União em 17-12-63

APOSTILA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

O diplomado concluiu nesta Escola a Habilitação em

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

São Paulo, 21 de agosto de 1996

Diretor
WILTON DE OLIVEIRA BUSSAB
VICE DIRETOR ACADÊMICO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Anotada a Apostila
São Paulo, 11 de setembro de 1997
Seção de Registro de Diplomas

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1157842
Diploma
P. 97.1.23398 1.f
Em 11 setembro de 1997
Por D... no da Educação
e Cultura (... 71/71, 30/79 e 31/80)

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.
São Paulo, 15 SET 1997
Profa. Dra. LOR CURY
Secretária Geral

Artes. Prom. Graf. e Ass. Ltda.
Tel.: (011) 67.1157 / 67.1153
São Paulo - Brasil - 10.96

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0ED02B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

O Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições e tendo em vista terem sido cumpridas todas as exigências de ordem legal, bem como as estabelecidas por esta Universidade, confere a

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO

o grau de **Mestre em Economia** *com todas as prerrogativas, direitos e honras que lhe são inerentes.*

Rio de Janeiro, **26 de novembro de 2013**.

Diretor de Admissão e Registro

Reitor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
DIRETORIA DE ADMISSÃO E REGISTRO

Diploma registrado sob o nº .....
livro C1, fls. 274 em 26/11/2013
Processo nº 12.130.165 de acordo com o § 1º, do Artigo 48, da Lei nº 9.394, de 20/12/1996.
Rio de Janeiro, 26/11/2013

DEBORAH L. SABAT PEREIRA
Supervisora de Administração
Diplomas / PUC-Rio

Diretor de Admissão e Registro

Associado [illegible] JOSAFÁ CARLOS DE SIQUEIRA S.J.
Reitor
WASHINGTON BRAGA FILHO
Diretor de Admissão e Registro

APOSTILA

O curso [illegible] foi reconhecido pela Portaria nº 1077, de 03/09/2012, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 03/09/2012, tendo sido avaliado com o conceito 7,6 %, com base no Parecer nº 102/2011 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.
Rio de Janeiro, [illegible]

DEBORAH L. SABAT PEREIRA
Supervisora de Administração
Diplomas / PUC-Rio

Página 24 de 33 Parte integrante do Avulso da MSF nº 7 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

The Leland Stanford Junior University

to all to whom these Letters shall come Greeting

The Trustees and Faculty of the University, by virtue of the authority vested in them, have conferred on

Joao Manoel Pinho De Mello

who has satisfactorily pursued the Studies and passed the Examinations required therefor the Degree of

Doctor of Philosophy

in

Economics

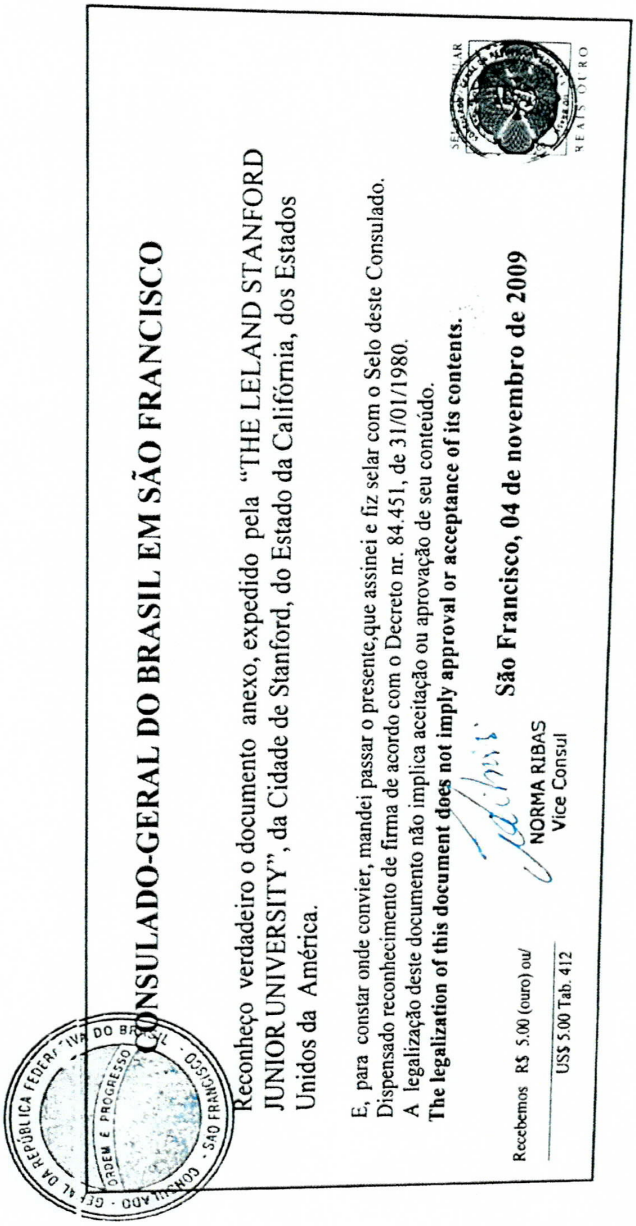
with all the Rights, Privileges, Honors, and Responsibilities thereunto appertaining. Given at Stanford University in the State of California on the Sixth Day of January in the Year Two Thousand and Five, the Two Hundred Twenty-Ninth Year of the Republic, and the One Hundred Fourteenth Academic Year of the University.

Burton J McMurtry
Chair of the Board of Trustees

John Hennessy
President of the University

Sharon R Long
School of Humanities and Sciences

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM SÃO FRANCISCO

Reconheço verdadeiro o documento anexo, expedido pela "THE LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY", da Cidade de Stanford, do Estado da Califórnia, dos Estados Unidos da América.

E, para constar onde convier, mandei passar o presente,que assinei e fiz selar com o Selo deste Consulado.
Dispensado reconhecimento de firma de acordo com o Decreto nr. 84.451, de 31/01/1980.
A legalização deste documento não implica aceitação ou aprovação de seu conteúdo.
The legalization of this document does not imply approval or acceptance of its contents.

São Francisco, 04 de novembro de 2009

NORMA RIBAS
Vice Consul

Recebemos R$ 5,00 (ouro) ou/
US$ 5.00 Tab. 412

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "B", do Regimento Interno do Senado Federal)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Sou ou fui sócio das seguintes empresas:
i. Pacífico Gestão de Recursos (2012 -2016)
ii. WPMello Participações S.A (1997 – presente)
iii. Escola Brasileira de Professores Ltda (2004 – presente)
iv. Achurra de Mello Participações (2014 – presente)

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Conforme atestam as certidões anexas, não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Em relação a atuação em juízos ou tribunais, nos últimos 5 (cinco) anos atuei como testemunha em processo arbitral entre Rede D'Or e Hospital Santa Helena, e como parecerista em processo arbitral que minoritários da Petrobras S.A. movem contra a empresa por reparação de supostos danos provocados pelo esquema conhecido como Petrolão, calculando os supostos danos incorridos em nome de representantes de minoritários.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO
(Art. 383, Inciso I, Alínea "C", do RISF)

Para fins do disposto Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresento a argumentação a seguir, a fim de demonstrar que minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral me habilitam para o exercício do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Entendo que a minha trajetória acadêmica e profissional, tanto no setor público quanto no privado, credencia-me para o exercício da função de Diretor do Banco Central do Brasil.

No quesito acadêmico, minha contribuição é exemplar. Possuo graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1996), mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000) e PhD em Economia pela *Stanford University* (2005).

Fui professor assistente (2004-2010) associado (2010-2013) do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e atualmente sou Professor Titular do Insper, em licença no Ministério da Fazenda. Fui também secretário-adjunto da Sociedade Brasileira de Econometria e membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências e fundador da *America Latina Crime and Policy Network* (AL CAPONE) da *Latin American and Caribbean Economic Association* (LACEA). Fui *visiting scholar* no David Rockefeller Center for Latin American Studies e *visiting fellow* da *Kennedy School of Government*, ambos da *Harvard University*, onde lecionei no ano acadêmico de 2016-2017. Orientei nove teses de doutorado e mais de duas dezenas de dissertações de mestrado.

Publiquei diversos artigos acadêmicos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais de alto prestígio, como *Review of Economic Studies*, *Review of Economics and Statistics*, *Economic Journal*, *Journal of Money, Credit, and Banking, Journal of Economic Behavior and Organization, Review of Finance, Economics of Education Review, Journal of Quantitative Criminology e Economía (Journal of LACEA)*, além de inúmeros capítulos de livros e colunas em jornais de grande circulação (fui colunista fixo do jornal Folha de São Paulo). Minhas principais áreas de pesquisa acadêmica são Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência e Economia do Crime.

Tenho também extensa experiência no setor privado. No setor financeiro, fui sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Fui *expert* em casos antitruste, tendo atuado como consultor, como analista econômico e como testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais.

No setor público, atuei de forma destacada durante os últimos dois anos no Ministério da Fazenda, no qual fui Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência – órgão responsável pela advocacia da concorrência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - e Secretário de Política Econômica. No período em que estive no Ministério da Fazenda, trabalhei junto com o Banco Central do Brasil na formulação e na implantação de reformas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Tenho convicção que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 30 de janeiro de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOAO MANOEL PINHO DE MELLO
CPF: 265.595.338-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:21 do dia 27/11/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/05/2019.
Código de controle da certidão: **6821.0C53.220F.1E82**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 265.595.338-08

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº	18120093415-55
Data e hora da emissão	20/12/2018 09:23:26
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 265.595.338-08

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Certidão nº	20666404	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	20/12/2018 09:24:47	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO CND DIVIDA ATIVA ESTADUAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0667061 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 265.595.338-08
Contribuinte: JOAO MANOEL PINHO DE MELLO

Liberação: 20/12/2018
Validade: 18/06/2019

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 09:19:08 horas do dia 20/12/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6382CED7

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO CND PREFEITURA 18/06/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2019

(nº 43/2019, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 43

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

0001.000709/2019-13

OFÍCIO Nº 4/2019/CC/PR

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bruno Serra Fernandes

Curriculum Vitae - Janeiro/2019

Dados Pessoais

CPF: 077.783.207-03

Data de nascimento: 25/04/1978

Filiação: Paulo Roberto Cardoso Fernandes
Vania Maria Serra Fernandes

Educação

Fundação Dom Cabral (FDC) 2017
Programa de Educação Executiva

Universidade de São Paulo (USP) 2004
Mestrado em Economia. Bolsista CNPq entre 2000 e 2001

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) 1999
Bacharel em Economia

Experiência Profissional

Itaú Unibanco S.A. 2014-2019
Superintendente Executivo de Renda Fixa

Itaú Unibanco S.A. 2006-2014
Responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de Banking

Banco BankBoston 2005-2006
Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de Banking e Trading

BankBoston Asset Management 2002-2005
Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros

Publicações

"Impulso Fiscal: teoria e prática - o caso brasileiro de 1992 a 2002" 2004
Dissertação de Mestrado
Orientadores: Dra. Fabiana Fontes Rocha e Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua

"Podemos dizer que a taxa de cambio está apreciada?" 2005
Artigo publicado no jornal Valor Econômico de 12 de abril

Bruno Serra Fernandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ibmec

FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS

- RIO DE JANEIRO -

O Diretor da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão do Curso de *Ciências Econômicas* em 16 de dezembro de 1999, confere o título de *Bacharel em Ciências Econômicas* a *Bruno Serra Fernandes* nascido a 25 de abril de 1978, natural de Rio de Janeiro cédula de identidade nº 10642216-5 expedida IFP e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2000

Diretor de Ensino e Pesquisa

Diretor Geral

Secretário Geral

Diplomado

Parte integrante do Avulso da MSF nº 5 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Econ ia e Finanças do IBMEC
DE C CIAS ECONÔMICAS
REC NHECIDO
aria N 33 de 30/07/1999

Econ ia e Finanças do IBMEC
b o n 38, folha 038 do
Diplom º I.
1 julho de 2001
Regina O. da Costa
Se aria Geral

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Diploma registrado sob n.º 101
Livro 01 fls. 03 V em 28/03/2001
Processo n.º 23079.020027/00.93
por delegação de competência do Ministério da Educação e Cultura nos têrmos da Portaria MEC / DAU n.º71 de 21/10/1977.

Divisão de Diplomas 28/03/2001.

Flavio dos S. Lafaiete
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL
Flávio dos Santos Lafaiete
Ass. em Adm.
Reg.: 0039211

VISTO: _____
DIRETOR DA D. D.

Profa. Alma Rodrigues Dinis
Diretora da Divisão de Diplomas / SR 1 UFRJ
Registro 033950-6

Paulo Guedes, PhD.
Diretor Geral

Antonio de Araujo Freitas Jr., PhD.
Diretor de Ensino e Pesquisa

Delfina Sestelo y Alonso
Secretário Geral

000225

Parte integrante do Avulso da MSF nº 5 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E0023A1
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx

00100.025083/2019-30

República Federativa do Brasil
Universidade de São Paulo

O Reitor da Universidade de São Paulo confere a

BRUNO SERRA FERNANDES

brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro

nascido a 25 de abril de 1978, R.G.: 10642216-5 - RJ,

o presente diploma de ***Mestre em Economia***

Área de concentração: ***Teoria Econômica***

tendo em vista que, em 20 de setembro de 2004, satisfez todas as exigências pertinentes a este grau, estabelecidas no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação da ***Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade*** para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidas pela legislação vigente.

Reitoria da Universidade de São Paulo, aos 25 de maio de 2005.

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Reitor

Profa. Dra. Suely Vilela
Pró-Reitora

Profa. Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri
Secretária Geral

00100.025083/2019-30
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Curso Reconhecido de acordo com o disposto na Portaria MEC n.º 2530 de 04/09/2002, DOU de 06/09/2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
Diploma registrado sob n.º 063975
Processo n.º 2004.5.841.12.1
nos termos do Artigo 48 da Lei 9394/96.
São Paulo, 29 de agosto de 2005
LUIS CARLOS PASTOR
Técnico Acadêmico
De acordo.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA GERAL - REGISTRO DE DIPLOMAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO

(Art. 383, Inciso I, Alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal-RISF)

1. Existência de parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que possuo parentesco com Mário Marques Cavalieri, cunhado, superintendente do Banco Máxima S.A., admitido em 24/09/2018.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que tenho participação acionária no "Itaú Unibanco", CNPJ 60.701.190/0001, desde fevereiro de 2015. As ações decorrentes desta participação societária serão alienadas até a data da posse, caso o Senado Federal aprove minha indicação.

Tive participação societária na microempresa "A.B.A. Cascadura Baterias e Pneus LTDA-ME" a partir de abril de 1998.Esta microempresa era gerida pelo meu pai, Sr. Paulo Roberto Cardoso Fernandes, e teve suas atividades encerradas conforme distrato social registrado na JUCERJ em maio de 2007.

Destaco, por oportuno, que essas participações societárias constam das minhas Declarações Anuais a Receita Federal e que os investimentos mantidos serão administrados por gestor independente sem minha participação efetiva durante o período em que estiver na Diretoria do Banco Central, caso minha indicação seja aprovada pelo Senado Federal.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

5. Quanto à atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Declaro, para os fins de direito em razão do disposto no art. 383 do RISF, que nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA
(Art. 383, Inciso I, Alínea "c", do RISF)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal,

Para fins do disposto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresento a argumentação a seguir, que demonstra minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Iniciei minha trajetória acadêmica com a graduação em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (IBMEC) em 1999. No ano seguinte decidi seguir aprofundando nos estudos de economia, cursando o mestrado em tempo integral na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, para o qual tive suporte como bolsista do CNPq.

Em 2002 iniciei minha carreira profissional como gestor de recursos na Boston Asset Management, onde tive a oportunidade de aplicar e aprimorar meus conhecimentos sobre economia e finanças à realidade do mercado financeiro local.

A partir de 2005, migrei para a tesouraria do próprio BankBoston, experiência essencial para conhecer o funcionamento da operação de um banco local.

De 2006 a 2013, com a aquisição do BankBoston pelo Banco Itaú e posterior fusão deste com o Unibanco, tive como principal responsabilidade a gestão de risco de mercado na Tesouraria da instituição. Era parte central dessa função acompanhar e projetar cenários, principalmente cenários alternativos, para os ativos brasileiros e internacionais, como o preço do dólar e a estrutura de taxas de juros, de forma a posicionar o balanço da instituição para os riscos do mercado.

Em 2014 assumi a área de renda fixa proprietária da instituição, onde, além das responsabilidades de gestão de risco, passei a manter relacionamento com clientes institucionais, especialmente estrangeiros, a fim de ajudá-los a participar do mercado de renda fixa brasileiro. Mantive relacionamento próximo com as equipes da Subsecretaria da Dívida Pública do Tesouro Nacional e do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central do Brasil, em consequência da minha atuação respectivamente como dealer de títulos públicos e de política monetária.

Em decorrência dessas novas atribuições, participei em fóruns nacionais e internacionais, como por exemplo, os eventos semestrais do Fundo Monetário Internacional. Por fim, atuei junto à B3, antiga BM&F Bovespa, e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), nas discussões relacionadas ao desenvolvimento do mercado financeiro local, criação de novos produtos e promoção da liquidez nos mercados de renda fixa e de câmbio.

Durante esses últimos dezoito anos, as economias brasileira e internacional passaram por oscilações importantes. Vivenciei todos estes momentos, com atuação destacada em áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

críticas no sistema financeiro local. No dia a dia das minhas atividades sempre esteve presente o acompanhamento das decisões de política econômica, seja no âmbito do Banco Central, como a definição da taxa de juros, a administração da liquidez do sistema financeiro, e execução das políticas monetária e cambial, do Ministério da Fazenda ou deste Congresso. O acúmulo dessas experiências certamente contribuirá em minha atuação como membro da Diretoria Colegiada.

Tenho convicção de que minha formação acadêmica e experiências aqui relatadas me capacitam a desempenhar o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 30 de janeiro de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10/01/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRUNO SERRA FERNANDES
CPF: 077.783.207-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:07:00 do dia 10/01/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2019.
Código de controle da certidão: **9AF0.A6F1.4145.6EE4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 077.783.207-03

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº	18120118128-29
Data e hora da emissão	28/12/2018 14:37:28
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 077.783.207-03

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Certidão nº	20737231	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	28/12/2018 17:08:08	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0676849 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 077.783.207-03
Contribuinte: BRUNO SERRA FERNANDES

Liberação: 28/12/2018
Validade: 26/06/2019

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 15:00:01 horas do dia 28/12/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: D9854BAF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Municipal SP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28/12/2018 SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2018.1.1019992-1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 077.783.207-03	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 28/12/2018 17:32

VÁLIDA ATÉ : 27/01/2019

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IPTU - Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel Page 1 of 1

NÚMERO DA CERTIDÃO
00-9.666.022/2019-8

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E ENFITÊUTICA DO IMÓVEL

Proprietário	Data	Folha
FERNANDA MARQUES CAVALIERI SERRA FERNANDES	17/01/2019	01/01
Endereço	**Inscrição**	**Cód. Lograd.**
AVN OLEGARIO MACIEL 00048, APT 302 - BARRA DA TIJUCA	1906816-2	08805-4

QUADRO I - NÃO HÁ DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Ano/Lote/ Guia	MP	Natureza	Certidão Dívida Ativa	Vara	Tipo Trib.	IPTU	TCLLP/TCL.	TIP	TSD	Dívida Apurada	Valor a Pagar
**********	*	*****	**********	**	******	**********	**********	**********	**********	**********	**********

QUADRO II - COTAS VENCIDAS NÃO INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA / COTAS A VENCER

ANO DO CARNÊ 2018 GUIA 00 Nº COTAS 10
NORMAL
QUITADA

Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar
**	**********	**********	**********

Total Lançado: **********
Total a Pagar Total: **********

ANO DO CARNÊ 2018 GUIA 01 Nº COTAS 10
NORMAL
EM ABERTO

Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar
10	11/01/2019	187,60	7,53
**	**********	**********	**********

Total Lançado: 187,60
Total a Pagar Total: 7,53

ANO DO CARNÊ 2019 GUIA 00 Nº COTAS 10
NORMAL/GUIA SEM PAGAMENTO
EM ABERTO

Cota	Vencimento	Valor Histórico das Parcelas	Valor a Pagar
01	07/02/2019	645,20	645,20
02	13/03/2019	645,20	645,20
03	05/04/2019	645,20	645,20
04	08/05/2019	645,20	645,20
05	07/06/2019	645,20	645,20
06	05/07/2019	645,20	645,20
07	07/08/2019	645,20	645,20
08	06/09/2019	645,20	645,20
09	07/10/2019	645,20	645,20
10	07/11/2019	645,20	645,20

Total Lançado: 6.452,00
Total a Pagar Total: 6.452,00

QUADRO III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

QUADRO IV - SITUAÇÃO ENFITÊUTICA

IMÓVEL NÃO FOREIRO (não será necessário pagar laudêmio)

OBSERVAÇÕES:

01. AS COLUNAS DE IPTU, TCLLP/TCL, TIP, TSD, DÍVIDA APURADA E VALOR HISTÓRICO DAS PARCELAS APRESENTAM OS VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS EXPRESSOS EM MOEDA DA ÉPOCA.
02. VALOR A PAGAR CALCULADO PARA A DATA DE EMISSÃO DA CERTIDÃO É EXPRESSO EM REAIS.
03. MP - INDICA DÉBITOS ORIGINÁRIOS DA INSCRIÇÃO DA MAIOR PORÇÃO OU DE INSCRIÇÕES VINCULADAS.
04. NOS CASOS DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DE NATUREZA JUDICIAL, O VALOR DEVERÁ SER ACRESCIDO DE CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
05. PARA REGULARIZAR DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, DIRIJA-SE À PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA.
06. FICA ASSEGURADO AO MUNICÍPIO O DIREITO DE COBRANÇA DE QUALQUER DÉBITO QUE POSSA SER VERIFICADO POSTERIORMENTE.
07. ESTA CERTIDÃO CONSIDERA OS PAGAMENTOS CUJA ARRECADAÇÃO JÁ CONSTE NOS REGISTROS DA PREFEITURA. PAGAMENTOS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 15 DIAS PODERÃO NÃO CONSTAR DA CERTIDÃO.
08. A PRESENTE CERTIDÃO É EMITIDA POR PROCESSAMENTO DE DADOS E SÓ SERÁ VÁLIDA SEM RASURAS E COM CHANCELA DO TITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA. OS INTERESSADOS PODERÃO CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO http://www.rio.rj.gov.br/web/smf, PORTAL DA PREFEITURA, BUSCANDO "IPTU-SERVIÇOS ON LINE". PRAZO DE VALIDADE: 90 DIAS.
09. A COLUNA VALOR A PAGAR DO QUADRO 11 APRESENTA APENAS O SALDO DEVEDOR REMANESCENTE. ASSIM, NÃO SÃO IMPRESSAS AS COTAS QUITADAS.
10. PARA O IMÓVEL FOREIRO AO MUNICÍPIO A LAVRATURA DO TÍTULO DEFINITIVO DE TRANSMISSÃO DO SEU DOMÍNIO ÚTIL SÓ PODERÁ SER FEITA MEDIANTE O PAGAMENTO DO LAUDÊMIO, EXCETO NOS CASOS DE "CAUSA MORTIS" OU DE FORMA GRATUITA "INTER VIVOS", OBSERVANDO O QUE DISPÕE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

RETORNAR

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro - SMF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Ofício da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 55/2019/SGM-P

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Rejeição de Medida Provisória**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, em apreciação preliminar, o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 850, de 10 de setembro de 2018, do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus – Abram e dá outras providências", e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória.

Atenciosamente,

Deputado RODRIGO MAIA
Presidente

Recebido em 13/02/2019
Hora: 19:33

Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851-SLSF/SGM

24.579 (AGO/16)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

A matéria vai à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar o prazo para edição do Decreto Legislativo, nos termos do art. 62, §3º, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
N° 811, DE 2019

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a fim de criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e estebelece a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu e da outras providências.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a fim de criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e estebelece a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu e da outras providências.

SF/19749.31280-65

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14° .....
.....
VIII – Estrada-Parque."(NR)

"Art. 21-A. A Estrada-Parque é constitui-se via de acesso dentro de uma unidade de conservação cujo formato e dimensões são definidos de acordo com aspectos históricos, culturais e naturais a serem protegidos.

§ 1º A Estrada-Parque tem como objetivo principal a integração do homem à natureza por meio do turismo ecológico, a proteção de aspectos histórico-culturais, a promoção da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

§ 2º A gestão da Estrada-Parque dar-se-á por um Conselho Consultivo a ser definido pela Administração Pública Federal.

§ 3º A implantação da Estrada-Parque deverá dar-se em parceria com o Estado em que estiver localizada a unidade de conservação.

§ 4º Para a implantação de uma estrada- parque, deverão ser obedecidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - estudo prévio de impacto socioambiental, cultural e econômico, devendo ser considerada a opinião das comunidades lindeiras às unidades de conservação;

II - implantação de guaritas para controle de acesso de veículos e pessoas;

III - pórtico com indicação de dados sobre a Estrada-Parque e os recursos naturais locais;

IV - controle do horário de acesso, do número e das características dos veículos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V - pavimentação que impeça impermeabilização do solo, vedado o asfaltamento de qualquer parte do percurso;
VI - sinalização rodoviária e turística;
VII - instalação de mirantes naturais e pontos de parada;
VIII - facilitadores de passagens para os animais, se necessário."

Art. 2º Fica estabelecida a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, a ser implantada no leito do Caminho do Colono, situado entre o km 0 e o km 17,5 da PR-495.

Art. 3º A Estrada-Parque Caminho do Colono tem por objetivos:
I - garantir a educação e a interpretação ambiental;
II - garantir o desenvolvimento rural sustentável das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná por meio do turismo ecológico e rural;
III - garantir a integração e a interação responsável e sustentável da população das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná com o Parque Nacional do Iguaçu;
IV - assegurar a efetivação da segurança nacional necessária em área de fronteira.

Art. 4º A juízo do órgão gestor da unidade de conservação, poderá ser instalado museu sobre a história da Estrada-Parque e os atributos naturais do Parque Nacional.

Art. 5º O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu ajustar-se-á às disposições desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo deverá regulamentar em até 45 dias a presente lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de projeto de lei que objetiva a interação da sociedade com os patrimônios naturais, visando a educação e a exploração comercial sustentável do turismo ecológico.

A Estrada do Colono, localizada no Parque Nacional do Iguaçu, teria sido implantada na década de 1920 durante a Coluna Prestes, sendo utilizada no período de colonização da região, na década de 1930.

Teve seu funcionamento autorizado por décadas, sendo fechada em 1986 por decisão liminar da 1ª Vara Federal de Curitiba/PR.

SF/19749.31280-65

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SF/19749.31280-65

Foi reaberta à força em maio de 1997, por ação da população local, e novamente obstada em julho de 1997, por ato do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por força de manifestação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 4º Região, que cassou a liminar concedida pela Justiça Federal do Paraná, legalizou-se o funcionamento da estrada em agosto de 1997. Poucos meses depois, considerando a decisão do Plenário do Tribunal, foi mais uma vez fechada.

Em 11 de janeiro de 1998, motivada pela inércia do Ministério do Meio Ambiente/Ibama em apresentar uma reformulação do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu, conforme acordado com a população local, houve nova reabertura forçada.

O funcionamento da estrada coordenado pelo "Movimento Popular Amigos do PNI (Parque Nacional do Iguaçu)" perdurou até 13 de junho de 2001. Nesta data, o Exército e a Polícia Federal cumpriram a ordem de reintegração de posse deferida pelo Supremo Tribunal Federa (STF) já em novembro de 2000, fechando o trecho.

Do início a meados de 2003, lideranças locais decidiram restabelecer o diálogo com o Ministério do Meio Ambiente/Ibama, o qual não restou frutífero. Efetuou-se então nova ocupação em 3 de outubro de 2003, integralmente dissolvida já em 7 de outubro.

Desde então a Estrada do Colono está fechada. Permanece, porém, o sentimento de descontentamento da população quanto à situação.

Sobre a questão existem diversas ações judiciais em curso, em especial a de n. 00.0086736-5, autuada na 1ª Vara Federal de Curitiba. Está ela em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo sido proposta pelo Ministério Público Federal para obter decisão judicial no sentido da impossibilidade de utilização da via.

Durante o longo período em que se discute e se realizam ações em favor de uma ou outra opinião, algumas delas até mesmo exageradas, pode-se afirmar que os objetivos daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

que defendem o funcionamento da Estrada do Colono passaram por uma profunda reestruturação.

Inicialmente, defendia-se que o fechamento do trecho inviabilizava economicamente os Municípios da região, pretendendo-se seu uso para escoamento da produção agropecuária. Visava-se o asfaltamento de seu leito; o trânsito de qualquer tipo e tamanho de veículo; o funcionamento em todos os horários, inclusive à noite etc.

Com o aprofundamento dos debates, bem como com a evolução do entendimento a respeito da proteção dos recursos naturais, essa pretensão foi alterada.

Nos dias atuais há uma avaliação totalmente diferenciada por parte de autoridades e população regional, que reclamam sua posição de protagonistas na defesa e interação com o Parque Nacional do Iguaçu.

Concebe-se que a estrada deve servir de estímulo à preservação da fauna e flora da unidade de conservação, situação a ser obtida pela ruptura da idéia de que o parque apenas traz prejuízos para a população a ele relacionada.

Retrato desta afirmativa é a proposição, por parte dos representantes legais dos Municípios envolvidos na questão, de conciliação judicial no bojo do recurso judicial em apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Sustenta-se que uma decisão que atribua razão a uma ou a outra parte (defensores do fechamento x defensores da abertura) não resolverá a situação histórica e complexa da Estrada do Colono.

Somente um ajuste entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e atual gestor do mencionado Parque, o Ministério Público e os Municípios afetados poderá traduzir uma solução viável para o caso.

E justamente por essa razão o TRF4 acatou a solicitação, suspendendo o feito e determinando a sua remessa para o sistema de conciliação daquele Tribunal.

SF/19749.31280-65

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

A decisão foi comentada pelos Prefeitos dos Municípios de Medianeira, Capanema e Serranópolis do Iguaçu. Em texto publicado na edição do Jornal de Beltrão de 3.12.2009, assim registraram:

SF/19749.31280-65

"Na última terça feira, dia 1º de dezembro de 2009, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre (TRF4) decidiu, por unanimidade, suspender o julgamento do processo que discute o fechamento da Estrada do Colono [...] De forma corajosa, a Corte Federal atendeu ao pleito dos municípios lindeiros à reserva, com a determinação de que seja designada uma audiência de conciliação entre todos os envolvidos, a fim de buscar uma solução consensual que efetivamente seja capaz de por fim ao conflito que originou esta demanda.

[...] como bem observou o TRF4, uma solução meramente processual não será capaz de resolver o conflito subjacente. Além disso, fato é que não mais existe um antagonismo entre os municípios lindeiros, seus habitantes e a administração do Parque Iguaçu, pois houve um amadurecimento de parte a parte, sendo a necessidade de sua preservação um indiscutível consenso.

Afinal, se em meados dos anos 80 o Governo do Paraná tinha a intenção de asfaltar a estrada, tal ideia hoje está completamente descartada. Portanto, se não há mais espaço para esse radicalismo (no sentido de intensificar a utilização do caminho), igualmente não pode haver espaço para o extremo oposto, qual seja, pura e simplesmente interditar e completamente negar a sua existência e importância histórica e cultural para os habitantes da região.

A virtude que aqui se busca está no meio termo entre dois extremos, conciliando interesses para o bem comum.

Assim, sejam quais forem as condições estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes para a reabertura do caminho, os municípios estão dispostos a aceitar. [...]

Só não aceitarão que se negue e se continue a negar a importância da estrada para aqueles que lá vivem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Reaberta a estrada, estamos certos que a população lindeira deixaria de ver o Parque do Iguaçu apenas como um ônus ao seu desenvolvimento e passaria a efetivamente interagir com ele, o que hoje não acontece. [...] congraçar a população lindeira com o Parque do Iguaçu será muito mais eficiente para a sua preservação do que simplesmente isolá-la e desconsiderá-la [...]" (grifos não existentes no original).

SF/19749.31280-65

Iniciando o processo direcionado a obter conciliação ao caso, no dia 12 de março de 2010 foi realizada reunião entre o Desembargador do TRF4, Dr. Álvaro Eduardo Junqueira, os Prefeitos das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e este Parlamentar.

Na oportunidade foi reforçada a decisão política de estabelecer o funcionamento ambientalmente sustentável da Estrada do Colono, postura também aceita e apoiada pela sociedade em geral.

Essa proposta traduz-se na idéia de implantação de Estrada-Parque no antigo leito da Estrada do Colono, obedecendo a uma série de requisitos que garantam a sua sustentabilidade.

São eles: impossibilidade de ocupação de áreas contíguas à estrada, como pretendido em projetos de lei pretéritos; instalação de guaritas para controle do ingresso de pessoas e veículos, em especial quanto ao porte e características desses; estabelecimento de horário restrito para circulação; presença de informações sobre a estrada e os recursos naturais da unidade de conservação; vedação do asfaltamento do trecho; controle de velocidade; possibilidade de contemplação e interação com a natureza; facilitadores de passagens para os animais.

Estradas-Parques nesses moldes são uma realidade no Brasil e no mundo. No plano nacional, cita-se a Estrada-Parque de Itu em São Paulo, a EstradaParque do Pantanal em Mato Grosso do Sul, a Estrada-Parque da Serra do Guararú em São Paulo, entre outras, todas elas muito bem sucedidas em seus propósitos.

Tem-se, ainda, a Estrada-Parque que liga Capelinha (MG) a Visconde de Mauá, Distrito de Resende (RJ), atualmente em fase de implantação. Integra ela o Programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), recebendo investimentos do Ministério do Turismo e da Secretaria de Obras do Estado do RJ.

A presente proposição legislativa visa, portanto, consolidar a resolução política regional sobre o tema, fruto de um longo processo de evolução sobre o uso racional e sustentável da Estrada do Colono.

Ademais, objetiva ela permitir que o Exército Brasileiro possa utilizar do trecho para realizar ações direcionadas a garantir a segurança nacional, em especial em situações excepcionais. A localização da via é estratégica e, a exemplo de estrada existente no Parque no lado Argentino, deve ser empregada também com este propósito.

Solicita-se então o apoio dos nobres colegas à proposta, que trará benefícios para o Parque Nacional do Iguaçu, bem como à população das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

SF/19749.31280-65

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do SNUC - 9985/00
https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9985

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

O Projeto de Lei nº 811, de 2019, vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Meio Ambiente, cabendo à última decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Proposta de Emenda à Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2019

Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR) (1º signatário), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em 14/02/19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2019

(De autoria do senador Oriovisto Guimarães e outros)

Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

SF/19843.86006-64

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Inclua-se, no art. 93 da Constituição Federal, o seguinte inciso XVI:

"**Art. 93.** .....

.....

XVI – a decisão condenatória proferida por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente, independentemente do cabimento de eventuais recursos." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No sistema processual recursal brasileiro existe um excessivo número de recursos que induz a uma situação de preocupante ineficiência da aplicação na lei penal no país, dando à população uma grave sensação de insegurança e de impunidade.

Essa situação não pode mais continuar nos dias atuais. Urge a adoção de alterações legislativas (constitucionais e infraconstitucionais) a fim de dar uma resposta satisfatória à grave crise de insegurança pública vivida atualmente, bem como aos inúmeros casos de corrupção que parecem não ter fim em nosso triste noticiário.

Página: 1/6 12/02/2019 16:25:59
c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

Recebido em 14 / 2 / 19
Hora: 14:50
Matrícula: 231013 SLSF/SGM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Quando se entende que a aplicação da pena depende do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, tem-se uma grave consequência: a utilização da via recursal passa a servir para retardar o cumprimento da sanção penal, o que só aumenta o sentimento de impunidade generalizado entre os brasileiros. No modo em que se apresenta, o sistema recursal brasileiro, estruturado em quatro níveis recursais, estimula e possibilita a impunidade.

Tendo em mente essa preocupação, propomos a emenda constitucional ora apresentada, no sentido de dar efetividade às condenações penais por órgãos de segunda instância. Com a alteração ora pretendida, as condenações penais em segunda instância terão imediata aplicabilidade, e a eventual interposição dos recursos extraordinário e especial não obstarão o trânsito em julgado da decisão. Dessa forma, vamos ao encontro da atual jurisprudência do STF.

Sem prejuízo ao cidadão de ver a questão controvertida suscitada nos Tribunais superiores vir a ser acatada e reformada a decisão condenatória, se for o caso, por um lado. Mas, por outro lado, sem prejudicar o imediato cumprimento da pena e a efetividade da Justiça.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares nesta missão.

Sala das Sessões,

01Assinatura: _____ Nome: ORIOVISTO GUIMARÃES

02 Assinatura: _____ Nome: FLÁVIO ARNS

SF/19843.86006-64

Página: 2/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

03 Assinatura: Nome: SERGIO OLYMPIO GOMES

04 Assinatura: Nome: FLÁVIO BOLSONARO

05 Assinatura: Nome: Selma Arruda

06 Assinatura: Soraya Thronicke Nome: Soraya Thronicke

07 Assinatura: Nome: Jarbas Vasconcelos

08 Assinatura: Nome: LASIER

09 Assinatura: Nome:

10 Assinatura: Nome: Jorge Kajuru

11 Assinatura: Nome: REGUFFE

12 Assinatura: Nome: RODRIGO CUNHA

13 Assinatura: Nome: ALANDONTE RODRIGUES

14 Assinatura: Nome: DANIELLA RIBEIRO

15 Assinatura: Nome:

16 Assinatura: Nome: Eduardo Girão

17 Assinatura: Nome: Romário Faria

18 Assinatura: Nome: LUIZ EDUARDO GIRÃO

19 Assinatura: Nome: Jorginho Mello

20 Assinatura: Nome: ALESSANDRO VIGINA

SF/19843.86006-64

Página: 3/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

21 Assinatura: Nome: FABIANO CONTARATO.

22 Assinatura: Nome: Marilza Gomes.

23 Assinatura: Nome: Vera Bana

24 Assinatura: Nome: LUIS CARLOS HEINZE

25 Assinatura: Nome: Rose de Freitas

26 Assinatura: Nome: E. AMIN

27 Assinatura: Nome: VANDERLAN. GOIÁS

28 Assinatura: Nome: Eliziane Gama

29 Assinatura: Nome: TASSO

30 Assinatura: OTTO ALENCAR ~~Carlos Viana~~ Nome:

31 Assinatura: Carlos Viana Nome:

32 Assinatura: Mara Gabrilli Nome:

33 Assinatura: Nome:

34 Assinatura: Nome:

35 Assinatura: Nome:

36 Assinatura: Nome:

SF/19843.86006-64

Página: 4/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

VII o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII-A a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a , b , c e e do inciso II; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

SF/19843.86006-64

Página: 5/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

XI nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XV a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

SF/19843.86006-64

Página: 6/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
    - parágrafo 3º do artigo 60
    - artigo 93
    - inciso XVI do artigo 93
- Emenda Constitucional nº 19, de 1998 - Reforma Administrativa (1998) - 19/98
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;19
- Emenda Constitucional nº 20, de 1998 - Reforma Previdenciária (1998) - 20/98
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;20
- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - EMC-45-2004-12-08 , PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 26, DE 2019

Realização de sessão especial, em 8 de março do corrente, destinada a celebrar o Dia Internacional da Mulher.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

À publicação!
Em 14/2/2019

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/19591.26548-60 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 26 DE /2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 08/03/2019, a fim de celebrar o **Dia Internacional da Mulher,** comemorado anualmente em 08 de março.

JUSTIFICAÇÃO

A ideia de criar o Dia da Mulher surgiu no final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho, e pelo direito de voto.

Em 26 de agosto de 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhaga, a líder socialista alemã Clara Zetkin propôs a instituição de uma celebração anual das lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2019.

be1cdb4ac21b813d431be551fb4f05073da5fdfb Página: 1/2 13/02/2019 10:16:51

Recebido em 14/02/19
Hora 10:30
Eduardo Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 08/03/2019, a fim de celebrar o Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente em 08 de março.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador

Nome do Senador	Assinatura
ZENAIDE	
MAIA FERNANDES	
MAILZA	
Vanda Barros	
IRADÁ	
ROSE	

SF/19591.26548-60 (LexEdit)
Página: 2/2 13/02/2019 10:16:51
be1cdb4ac21b813d431be551fb4f05073da5fdfb

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 27, DE 2019

Realização de sessão especial, em 22 de março do corrente, destinada a homenagear o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

À publicação
Em 14/2/2019
L. Martins

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/19282.08617-98 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 27 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 22/03/2019, destinada a homenagear o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

JUSTIFICAÇÃO

Esta é uma importante data que reforça a luta contra o preconceito racial em todo o mundo. A luta contra a discriminação racial só começou a se intensificar no Brasil após a Constituição Federal de 1988, que prevê o crime de racismo como inafiançável e imprescritível.

O Dia Internacional contra a Discriminação Racial foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao "Massacre de Shaperville", em 21 de março de 1960.

Nesta data, aproximadamente vinte mil pessoas protestavam contra a "lei do passe", em Joanesburgo, na África do Sul. Esta lei obrigava os negros a andarem com identificações que limitavam os locais por onde poderiam circular dentro da cidade.

Página: 1/2 13/02/2019 10:29:09
e532b202732a9e313dff690cba5967ffbe262e2

Recebido em 14/02/19
Hora 10:30
Eduardo Nunes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Tropas militares do Apartheid atacaram os manifestantes e mataram 69 pessoas, além de ferir uma centena de outras.

Em homenagem à luta e memória desses manifestantes, o Dia Internacional contra a Discriminação Racial é comemorado em 21 de março.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2019.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador

Nome do Senador	Assinatura
ZENAIDE	
TELMARIO	
MAILZA	
LEILA	
IRACÁ	
ROSE	

SF/19282.08617-98 (LexEdit)
Página: 2/2 13/02/2019 10:29:09
e532b202732a9e313dff6900cba5967ffbe262e2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 28, DE 2019

Realização de sessão especial, em 3 de maio do corrente, destinada a comemorar o Dia do Trabalho.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

À publicação
Em 14/2/2019

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/19630.50700-23 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 28 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/05/2019, a fim de lembrar o **Dia do Trabalho,** celebrado anualmente em 1º de maio,e prestar homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

JUSTIFICAÇÃO

A data desta celebração tem origem no ano de 1889, em Paris, foi criada para homenagear a manifestação feita pelos trabalhadores americanos de Chicago em 1886 que reivindicavam melhores condições de trabalho nas fábricas e redução da jornada de trabalho de 13 horas para 8 horas. Estes protestos ficaram conhecidos como a Revolta de Haymarket.

Em 1919 esta data passou se tornou feriado na França e no ano seguinte, em 1920, também passou a ser feriado nacional na Rússia. No Brasil a data

é comemorada desde o ano de 1895 e veio a se constituir como feriado a partir do ano de 1925 após decreto do então presidente Artur Bernardes.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2019.

Página: 1/2 13/02/2019 10:06:21
2d60a438eff9db2d096c992c01de7b88a91f9155

Recebido em 14/02/19
Hora 10:30
Estagiário - SLSF/SGM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/05/2019, a fim de lembrar o Dia do Trabalho, celebrado anualmente em 1º de maio,e prestar homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador

Nome do Senador	Assinatura
ZENAIDE	
Telmário	
MAILZA	
ZEILA	
IRACÁ	
ROSE	

SF/19630.50700-23 (LexEdit)
Página: 2/2 13/02/2019 10:06:21
2d60a438eff9db2d096c992c01de7b88a91f9155

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 29, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

AUTORIA: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

SF/19276.22556-31

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, responsável pelo plano de ação do Governo Federal para recuperação de barragens. Objetivo é ter informações adicionais sobre os planos de recuperação para as barragens de Tocantins, na região Norte, considerando que quatro das represas no Estado estão comprometidas e 527 estruturas ainda não foram monitoradas quanto ao risco e dano potencial, segundo laudos recentes da Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins):

* Quais são as ações do Ministério do Desenvolvimento Regional previstas para as barragens da região Norte, em especial no estado de Tocantins, com potencial alto ou categoria de risco, como os projetos de irrigação do Rio Formoso, em Formosos do Araguaia e em Darcinópolis, e de rejeitos de minérios, semelhantes à que rompeu em Brumadinho, localizadas em Arraias, Chapada da Natividade e Taipas do Tocantins?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

SF/19276.22556-31

* Qual a situação do projeto envolvendo a revitalização das barragens do Projeto Rio Formoso e a programação para o empenho dos recursos por parte da União para as barragens dessa localidade, considerando que o processo de licitação foi iniciado em 2017?

* Que ações complementares estão sendo adotadas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, para viabilizar as vistorias e análises das estruturas na Região Norte do Brasil, em especial no Tocantins?

JUSTIFICAÇÃO

O rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), que matou mais de 160 pessoas e mais de 150 ainda desaparecidas, três anos após o grave acidente na barragem em Mariana (MG), controlada pela Samarco Mineração S.A., aumentou as dúvidas sobre a situação da segurança não apenas das barragens de rejeitos de minérios no Brasil, mas também das destinadas à geração de energia e localizadas em projetos de irrigação distribuídos nas cinco regiões do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

SF/19276.22556-31

Laudos recentes das Agências Nacionais de Águas (ANA), de Mineração (ANM), de Energia Elétrica (ANEEL) e do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) apontaram problemas "com dano potencial alto ou categoria de risco" em quatro barragens no Estado de Tocantins: três no Projeto Rio Formoso, em Formoso do Araguaia, e uma em Darcinópolis. Segundo dados do Naturatins, existem projetos, já licitados desde 2017, que aguardam finalização de processo junto ao Governo Federal para permitir revitalização de barragens em áreas de irrigação. De 670 barragens existentes em Tocantins, apenas 143 foram vistoriadas e classificadas quanto ao risco e dano ambiental e as monitoradas apresentaram indícios de irregularidades. O presente requerimento, torna-se, portanto, necessário, pois fatos recentes, amplamente divulgado no Brasil e internacionalmente, têm mostrado que tais acidentes poderiam ser evitados no Brasil. A segurança das barragens, seja de rejeitos de minérios ou destinadas à irrigação ou geração de energia, precisa ser garantida por meio de supervisão contínua para o efetivo desenvolvimento regional, sem impactos danosos às comunidades que delas dependem.

Sala das Comissões,

Senadora **Kátia Abreu**
(PDT/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 30, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/19288.43591-59 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, informações sobre a proposta de municipalização da saúde indígena e seus efeitos sociais e impactos financeiros.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais estudos técnicos amparam a intenção do Ministério da Saúde em municipalizar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena? Encaminhar cópia integral desse estudo.
2. O Ministério da Saúde dispõe de análises e resultados sobre a potencial melhoria no atendimento e na prestação do serviço de saúde à população indígena, que decorreriam da municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena? Transcrever nas informações a serem prestadas essas análises e respectivos resultados, encaminhando cópia integral desses documentos.
3. Qual o impacto financeiro e orçamentário públicos decorrem da proposta de alteração do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da União para os Municípios? Encaminhar cópia integral dos impactos financeiros e orçamentários da União e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/19288.43591-59 (LexEdit)

Municípios que direta e indiretamente são atingidos por essa alteração estrutural?

4. Quais os Municípios que passarão a gerir os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)? Há tratativas prévias entre o Ministério da Saúde e os Municípios que assumirão a gestão pelo serviço do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena?
5. Com a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, a União continuará sendo a responsável, com seus recursos próprios, por financiar esse Subsistema?
6. Quais medidas preventivas serão adotadas para evitar e combater casos de corrupção e deficiências no atendimento e prestação de serviço, que marcaram durante décadas o subsistema de saúde indígena do Sistema Único de Saúde então gerido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa)?
7. Quais medidas serão adotadas para evitar a descontinuidade das ações e serviços de saúde da população indígena, na hipótese de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena?

JUSTIFICAÇÃO

Durante a reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CSN, realizada em 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que pretende promover uma mudança na área de saúde indígena do País, anunciando o projeto de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SasiSUS), vinculado a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Diversas entidades denunciam essa proposta, entendendo como grave ameaça à saúde indígena, uma vez que "a municipalização da gestão do SasiSUS/

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SESAI implicará um ônus insuportável aos usuários do sistema, que se verão ainda mais desamparados pelo Estado e, por isso, é vista como um atentado contra a saúde pública e a dignidade dos brasileiros e das brasileiras, além de violar frontalmente a Política Nacional de Assistência à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e o disposto pelos arts. 196, 197, 198, 200, 231 e 232, da Constituição Federal, sendo inaceitável o retrocesso social proposto pela referida pasta Ministerial"[1].

SF/19288.43591-59 (LexEdit)

No mesmo sentido, representantes dos povos indígenas afirmam que as mudanças ventiladas na política de saúde indígena colocam em questão a Lei nº 9.836, de 1999. A normativa estabelecia, há 20 anos, que cabe a União, com recursos próprios, financiar o subsistema. Denunciam ainda outros riscos: os cuidados podem passar para as mãos da atenção básica dos Municípios, engrossando as filas regulares do SUS; bem como podem significar o retorno de experiências negativas ocorridas em décadas passadas. Explica-se, entre 1999 até meados de 2010 a saúde dos povos era executada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com força de trabalho contratada pelos municípios. Essa articulação, muitas vezes, não acontecia a contento e situações de desassistência eram frequentes. A solução encontrada foi a centralização de todas as ações com a União, que agora pode ser desarrumada.

É fato relevante constatar que a possível municipalização da saúde indígena, nos parece, ainda não foi discutida com as cidades. Tal tratativa deve ser realizada, pois não há condições dos municípios assumirem uma nova conta, na medida em que eles têm bancado em demasia a conta do SUS. Sabe-se que muitas prefeituras sequer tem capacidade de ampliar a rede de profissionais de saúde para não chocar com a lei de responsabilidade fiscal.

Vale lembrar[2] que política de saúde para os povos indígenas é uma das questões mais delicadas e problemáticas da política indigenista. Sensíveis às enfermidades trazidas por não-índígenas e, muitas vezes, habitando regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SF/19288.43591-59 (LexEdit)

remotas e de difícil acesso, as populações indígenas são vítimas de doenças como malária, tuberculose, infecções respiratórias, hepatite, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Desde a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, diferentes instituições e órgãos governamentais se responsabilizaram pelo atendimento aos índios. As diretrizes foram alteradas diversas vezes, mas, com exceção de casos pontuais, em nenhum momento a situação sanitária nas aldeias foi realmente satisfatória. Em 1999, uma política de descentralização do atendimento, mediante a assinatura de convênios com prefeituras e instituições da sociedade civil, reduziu a ação direta do Estado e implementou 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), gerando alguns resultados positivos.

O subsistema de saúde indígena do Sistema Único de Saúde era então gerido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que, durante anos, foi alvo de denúncias ligadas a corrupção e deficiências no atendimento. O movimento indígena lutou para que a gestão da saúde indígena passasse às mãos de uma secretaria específica, diretamente vinculada ao Ministério da Saúde – demanda que foi atendida pela Presidência da República no ano de 2010.

Os DSEIs são, atualmente, de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), e foram delimitados a partir de critérios epidemiológicos, geográficos e etnográficos. Cada DSEI possui um conjunto de equipamentos que permite a realização do atendimento de casos simples, ficando as ocorrências de alta complexidade a cargo de hospitais regionais, implicando em um aparato para remoção dos doentes.

O controle social se dá por meio dos Conselhos Indígenas de Saúde (Condisi), que garantem, ao menos no plano da legislação, a participação dos índios na gestão dos DSEIs. Os conselheiros são escolhidos pelas comunidades atendidas e participam de reuniões periódicas organizadas pelos gestores de cada DSEI. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

prática, a relação entre os povos indígenas e esses gestores é tensa, permeada por problemas relacionados à gestão e a aplicação de recursos.

SF/19288.43591-59 (LexEdit)

1. Manifesto em defesa do subsistema de atenção à saúde indígena, do Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde Indígena (SINDCOPSI)

2. Histórico disponível em. Acesso em 13 fev. 2019

Sala das Sessões, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2019-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO)

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 324, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre
RELATOR: Senador Gladson Cameli

09 de Setembro de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

2

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 324, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que *institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências*.

Relator: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

A proposição em análise determina que as novas edificações, de qualquer natureza, sejam projetadas e construídas com vistas ao aproveitamento de águas pluviais e ao seu reúso para fins não consuntivos em áreas comuns. As construções existentes deverão ser adaptadas quando técnica e financeiramente viável. Nesse sentido, a emissão de cartas de habite-se de futuras edificações fica condicionada ao atendimento dessa exigência.

O autor, Senador Donizeti Nogueira, informa que a proposição tem por objetivo reduzir o desperdício de água limpa, restringindo a sua demanda, mediante substituição por água de qualidade inferior em atividades de limpeza que não exijam consumo direto. O aproveitamento de águas pluviais seria necessário para mitigar a crise hídrica mundial, que tende a se agravar nas próximas décadas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Nos termos dos art. 104-A do Regimento Interno, incumbe a esta Comissão opinar sobre o mérito da matéria. A análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa será feita pela CMA.

Procede a preocupação do autor quanto à necessidade de se reduzir o consumo de água doce no planeta.

As mudanças climáticas decorrentes do efeito estufa estão alterando a distribuição global de recursos hídricos, provocando catástrofes e inundações em algumas regiões e escassez de água em outras. Outro fator a ser considerado é a urbanização e elevação do nível de renda de segmentos expressivos da população, especialmente nos países em desenvolvimento, que aumenta a demanda por recursos hídricos. Esse fenômeno está presente também em nosso País. Apesar da abundância de recursos hídricos, o Brasil enfrenta uma crise hídrica preocupante, decorrente da queda dos índices pluviométricos e do maior consumo de água pela população.

Nesse contexto, o aproveitamento da água das chuvas apresenta-se como uma alternativa viável e eficiente de economia desse recurso natural limitado. A maior parte dos usos da água não exige a sua potabilidade, que é o grau de qualidade fornecido pelas distribuidoras às edificações urbanas. Assim sendo, o reúso das águas pluviais deve ser estimulado, como forma de redução da água captada dos cursos d'água e do esgoto a ser tratado.

Consideramos, entretanto, que o sistema proposto pode não ser economicamente viável em pequena escala, pois proprietários de pequenos imóveis geralmente não têm condições financeiras de arcar com os custos de instalação e de manutenção. Dessa forma, apresentamos emenda no sentido de reduzir a abrangência da proposição, de modo a tornar obrigatório o reúso de água apenas para condomínios residenciais, edificações comerciais e residências com mais de 300 metros quadrados de área construída.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 324, de 2015, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

4

3

EMENDA Nº 01-CDR

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 1º Fica instituído para as novas edificações residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, a inclusão no projeto técnico da obra de item referente a sistemas de captação e aproveitamento de águas pluviais e seu reúso para fins não consuntivos em áreas em comuns.
>
> § 1º As construções já existentes, quando possível, deverão ser adequadas à nova lei de acordo com a viabilidade técnica e financeira;
>
> § 2º O disposto no caput será obrigatório para as novas edificações privadas de qualquer natureza com área construída igual ou superior a 300 (trezentos) m².
>
> ....."

EMENDA Nº 02-CDR

Substitua-se no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, a palavra "construídos" por "construídas".

Sala da Comissão, em 09 de setembro de 2015.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente

Senador Gladson Cameli, Relator

vc2015-06768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CDR
Data: 09 de setembro de 2015 (quarta-feira), às 09h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
José Pimentel (PT)	1. Walter Pinheiro (PT)
Paulo Rocha (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Humberto Costa (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	4. VAGO
Gladson Cameli (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Hélio José (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	5. Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Dalirio Beber (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSB)
Ronaldo Caiado (DEM)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB)	2. Douglas Cintra (PTB)

SCOM/CDR
Senado Federal
PLS nº 324 de 2015
Fls. 09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 3, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar o servidor **PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO**, matrícula nº 50560, do cargo de Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-04, a partir desta data, permanecendo em exercício na mesma Secretaria.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 6729-1-S1 de 12/02/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA/NOMEAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 4, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar o servidor **ALESSANDRO MORALES MARTINS**, matrícula nº 270160, do cargo de Chefe do Escritório Setorial de Gestão da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-02 e nomeá-lo para o cargo de Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-4, a partir desta data.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 6729-1-S1 de 12/02/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 5, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar o servidor **ALEX ANDERSON COSTA NOBRE**, matrícula nº 50912, do cargo de Coordenador-Geral da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-03, a partir desta data, permanecendo em exercício na mesma Secretaria.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 6729-1-S1 de 12/02/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA/NOMEAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 6, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar o servidor **GILVAN VIANA XAVIER**, matrícula nº 270110, do cargo de Chefe do Serviço de Proteção Presidencial da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-02 e nomeá-lo para o cargo de Coordenador-Geral da Secretaria de Polícia do Senado Federal, símbolo FC-3, a partir desta data.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 6729-1-S1 de 12/02/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

DECISÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Acolho a manifestação da Secretaria-Geral da Mesa expressa na Nota Técnica nº 01, de 2019, e, por seus mesmos fundamentos, indefiro o recurso apresentado pelo Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira e outros, contra o arquivamento do Requerimento nº 12, de 2019.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

NOTA TÉCNICA Nº 01/2019

Sobre o Recurso do Senador Alessandro Vieira e outros, que solicita devolução dos originais do Requerimento nº 12, de 2019, relativo a criação de CPI.

Exmo. Sr. Presidente,

I - RELATÓRIO

No exercício das atribuições previstas no art. 71 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, a Secretaria-Geral da Mesa oferece a presente Nota Técnica a V.Exa., como subsídio para decisão relativamente ao recurso do Senador Alessandro Vieira e outros.

O recurso apresentado pelo senador Alessandro Vieira requer a devolução a S.Exa. dos originais do Requerimento nº 12, de 2019, relativo a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a "investigar o exercício exacerbado de suas atribuições por parte dos membros dos Tribunais Superiores do país".

Sustenta sua pretensão no disposto no parágrafo único do art. 244, que assim reza:

> Parágrafo único. Nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores, se, com a retirada de assinatura, esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O requerimento de criação da CPI em questão foi protocolado no dia 7 de fevereiro de 2019, contendo 27 assinaturas validadas de senadores, sofrendo, nos dias seguintes, retirada de 3 assinaturas, nos termos em que autoriza o *caput* do mesmo art. 244:

> Art. 244. Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação.

Por esse motivo, V. Exa., na presidência da sessão do dia 11 de fevereiro, assim se pronunciou:

> Há outro requerimento apresentado, tendo como primeiro signatário o Senador Alessandro Vieira. O requerimento não contém o número de 27 assinaturas. A Constituição prevê, em seu art. 58, §3º, que requerimentos de CPIs devem conter, no mínimo, um terço das assinaturas dos Senadores e/ou Deputados, o que, no caso, representaria 27 Senadores.
>
> O requerimento, apesar de ter sido apresentado com 27 assinaturas, sofreu duas retiradas, chegando a 25 signatários, e, assim, deixa de atender ao que exige a Constituição.
>
> Enfim, deixa de ser lido o requerimento, por não conter o número de 27 assinaturas, como determina a Constituição Federal, no seu art. 58, §3º, e o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 145.
>
> Determino que o requerimento vá para o Arquivo.

Destaque-se que, pouco após a fala de V. Exa., foi formalizada a terceira retirada de assinatura do requerimento original.

Como é amplamente conhecido, o art. 58, § 3º da Constituição Federal prevê a instalação de comissões parlamentares de inquérito quando elas contarem com o apoio de um terço dos parlamentares de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ou de ambas as Casas do Poder Legislativo, o que, no caso, significaria 27 senadores.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE

Sem dúvida, a norma regimental que se aplica ao caso, como apontado pelo Senador Alessandro Vieira em seu recurso, é mesmo o parágrafo único do art. 244, que peço licença para reproduzir:

> Parágrafo único. Nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores, se, com a retirada de assinatura, esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário.

Ocorre que, diferentemente do que alegam os recorrentes, **o limite mínimo de 27 assinaturas foi, sim, alcançado**. E tanto o foi que o requerimento de criação da CPI foi objeto de retirada de assinaturas que inviabilizaram a constituição da Comissão.

Em qual hipótese o limite de 27 assinaturas não seria alcançado, ensejando uma devolução ao autor? Em duas hipóteses: 1) caso o requerimento não tivesse alguma ou algumas de suas assinaturas validadas, ou seja, caso a caligrafia não fosse coincidente com o Livro de Assinaturas mantido pela Secretaria-Geral da Mesa; ou 2) caso os requerimentos de retirada tivessem sido recebidos antes do próprio requerimento de CPI (o que já ocorreu por diversas vezes) e, ao protocolar, o requerimento principal já não fossem atingidas as 27 assinaturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vale destacar que essa situação quase ocorreu neste caso: o requerimento foi entregue com exatas 27 assinaturas, mas uma delas não foi validada por divergir do padrão registrado no Livro de Assinaturas. O requerimento, assim, seria devolvido ao primeiro signatário. Ocorre que, alertado, o senador autor da assinatura divergente procurou a Secretaria-Geral para assinar de novo o requerimento, dessa vez de forma coincidente com o Livro de Assinaturas.

Em outras palavras, se a ausência do número mínimo de assinaturas fosse um vício "de origem", por assim dizer, algo que maculasse o requerimento na ocasião da validação de seu protocolo, ele seria devolvido, por não haver alcançado a exigência constitucional e regimental do limite mínimo.

No entanto, o requerimento, saneado da assinatura divergente, cumpriu os requisitos constitucionais e portanto, sim, alcançou o número de 27 subscritores. A partir daí, iniciou-se um processo legislativo que foi objeto de outros 3 requerimentos de retirada de assinatura, dos senadores Tasso Jereissati, Kátia Abreu e Eduardo Gomes.

O fato de que o número mínimo foi, sim, atingido, fica muito claro das palavras de V.Exa. no Plenário, que volto a transcrever:

> (...)
>
> O requerimento, apesar de ter sido apresentado com 27 assinaturas, sofreu duas retiradas, chegando a 25 signatários, e, assim, deixa de atender ao que exige a Constituição.
>
> (...)
>
> Determino que o requerimento vá para o Arquivo.

Ora, uma vez iniciado o processo legislativo, já com três requerimentos apensos (quando foi despachado ao arquivo eram apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dois), não é mais possível efetuar a devolução ao primeiro signatário, para o bem da manutenção dos anais e da documentação histórica da Casa.

Repito: a norma que prevê a devolução existe para requerimentos de CPIs que nunca alcançaram o número mínimo, seja por divergência de assinatura, seja por retirada prévia ao protocolo do requerimento em si, que só se consubstancia com a validação das assinaturas e contagem das válidas. Nesse caso, o que se deu foi uma retirada de assinaturas *a posteriori*, quando o número mínimo já havia sido atingido e validado e, portanto, afasta a aplicação do parágrafo único do art. 244.

Essa é uma análise meramente regimental quanto ao pleito contido no recurso. Mas passemos a uma análise mais ampla, observando os costumes da Casa que, conforme toda a Teoria do Direito, é igualmente fonte da prática administrativa.

Nos últimos 20 anos (5 Legislaturas) o Senado Federal conviveu com os seguintes quantitativos de comissões parlamentares de inquérito:

Legislatura	CPIs efetivamente instaladas	CPIs derrubadas por falta de assinaturas
51ª	5	3
52ª	17	1
53ª	11	5
54ª	12	1
55ª	15	1

A derrubada de uma CPI por falta de assinaturas é um "ponto fora da curva": ordinariamente, elas são apresentadas com farto número de subscritores e não sofrem retiradas: antes, costumam receber acréscimos. Veja-se o exemplo da recente CPI "de Brumadinho", objeto do Requerimento nº 21, de 2019, que contou com 42 subscritores e nenhuma retirada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Porém, em temas politicamente sensíveis ou tecnicamente polêmicos, verifica-se, ocasionalmente, a retirada de assinaturas. A Secretaria-Geral da Mesa realizou levantamento descritivo do destino de cada uma dessas 11 CPIs que foram inviabilizadas pela retirada de assinaturas:

1 - CPMI do Sistema Financeiro (Req. s/n, de 1999)

Em 8 de abril de 1999, o Presidente do Senado remeteu ao arquivo o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar ilicitudes no sistema financeiro em virtude da retirada de assinaturas de sete senadores e seis deputados.

2 - CPI do Credenciamento de Bingos (Req. 695, de 1999)

Em 11 de novembro de 1999, a Presidência comunicou ao Plenário que o Requerimento 695/1999 já não continha o número mínimo de assinaturas e determinou seu envio ao arquivo, e não ao primeiro signatário, que era o Senador Osmar Dias.

3 - CPMI da Corrupção (Req. s/n, de 2001)

O Requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Corrupção contava com a assinatura de 182 deputados e 29 senadores quando foi lido, em 09 de maio de 2001. Após a retirada de assinatura de 20 deputados, ela deixou de reunir as condições para sua instalação, sendo remetida ao arquivo.

4 - CPI das contas CC-5 (Req. s/n, de 2003)

No dia 30 de maio de 2003, o Senador Antero Paes de Barros propôs essa CPI que seria uma tentativa precursora da ruidosa CPMI do Banestado, criada tempos depois. Após a retirada de assinaturas, o requerimento foi destinado ao arquivo.

5 - CPMI da Operação Navalha (Of-CN 25, de 2007)

Protocolado em 08 de novembro de 2007, tendo como primeiro signatário o deputado federal Augusto Carvalho, esta comissão parlamentar mista de inquérito sofreu retirada de assinaturas e foi destinada ao arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

6 - CPMI do Futebol (Req. s/n, de 2007)

O requerimento tinha originalmente a assinatura de 209 deputados e 38 senadores. No entanto, após vários requerimentos de retirada e de aditamento de assinaturas, alguns do mesmo signatário, a CPMI acabou com assinaturas de apenas 168 deputados, sendo encaminhada ao arquivo.

7 - CPI do DNIT (Req. 277, de 2009)

O requerimento foi lido em Plenário em 24/03/2009, mas sofreu quatro retiradas de assinaturas, o que levou a Presidência a remetê-la ao arquivo, e não devolvê-la ao seu autor, senador Mário Couto.

8 - CPI da Transpetro (Req. 570, de 2009)

O Requerimento 570/2009 foi lido em Plenário no dia 15/05/2009, tendo sido retiradas assinaturas na sequencia, o que levou a Presidência a remeter a matéria ao Arquivo em 18/05/2009.

9 - CPI do Apagão Intelectual (Req. 571, de 2009)

Contemporânea à CPI da Transpetro, esta CPI foi igualmente despachada ao arquivo após a retirada de assinaturas.

10 - CPI dos Planos de Saúde (Req. s/n, de 2012)

O senador Magno Malta protocolou requerimento em 05 de novembro de 2012, contendo mais de 27 assinaturas, que, no entanto, foram retiradas antes da validação, o que levou à devolução do requerimento ao seu autor.

11 - CPI dos Fundos de Pensão (Req. 337, de 2015)

O Requerimento nº 337, de 2015, foi lido na sessão de 08 de abril de 2015, sofrendo naquele mesmo dia várias retiradas de assinaturas que o deixaram abaixo do mínimo exigido, sendo assim remetido ao arquivo no dia seguinte.

Em resumo, os 11 precedentes de retiradas de assinaturas ao longo dos últimos 20 anos evidenciam que, uma vez havendo retiradas de assinaturas de um requerimento de CPI que originalmente preenchia as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condições constitucionais, ele não deve ser devolvido ao primeiro signatário, mas sim remetido ao arquivo.

A devolução ao primeiro signatário se dá quando no momento do cotejo das assinaturas apostas no requerimento com o livro de autógrafos e a contagem das assinaturas validadas verifica-se que o número mínimo constitucionalmente exigido não foi alcançado, seja por divergência na assinatura registrada, seja por ter havido retirada antes mesmo de protocolado o requerimento principal.

III – CONCLUSÃO

A análise do histórico dos últimos 20 anos, nos quais dos 11 casos verificados, 10 foram remetidos ao arquivo (e a única exceção se deu porque a retirada ocorreu antes da validação das assinaturas), corrobora a conclusão a que chegou a Presidência.

Os precedentes evidenciam a interpretação corrente do parágrafo único do art. 244 do Regimento Interno, que determina a devolução do requerimento ao autor, só se aplica a requerimentos de CPI que não chegaram a atingir o número mínimo, o que pode se dar por divergência de assinatura ou por retirada antes mesmo de protocolado o requerimento principal.

Uma vez admitido a tramitar com o número necessário de assinaturas válidas e, consequentemente, iniciado o processo legislativo, já não mais cabe devolução ao autor em face de posterior retirada de assinaturas e sim o arquivamento do requerimento, ante a inexistência do requisito constitucional de um terço das assinaturas dos Senadores, determinado pelo § 3º do art. 58 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesses termos, esta Secretaria-Geral da Mesa opina no sentido de ser negado provimento ao recurso.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Luiz Fernando BANDEIRA de Mello
Secretário-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

-PSD - Otto Alencar*
-PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
-PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-PPS - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
-PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PR - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Selma Arruda**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PPS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PR - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PPS - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Amazonas

-PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
-PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

-S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
-PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
-PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20
MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Confúcio Moura. . . . . MDB / RO
Daniella Ribeiro. . . . . PP / PB
Dário Berger. . . . . MDB / SC
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Eduardo Gomes. . . . . MDB / TO
Esperidião Amin. . . . . PP / SC
Fernando Bezerra Coelho. . . . . MDB / PE
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . MDB / PE
José Maranhão. . . . . MDB / PB
Luis Carlos Heinze. . . . . PP / RS
Luiz do Carmo. . . . . MDB / GO
Mailza Gomes. . . . . PP / AC
Marcelo Castro. . . . . MDB / PI
Marcio Bittar. . . . . MDB / AC
Mecias de Jesus. . . . . PRB / RR
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Simone Tebet. . . . . MDB / MS
Vanderlan Cardoso. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20
PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias. . . . . PODE / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Eduardo Girão. . . . . PODE / CE
Elmano Férrer. . . . . PODE / PI
Flávio Bolsonaro. . . . . PSL / RJ
Izalci Lucas. . . . . PSDB / DF
José Serra. . . . . PSDB / SP
Lasier Martins. . . . . PODE / RS
Major Olimpio. . . . . PSL / SP
Mara Gabrilli. . . . . PSDB / SP
Oriovisto Guimarães. . . . . PODE / PR
Plínio Valério. . . . . PSDB / AM
Roberto Rocha. . . . . PSDB / MA
Rodrigo Cunha. . . . . PSDB / AL
Romário. . . . . PODE / RJ
Rose de Freitas. . . . . PODE / ES
Selma Arruda. . . . . PSL / MT
Soraya Thronicke. . . . . PSL / MS
Styvenson Valentim. . . . . PODE / RN
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13
PDT-4 / PSB-3 / PPS-3 / REDE-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Alessandro Vieira. . . . . PPS / SE
Cid Gomes. . . . . PDT / CE
Eliziane Gama. . . . . PPS / MA
Fabiano Contarato. . . . . REDE / ES
Flávio Arns. . . . . REDE / PR
Jorge Kajuru. . . . . PSB / GO
Kátia Abreu. . . . . PDT / TO
Leila Barros. . . . . PSB / DF
Marcos do Val. . . . . PPS / ES
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo. . . . . PSB / PB
Weverton. . . . . PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel. . . . . BA
Arolde de Oliveira. . . . . RJ
Carlos Viana. . . . . MG
Irajá. . . . . TO
Lucas Barreto. . . . . AP
Nelsinho Trad. . . . . MS
Omar Aziz. . . . . AM
Otto Alencar. . . . . BA
Sérgio Petecão. . . . . AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9
PT-6 / PROS-3

Fernando Collor. . . . . PROS / AL
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jaques Wagner. . . . . PT / BA
Jean Paul Prates. . . . . PT / RN
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Rogério Carvalho. . . . . PT / SE
Telmário Mota. . . . . PROS / RR
Zenaide Maia. . . . . PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9
DEM-6 / PR-2 / PSC-1

Chico Rodrigues. . . . . DEM / RR
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Jayme Campos. . . . . DEM / MT
Jorginho Mello. . . . . PR / SC
Marcos Rogério. . . . . DEM / RO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Rodrigo Pacheco. . . . . DEM / MG
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zequinha Marinho. . . . . PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Alessandro Vieira** (Bloco-PPS-SE)
Alvaro Dias* (Bloco-PODE-PR)
Angelo Coronel** (-PSD-BA)
Antonio Anastasia* (Bloco-PSDB-MG)
Arolde de Oliveira** (-PSD-RJ)
Carlos Viana** (-PSD-MG)
Chico Rodrigues** (Bloco-DEM-RR)
Cid Gomes** (Bloco-PDT-CE)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Confúcio Moura** (Bloco-MDB-RO)
Daniella Ribeiro** (Bloco-PP-PB)
Dário Berger* (Bloco-MDB-SC)
Davi Alcolumbre* (Bloco-DEM-AP)
Eduardo Braga** (Bloco-MDB-AM)
Eduardo Girão** (Bloco-PODE-CE)
Eduardo Gomes** (Bloco-MDB-TO)
Eliziane Gama** (Bloco-PPS-MA)
Elmano Férrer* (Bloco-PODE-PI)
Esperidião Amin** (Bloco-PP-SC)
Fabiano Contarato** (Bloco-REDE-ES)
Fernando Bezerra Coelho* (Bloco-MDB-PE)
Fernando Collor* (Bloco-PROS-AL)
Flávio Arns** (Bloco-REDE-PR)
Flávio Bolsonaro** (Bloco-PSL-RJ)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Irajá** (-PSD-TO)
Izalci Lucas** (Bloco-PSDB-DF)
Jader Barbalho** (Bloco-MDB-PA)
Jaques Wagner** (Bloco-PT-BA)
Jarbas Vasconcelos** (Bloco-MDB-PE)
Jayme Campos** (Bloco-DEM-MT)
Jean Paul Prates* (Bloco-PT-RN)
Jorge Kajuru** (Bloco-PSB-GO)
Jorginho Mello** (Bloco-PR-SC)
José Maranhão* (Bloco-MDB-PB)
José Serra* (Bloco-PSDB-SP)
Kátia Abreu* (Bloco-PDT-TO)
Lasier Martins* (Bloco-PODE-RS)
Leila Barros** (Bloco-PSB-DF)
Lucas Barreto** (-PSD-AP)
Luis Carlos Heinze** (Bloco-PP-RS)
Luiz do Carmo* (Bloco-MDB-GO)
Mailza Gomes* (Bloco-PP-AC)
Major Olimpio** (Bloco-PSL-SP)
Mara Gabrilli** (Bloco-PSDB-SP)
Marcelo Castro** (Bloco-MDB-PI)
Marcio Bittar** (Bloco-MDB-AC)
Marcos Rogério** (Bloco-DEM-RO)
Marcos do Val** (Bloco-PPS-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mecias de Jesus** (Bloco-PRB-RR)
Nelsinho Trad** (-PSD-MS)
Omar Aziz* (-PSD-AM)
Oriovisto Guimarães** (Bloco-PODE-PR)
Otto Alencar* (-PSD-BA)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha* (Bloco-PT-PA)
Plínio Valério** (Bloco-PSDB-AM)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-REDE-AP)
Reguffe* (-S/Partido-DF)
Renan Calheiros** (Bloco-MDB-AL)
Roberto Rocha* (Bloco-PSDB-MA)
Rodrigo Cunha** (Bloco-PSDB-AL)
Rodrigo Pacheco** (Bloco-DEM-MG)
Rogério Carvalho** (Bloco-PT-SE)
Romário* (Bloco-PODE-RJ)
Rose de Freitas* (Bloco-PODE-ES)
Selma Arruda** (Bloco-PSL-MT)
Sérgio Petecão** (-PSD-AC)
Simone Tebet* (Bloco-MDB-MS)
Soraya Thronicke** (Bloco-PSL-MS)
Styvenson Valentim** (Bloco-PODE-RN)
Tasso Jereissati* (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota* (Bloco-PROS-RR)
Vanderlan Cardoso** (Bloco-PP-GO)
Veneziano Vital do Rêgo** (Bloco-PSB-PB)
Wellington Fagundes* (Bloco-PR-MT)
Weverton** (Bloco-PDT-MA)
Zenaide Maia** (Bloco-PROS-RN)
Zequinha Marinho** (Bloco-PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PPS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20	Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/PPS/PSB/REDE) - 13
Líder **Esperidião Amin - PP** (27) ..... **Líder do MDB - 13** **Eduardo Braga** (6) **Líder do PP - 6** **Daniella Ribeiro** (5) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (11) **Líder do PRB - 1** **Mecias de Jesus** (12)	**Líder** **Eduardo Girão - PODE** (24) ..... **Líder do PODE - 8** **Alvaro Dias** (1) Vice-Líderes do PODE Oriovisto Guimarães (26) Rose de Freitas (25) Lasier Martins (28) **Líder do PSDB - 8** **Roberto Rocha** (17) **Líder do PSL - 4** **Major Olimpio** (7)	**Líder** **Veneziano Vital do Rêgo - PSB** (16) ..... **Líder do PDT - 4** **Weverton** (10) **Líder do PPS - 3** **Eliziane Gama** (3) **Líder do PSB - 3** **Jorge Kajuru** (9) **Líder do REDE - 3** **Randolfe Rodrigues** (19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9	**Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PR/PSC) - 9**	**PSD - 9**
Líder **Humberto Costa - PT** (13,15) Vice-Líder Zenaide Maia (14) ..... **Líder do PT - 6** **Humberto Costa** (13,15) **Líder do PROS - 3** **Telmário Mota** (18)	**Líder** **Wellington Fagundes - PR** (23) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (8,21) Jorginho Mello (2,22) Zequinha Marinho (20) ..... **Líder do DEM - 6** **Rodrigo Pacheco** (8,21) **Líder do PR - 2** **Jorginho Mello** (2,22) **Líder do PSC - 1**	**Líder** **Otto Alencar - PSD** (4) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
Minoria **Líder** **Randolfe Rodrigues - REDE** (19)		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
2. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
3. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
8. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
9. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
10. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
11. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
16. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
17. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
18. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

21. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
22. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
23. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Speridião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
28. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)	2. Senadora Simone Tebet (MDB-MS)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP)	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM)	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	4.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)	5.
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)
Senador Romário (PODE-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (PPS-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
	3.
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Senador Otto Alencar	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2.

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PR-SC) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador José Maranhão (MDB-PB)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Senador Esperidião Amin (PP-SC)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (7)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	5.
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (PPS-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessando Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
Senador Dário Berger (MDB-SC)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	4.
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC)	6.
	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
	5.
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (PPS-ES) (3)	4.
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3.

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	2. (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	1.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Marcos do Val (PPS-ES) (2)	2. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (2)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)
PSD	
Senador Carlos Viana (1)	1. Senador Lucas Barreto (1)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Sérgio Petecão (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3)	2.

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
	2. Senadora Mailza Gomes (PP-AC)
	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2.
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PPS-ES)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS)
Senador Esperidião Amin (PP-SC)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)
Senador Romário (PODE-RJ) (8)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)
Senador Marcos do Val (PPS-ES) (2)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Angelo Coronel (1)	2. Senador Carlos Viana (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)	4. Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
Senador Esperidião Amin (PP-SC)	5.
	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (7)
	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)
	5.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
Senador Dário Berger (MDB-SC)	2. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5)	3.
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC)
Senador José Maranhão (MDB-PB)	3.
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Otto Alencar (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3)

Notas:
1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (10)
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (4)
Senador Marcos do Val (PPS-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR)	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (4)	1. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (4)
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (2)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3)
PSD	
Senador Irajá (1)	1. Senador Arolde de Oliveira (1)

Notas:
1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GABLID).

Secretário(a): Andréia Mano
Telefone(s): 61 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.025083/2019-30

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL)
Senador José Maranhão (MDB-PB)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (6)
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1.
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (3)	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 83048C0E002B34A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.